3 1761 07150472 4

LEONOR TELES

DO AUTOR:

Tristia. (2.ª edição.)
Além.
Partindo da Terra.
Palavras de Agnelo.
Estrada nova. (Peça em 3 actos.)
Recordações e viagens. (2.ª edição.)
Cómicos.
Doida de amor. (4.ª edição.)
D. Pedro e D. Inês. (4.ª edição.)
A arte na educação da mulher. (Conferência.) (3.ª edição.)
Leonor Teles. (3.ª edição.)
Jornadas em Portugal. (2.ª edição.)
Maria Amalia Vaz de Carvalho. (Discurso.)

ANTERO DE FIGUEIREDO
Da Academia das Sciências

Leonor Teles

"FLOR DE ALTURA,,

Terceira edição revista

5.º MILHAR

417476
12.11.43

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND
PARIS-LISBOA
LIVRARIA FRANCISCO ALVES
RIO DE JANEIRO

1918

Todos os exemplares são rubricados pelo autor

A. de Figueiredo

DP
578
F55
1918
cop. 2

Tipografia «A Editora L.da» — Largo do Conde Barão 50 — Lisboa

«Thierry avait appelé l'histoire *narration;* Guizot, *analyse;* — je l'appele *résurrection.*»

MICHELET.

PREFÁCIO DA 1.ª EDIÇÃO

Êste livro é ainda, como o meu «D. Pedro e D. Inês», *um trecho de história pôsto em arte* — e com isto quero dizer que o passado é campo de estesia, pois êle ressurge com beleza, quando reconstituído pela imaginação colorida e emotiva, pelo estudo honesto, pela inteligência clara. Compondo-o — escrupulosamente dentro dos factos apurados por um cronista, mui antigo, que primeiro ordenou em história êste assunto, e por outro que de novo os investigou em documentos de chancelaria guardados no Tombo — guiei-me, como naquela

obra, pela idea de Michelet: — «l'histoire est une résurrection».

Estes reservados autores, um da puridade de antigo rei e guardador de escrituras, outro monge de rial mosteiro, precisam de ser lidos nas linhas e nas entrelinhas — no que escreveram e no que deixaram de escrever. Eis tudo.

Porque não há, no que relato, uma asserção que se não apoie nessas fontes, o livro leva o menor número possível de citações justificativas e de notas explicativas. Assim, fica êle limpo de ostentações eruditas a que não aspira, e mais próximo da leveza que deseja atingir.

Todos os historiadores deformam a verdade ao visioná-la através dos seus preconceitos críticos; e tanto mais desviada é essa deformação, quanto maior o seu esfôrço de encontrar interpreta-

ções novas e o de se abalançarem a sínteses concludentes. Mesmo fora da sistematização extrema, ou da maior ou menor relacionação scientífica de factos, êste desvio é fatal, pois basta a simples leitura preconcebida de um inocente documento, para logo aí entrar a parte subjectiva do historiador — o seu sentido pessoal — que tudo transporta. Pensou, alterou. As ideas gerais são para os filósofos o que as emoções são para os poetas. Uns e outros vêem a existência através dêstes preconceitos que julgam verdades absolutas e que não passam de visões e sensações individuais. Da história pode dizer-se não só que ela é (como Amiel disse da paisagem) um estado de alma emotivo, mas ainda um estado de alma intelectual, isto é, a síntese da associação das ideas do historiador. Todos a perturbam; e, ainda assim, o que menos erra

é o que menos pensa. Melhor que a inteligência, o instinto, penetra a verdade; e, melhor que a inteligência e o instinto, adivinha-a o sentimento. Um poeta vê melhor um astro do que o vê um sábio. ¡A razão é curta de vista; só o sentimento rasga espaços infinitos, e caminha, caminha ainda, quando já a inteligência ficou para trás, exausta!... A razão gelaria o mundo, se o sentimento o não abrasasse.

Emfim, não se sabe com precisão o que é a história; mas sente-se com verdade o que é a beleza. O pensamento entra em desordem na crítica dos factos encarados pelas ideas gerais; e, no entanto, jamais o sentimento duvidou de si próprio, na admiração das coisas belas. Portanto, de tôda a deformação que da história se faz, a única desculpável, por ser a única aproveitável ao sonho (alimento da vida), é a

que se exerce no sentido da beleza — convergência luminosa em que os espíritos se encontram extasiados, acordes e amigos. Assim penso, porque assim sinto. Eis uma filosofia curta, numa emoção ingénua.

A. DE F.

INTRODUÇÃO [1]

Nesses tempos, segunda metade do século catorze, a nobreza era em Portugal grande fôrça, porque os fidalgos, que haviam ajudado a construir o reino e a firmar seu renome, tinham os maiores direitos. Estes morgados eram os herdeiros de outros grandes que, mais ou menos, durante os dois últimos séculos, haviam auxiliado os reis portugueses nas lutas contra sarracenos e castelhanos, cujos domínios, por direito de conquista, pertenciam agora ao rei e a quem lhos ajudara a filhar. A riqueza estava na terra. A nobreza, poderosa pela posse dêstes vastos terrenos, uns dados, outros usurpados, e prestigiosa pelas suas tradições e magnos privilégios, afirmava-se, nesse momento, logo a seguir ao soberano, a primeira fôrça do reino; e os seus orgulhos levavam-na a considerar o rei o maior dos seus iguais — o «*primus inter pares*». Dela saíam as personagens da côrte, os capitães da guerra — permanente preocupação — e os conselheiros do rei, que sempre com êle

estavam, e cujo saber apoucado, mas sensato, se fizera na prática das batalhas e na experiência da vida.

Compreender a nobreza no seu valor e prestígio era a natural instrução dos filhos de algo; e conhecê-la nos seus pormenores mundanários, brioso e ledo atavio, mui próprio de uma rica-dona dèsses orgulhosos tempos. Sabia-se, e bem, o que era um peão, um cavaleiro, um escudeiro, um rico-homem, um vassalo e ainda o que distinguia o escudeiro por nascimento do escudeiro não fidalgo, os bèsteiros do conto dos bèsteiros de cavalo, e a diferença entre cavaleiros de espora dourada, de grande estado e poderio, e cavaleiros de um só escudo e de uma só lança. O legislador das Partidas definira vassalos os que «recebiam honra ou boas obras dos senhores», havendo-os de três espécies: senhores de terras dependentes do rei; fidalgos acontiados que traziam consigo homens de cavalo e de pé — a sua mesnada; e peões abastados sempre prontos a acudir, «trotando ou correndo», ao apelido do chefe.

Conhecia-se a linha titular e a gerarquia eclesiástica, desde os simples clérigos de missa até à alta dignidade prelatícia dos arcebispos; e, entre estes extremos, os freires maiores e os freires menores, os graus dos abades, os comendadores, os priores e os Mestres das or

dens — tão acrescentadas — com seus mantos brancos, tendo nêles, no peito, os de Cristo, a cruz vermelha, aberta; os de Santiago, a cruz em forma de espada; os de Aviz [2], a cruz verde com remates de flores de liz; e ainda o prior do Hospital, com êles irmanado em honras, com sua cruz malteza de oito pontas.

A todos os nobres era familiar a linguagem do brasão, com suas insígnias e divisas, e o que significavam, nêle, os metais ouro e prata; as côres vermelhas, azúis, verdes e negras; as arruelas, besantes, escaques, muletas, lisonjas, veiros, asnas, palas, faixas, bandas, contrabandas; os leões rompentes, os lobos caçantes, os cavalos e os cervos correntes, as águias voantes, a onça saltante, as cabras passantes, os leopardos batalhantes; as disposições do escudo em chefe, em roquete, em aspa; e ainda os castelos, os pinheiros, as oliveiras, os crescentes, as estrêlas e outras figuras.

Os olhos das donzelas filhas de algo, ávidos do fausto das grandezas, enchiam-se de prazer, ao ver as côres e os ouros dos balsões fidalgos, o pendão e a caldeira dos ricos-homens — símbolos de poderio e honra; e a maior festa a oferecer-se-lhes era a de assistir a armar um cavaleiro, por mão de parente seu, menos pelo que nesse acto havia de culto ao direito da es-

pada, que pelo espectáculo da investidura e pelo sentido da pragmática — uma ostentosa vassalagem afirmativa do poder de quem a dava e da fidalguia de quem a recebia — nobreza assegurada por uma prol de quatro gerações valorosas [3].

Em tal cerimónia — a do casamento de uma alma com uma espada, — o herdeiro de fidalgos, empenhando a honra de avós que, por seus exemplos, o incitavam a proezas, afirmava, para os dias futuros da sua vida guerreira, os compromissos da própria honra. Com outras donzelas da sua condição, a fidalga assistia à missa que o moço cavaleiro tinha de ouvir, na primeira hora do dia, na igreja onde passava a noite, velando suas armas sagradas, todo o tempo de joelhos e de mãos postas, rogando ao Deus das batalhas, para haver bom nome, percalçar sua honra e no mundo ficar relembrança de sua audácia na defesa da justiça e de suas feridas honradas em corpo ardido. Diante do altar-mor, iluminado com velas de cera amarela, entre rudos clérigos de tez barrenta cortada de linhas duras, revestidos, uns, de simples sobrepelizes, outros de ricos aurisamitos, o moço cavaleiro, agitado, de olhos vagos, pálido pelo jejum, pela vigília e pela ânsia, armado como para lidar, a quem haviam calçado esporas de gineta e cingido, sôbre o brial vermelho, uma

espada refulgente aspergida de água-benta, — dobrava os joelhos ante o Padrinho que, pondo-lhe na cabeça o capacete espelhante, e tirando-lhe a lâmina da bainha, lhe preguntava:

— ¿Queres ser cavaleiro e juras, sôbre êste missal, morrer pela fé, por teu reino, por teu Senhor?

O moço, pundonoroso, sentindo-se auxiliado por Deus, a quem, para o servir, prometera seu sangue, respondia confiado:

— ¡Sim!

Então o Padrinho, depois de lhe dar com a espada um sonoro golpe no capelo brunido, e três suaves pancadas no ombro direito, proferia a palavra longínqua, prestigiosa de bênçãos e de esperanças, que sôbre a sua cabeça descia como um sacramento:

— ¡Deus te faça bom cavaleiro!

Metia-lhe o ferro na bainha, e logo ali fazia um auto em voz alta, nomeando as pessoas que testemunharam aquela scena religiosa e nobre, tocada de mistério.

O brado estrídulo dos anafis e das charamelas ressoava nas abóbadas góticas da igreja; e o moço, com o peito cheio de ufania e o olhar enamorado, depois de pôr um beijo grato na mão de quem o fizera cavaleiro, distribuía paz pelas pessoas presentes, beijando-as suavemente nas duas faces. E assim terminava esta festa

em que a humildade se contrafazia em serviço do orgulho e se firmavam os compromissos futuros de afrontar a morte para honrar a vida [4].

*
* *

Porque o primeiro dever era a guerra e o primeiro magistrado o rei, êsses vassalos estavam sempre prestes a ajuntar-se ao exército do seu senhor, a batalhar sob sua bandeira, levando consigo os acostados que, pelos feitos do seu corpo, pretendiam criar por si próprios nascentes fidalguias. E os grandes sabiam bem a fôrça que davam e quanto o prestígio da monarquia e o valor do reino dependiam da coadjuvação dêles; como seqüência, abusivamente os seus orgulhos insolentes e as suas ambições sem medida levavam-nos a pretender mais do que era legítimo pretender, lançando-os na usurpação violenta de novas terras, que iam dilatar outras adquiridas por congéneres processos, e com elas a exigência das máximas prerogativas. E estes abusos vinham de longe, atropelando tudo e triunfando sempre, como um clericalismo leigo que buscasse alicerçar suas fôrças nos fundos de uma sociedade, para assenhorear-se dos principais elementos e com êles afrontar o maior poder. A luta travara-se: os reis defendiam a coroa; os fidalgos, seus direitos.

O tempo enchia-se todo com estes conflitos e com os da guerra; e quando não batalhavam com o inimigo, jogavam e caçavam, o que era ainda guerra, pois semelhantes jogos — como o de lançar a tavolado, em que se atacavam castelos construídos de madeira, os quais só à fôrça de tiros de arremêsso viñham ao chão,— eram simulados combates; e guerra eram também as caçadas pelos montes, em busca do inimigo:— os ursos nos covis, os porcos nos brenhos, os cervos nos bosques. Fora disto, justava-se, torneava-se, jogavam-se as canas, bafordava-se; e tais costumes tornavam a alma intrépida e o corpo forte e destro para a guerra — a guerra em que os senhores só pensavam e para que viviam.

*
* *

Tirante o brio de batalhar, estimulado por outros incentivos que a religião enlaçava nuns restos de cavalaria sagrada, no mais, a incultura extrema e o orgulho vão coexistiam de braço dado.

Conhecia-se o sangue e os nervos dos avós, e tanto se fazia timbre das virtudes como dos defeitos herdados, os quais os moços reproduziam com mui bem acabada insolência, porque para êles os erros dos seus maiores eram erros

de raça — nobres defeitos — que, obstinada e desvanecidamente, se deviam manter, reproduzindo-os.

Os instintos rudos, quase à sôlta, compunham a tôda a hora, nos recantos das câmaras e nas trevas das ruelas imundas, onde o luar não entrava, scenas do eterno drama do cio brutal, sempre violento quando não trágico. Às vezes, porêm, era amor, e do mais nobre, liado de intrigas de prata; e já o brio recorria à defesa altiva pela espada, justa e galharda, dos cavaleiros. Muitas coisas de honra se liquidavam em duelos tremendos. Citavam-se alguns como êsse, muito antigo, que houvera na primeira linhagem dos Barganções, em que um D. Rui Mendes foi cegado por seu irmão D. Fernão Mendes. E os relatos de casos semelhantes em lides assinaladas; as façanhas das guerras passadas e presentes; heroísmos e cobardias, paixões e mancebias, muita vingança cruel, muito desagravo belo, ódios velhos de famílias, orgulhos irredutíveis e pleitos antigos debatidos em cada geração que os herdava e os transmitia; — tudo, de mistura com ditos de punhal e miúdas chocarrices, e, aqui e ali, com luares de poesia, enchia as conversas do tempo, nos Paços dos reis, nos solares dos senhores, entre castelões, moços fidalgos, donas e donzelas, e nas fartas lareiras provinciais, em tôrno do canhoto de carvalho a

arder, lento e sagrado, entre peões e criados que em suas imaginações comentavam os casos, urdindo-os a seu jeito, emmaranhando-os, deturpando-os até à heroicidade, à falsidade, ao inverosímil, à lenda.

* * *

Os fidalgos sabiam de onde vinham, de padre a filho, e igualmente conheciam as ascendências das várias famílias das linhagens dos Mendos, dos Trastamires, dos Barganções, dos Taveiras, dos Trocosendos, dos Valadares, dos Ramirões, dos Godinhos, dos Guedeões, dos Vilalobos, dos Peixotos, dos de Baião e de outros muitos, com suas maldades mais catadas que suas bondades — e esta era uma instrução em que punham orgulho e honra. Como que andavam na tradição oral as linhagens dos homens bons de Portugal, as quais se haviam recolhido em cadernos manuscritos, para cada um saber de quem vinha, e ainda, e sobretudo, para, conhecendo-se os antepassados, se evitar o pecado de casamento entre parentes, tão vulgar nessa época em que o embargo ia longe — até à sexta geração [5]. ¡Quantas vezes, a Santa Igreja teve de intervir partindo, por sentença, casados que eram quartos coirmãos! Muitos se entretinham a escrever estas compilações de linhagens no-

biliárquicas e as cópias, acrescentadas com notas pessoais de cada leitor, andavam de solar em solar, de mão em mão. Averiguava-se o viver íntimo dos vários Paços, ou casais, havendo quem soubesse desfiar os diversos episódios das vidas particulares de muitas gerações atrás. Sabia-se tudo: o bom e o mau;— o escandaloso principalmente, que sempre êste foi, em todos os tempos, o tempêro por excelência das conversas miúdas.

Antigas proezas, seculares algumas, passavam ainda de bôca em bôca. Contava-se a façanha de um Johan Pirez da Maya, mui bom cavaleiro de armas, que derribou sete cavaleiros em uma agra de linho [6]; a de um outro que deu tão grande lançada num inimigo, que a lança lhe atravessou o escudo, o perponto e a loriga, ¡indo cravar-se-lhe na carne [7]! A Fernão Pais, nas Navas de Tolosa, enterraram-lhe pedaços do capelo de ferro pela cabeça dentro, e êle continuou lidando [8].

Outros grandes feitos se relatavam; e quem os expunha tinha a voz arredada da vida presente; no olhar, o nimbo das expressões místicas; na bôca, um sorriso cândido;— e levava aos punhos das espadas suas mãos vibrantes e pálidas de entusiasmo. O elogio do herói, feito com entono, rematava por estas palavras lavadas: «Fuão foi mui bom cavaleiro de armas e

muito honrado homem»; ou: «foi bom cavaleiro de prol e de boa palavra»; ou, ainda, màximamente: «foi um bom fidalgo, de grande entendimento, amado dos bons, prezado dos reis e dos altos senhores que cada um queria em sua companha» [9].

Mas a parte desonesta da vida particular contava-se tambêm. O mau exemplo vinha de alto, porque quase todos os reis de Portugal, de Castela, de Leão, de Navarra e de Aragão, haviam tido e tinham suas mancebas, como os arcebispos, os bispos, os abades, os priores, os Mestres, os frades; e os bastardos, longe de ocultar sua origem, ufanavam-se de usar armas, embora labeoadas, e de gozar a nobreza de seus pais.

Da sua manceba D. Maria Aires Fornelos, teve o rei D. Sancho 1.º, ao tempo casado com D. Dulce, Martim Sanches e Urraca Sanches; e depois que o rei fêz casar esta ladina Fornelos com D. Gil Vaz de Sousa, homem principal, teve o mesmo rei, de outra manceba, — a redondinha e saborosa D. Maria Pais Ribeira,— Teresa Sanches, Gil Sanches, Constança Sanches, Rui Sanches. João Afonso era bastardo de D. Afonso II. Fernando, que foi cavaleiro da ordem do Templo, como Gil Afonso, Afonso Denis, Martim Afonso, Leonor Afonso, Urraca

Afonso e Rodrigo Afonso eram filhos bastardos de D. Afonso III, que casou com sua sobrinha D. Beatriz, tendo ainda viva a primeira mulher D. Matilde, condessa de Bolonha. De ganhadia são muitos dos filhos de D. Denis que os teve de várias mancebas, a quem, aliás, a boa D. Isabel agasalhava e criava de sua casa. D. Pedro I viveu, sem ser casado, com Inês de Castro e depois teve filhos das suas rascoas Beatriz Dias, Inês Afonso e da galega Teresa Lourenço. Os reis de Leão e de Castela e de Aragão, todos tinham filhos naturais de várias mancebas, algumas das quais, por suas atitudes, causaram perturbações políticas, como essa Leonor de Gusmão, manceba de D. Afonso, o onzeno, ou essa Maria de Padila, com quem D. Pedro se enroscou em desvairos de amor, causadora da divisão de Castela em dois grupos políticos, que se lançaram em crudelíssima guerra civil terminada com as carnificinas de Burgos, de Tôro e de Toledo.

Lavrava por tôda a parte a barregania; e bagaxas houve, tão ufanas das graças do seu corpo belo e do valor das suas manhas, que mandaram abrir, na própria campa, epitáfios proclamando as loucuras de amor que os reis fizeram por elas. Assim, Ximena Nunes, manceba de D. Afonso VI, de Leão, fizera gravar, na pedra que cobriria a sua sepultura, em S. André de Espina-

reda, um epitáfio em latim em que declarava que tinha sido amiga do rei («regis amica fui») e que a êle, um lôbo cerval («thoris») voluntàriamente se entregou.

«Viver em barregania» era uma fórmula corrente.

Além dos casos contemporâneos, que todos conheciam e muito comentavam, havia os casos passados nas famílias dos presentes — a crónica negra dos solares — que, embora muito antiga, se sabia e se repetia, ennodoando as grandes linhagens. Que Moor Veegas, mulher de Vicente Curutelo, fôra filha de uma barregã e de Egas Fafez, bispo de Coimbra e, depois, de Santiago [10]. O arcebispo D. João Martins, de Soilhais, teve um filho chamado Martins Anes [11]; D. Moor Nunez Camela foi monja de Arouca e mui gran bagaxa [12]; D. Tareja Gill, filha de Gill Pirez Feyióo e de D. Enês Soarez, foi casada com um escudeiro, e mulher de tão «máao preço» que houve filhos de seu primo-coirmão Pedro Anes de Vasconcelos [13]; e Fernão Afonso Alcoforado teve por barregã Crata Vicente — ¡uma soldadeira [14]! Pedro Afonso era filho de D. Afonso Pais Taveira, deão da Sé de Braga [15], como Gonçalo Pires Ribeiro era filho da monja abadessa de Lorvão, Tereyia Mendes. E, como estes, muitos e muitos casos.

As mancebias eram vulgaríssimas; e mulhe-

res «maas donas», de «maos feitos», de «mao preço» que «faziam torto» [16] a seus maridos — ¡às centenas!

Às vezes, escandalosamente, realizavam-se casamentos entre classes diferentes, não casando os nobres «como deviam». Citavam-se casos antigos na família dos presentes Guedeões, onde o filho de algo Vasco Gomes fôra casado com a filha de um carniceiro [17]; e o seu parente Rui Gomes com a filha de um carvoeiro de Evora [18]. D. Gonçalo Anes, tão nobre, casou-se com Toda Martins — uma vilã de Aragão. ¡E quantos fidalgos havia que não se pejavam de casar com mulheres que tinham sido barregãs de outros [19]!...

Roussar era ainda freqüente e todos conheciam os roussamentos praticados por antepassados das pessoas presentes. Sabia-se que na família dos Sousãas houve uma Maria Mendes que fôra roussada por seu irmão Gonçalo Mendes [20], como por seu irmão Pero Garcia tinha sido roussada D. Moor Garcia, de onde vinham os Barganções [21]. Pero Rodrigues, de Penela, roussara Maria Soarez, uma descendente de D. Soeiro Soarez, o «mãos de águia». Meem Crano roussara, à fôrça, D. Maria Pires de Vides e teve-a no castelo de Lanhoso [22]. E mais e mais, não só entre pessoas de linhagem como entre gentalha vilã. Às vezes, os homens

nunca mais curavam da mulher roussada que ia casar com outro, pois êste a considerava limpa, visto a violência a não poder sujar.

Os incestos, freqüentes; e não faltam donas que tenham filhos de primos-coirmãos.

O rapto era vulgaríssimo. Contavam-se casos sôbre casos e, entre êles, estes antigos: um tal Gonçalo Pires Velho filhou D. Constança Gonçalves que foi sete anos freira profeſſa em Voiturinho e teve dela muitos filhos. Na linhagem do conde de Vermuim, irmão do conde D. Fernando de Trastâmara, houve um rapto em que D. Lopo Rodrigues, de Ulho, teve de bater-se com trezentos cavaleiros que defendiam a raptada, sua parenta, D. Teresa Fernandes, irmã de Fernandes Baticela [23].

* * *

Nessas afastadas épocas aspérrimas, o amor, quando não era assim audaz e violento, era melancólico e cantado por homens da côrte a quem quase se exigiam, com as virtudes de cavaleiro, as artes de escrever, de cantar [24] e ainda as de donear, com «boa palavra e saborosa» [25], ante castelãs que a galantaria do tempo primacialmente escolhia para armarem cavaleiros e lhes distribuir prémios de honra. Trovara-se em volta

de um rei português educado com um mestre de França e com seus adlatos, mais ou menos afrancesados, e para quem, de preferência, se escolhiam trovadores jovens e fidalgos, tirados das famílias das primeiras linhagens, como os Velhos, os Redondos, os Briteiros. Nesses tempos de cavalaria inflamada, numa hora de lide trabalhosa, bastava, para fortelegar a energia de um cavaleiro enamorado, alando-a, a relembrança de um nome querido de mulher amada; e logo essa imagem, recrescendo o ânimo, ia temperar a lâmina da espada e enflorá-la de valor.

—«¡Por sua dama! ¡por sua dama!» — era o grito de coragem e de poesia [26].

Assim, na Idade-Média, a mulher portuguesa foi considerada, ao mesmo tempo, uma fêmea e uma fada. A sua figura ora se empasta em manchas de desprêzo, ora se recorta, em fundos de ouro, nas linhas góticas dos cantares. Foi um trapo e foi uma estrêla. Gestos vilões a desclassificam; gestos ledos lhe testemunham aprêço. Aquela enche, maltratada, os velhos «Livros de Linhagens»; esta melancoliza, indìgenamente, a parte palaciana e artificiosa do Cancioneiro português. O espírito lírico dessas trovas, em grande parte importado do sul de França, enxerta-se nos cantarcilhos populares e logo se aclima nesta terra de «soidade», onde no amor sempre

devera ter existido um doentio mal-estar voluptuoso, como se à alma faltasse, no bem que se tem o bem que se ausentou; certa doce resignação dos que, sentindo-se insulados e solitários, ofertam seu desamparo a ignota divindade; o lento penar de um cair de luz sôbre uma mancha lilás, arroxeando-a, ennoitecendo-a; o incoercível anseio do desejo e da aspiração do espírito — mistura de querer ardente e de nostalgia suspirosa, como se a sensualidade de um vulcão se vestisse com o crepúsculo das Ave-Marias... Nos trovadores provençais o amor é galantaria; entre nós é dor e chama-se «cuidado». Acolá, é culto e vário; aqui, singelo como flores silvestres e melancólico como toada de chocalho de quebrada em quebrada. Num, é graça leve, que passa; noutro, afecto certo, que mói e mata.

Emquanto, pois, naquelas agrestes crónicas de famílias, a mulher é tratada de barregã, de gança, de bagaxa, nesses «cantares de amor» e «de amigo», os trovadores chamam-lhe cortezãmente «senhora e rainha», preitejando-lhe sua vassalagem em tôdas as coisas da sua honra, e, mais, apelidam-na de «senhor» («mia senhor») como quem diz soberana a quem com gôsto se submetem, na reconhecida consciência da sua fraqueza perante tão alto poderio sôbre o espírito e sôbre os sentidos a ela enfeudados. Êsses

poetas, para quem um olhar ou um sorriso de mulher eram luz de sonho, sempre que se dirigem à criatura amada, rebuscam galantes e comovidas expressões; e, assim, a chamam «ben», «gran ben» [27], «saudade minha», «senhor fremosa» [28], «fremosa de bon semelhar» [29], «fremosa de bon parecer» [30], «o ben melhor do mundo a que Deus nunca fêz par» [31], porque o amor de uma mulher é o «maior ben de quantos Deus quis fazer» [32].

E o amor, o lírico amor luso — um bem-querer sempre distanciado do seu objecto, terno e silencioso, tocado de fraqueza e de tristura — sorri, chora, padece, por entre milhares de trovas do Cancioneiro, que é a essência do coração português.

Uns há que preferem guardar no peito o segrêdo do seu amor incompreendido:

> «Nulh'omen non se dol de mi,
> nen sab'a coita que eu ei;
> nen a digu'eu a mia senhor!» [33]

Outros contentam-se com ver a mulher que amam:

> «... gradecia
> a Deus qual ben me fazia
> en sol me deixar veer
> o seu mui bon parecer!» [34]

Alguns esmorecem, sentindo-se abandonados de Deus:

«E Deus mi valha, se quiser',
ca eu já non lh'o rogarei,
pois vejo que non mi-à mester!» [35]

Vários desesperam de ser compreendidos:

«O amor, que lh'ei, e à'ncobrir
a ela que me faz perder,
que mi-o non poden entender.» [36]

Há-os que se julgam endoidecer:

«Direi-lhes ca ensandeci
pola melhor dona que vi.» [37]

Muitos afirmam que preferem morrer:

«... cá eu sei:
viver ei, se de mim pensar',
ou morrer, se mim nonamar.» [38]

Morrerão:

«Am'eu tan mia senhor,
que sol non me sei conselhar!
E ela non se quer nembrar
de mim... e moiro-me d'amor!

E assi morrerei por quen
nen quer meu mal, nen quer meu ben!» [39]

Assim, o amor, acolá senhorio e posse selvagem, é aqui incerteza, desespêro, alegria, dor e morte, como um trovador o define:

«Mia fremosa...
vos sodes mia morte, e meu mal, e meu ben!»[40]

¡Eis o amor de ontem, de hoje, de amanhã, de sempre — eterna sêde do homem pela mulher e da mulher pelo homem, que séculos sôbre séculos não saciam nunca!

* * *

Nestes extremos está tôda a Idade-Média com a mulher ao mesmo tempo escrava e castelã; com a tradição dos bandidos das vielas negras, assassinando à falsa-fé, e a galhardia dos duelistas, de testa alta e olhar firme, que tanto que vejam o contrário desarmado, lhe não dão mais com o ferro, apontoando-lhe sómente o escudo, num generoso gesto de raça. Contemporâneamente existe, nessa época de contradições, um catolicismo espêsso até o negrume, feroz até o terror, ennovelado no fumo grosseiro das superstições, mas de onde saem almas leves como o ar das serras, puras como a luz nas neves — a beatitude, a santidade. Complexos

tempos em que havia de tudo: costumes bárbaros, lirismos sublimados, rufiões e cavaleiros, facínoras e santos.

Por cima disto, misturando uma coisa e outra, tudo exagerando até à deformidade, cascalhavam os versos de chacota e de joglaria dos poetas de maldizer, a comentar, com suas facécias cazurras, suas calúnias, chufas e burlas, os costumes, heróicos ou ridículos, de tôda a Idade-Média. E estas canções, nos lábios despeitosos dos fidalgos desqualificados, enchiam-se de vinagroso riso de escarninho; e eram repetidas pelas bocarras dos jograis-vilões, assoldadados à ração de vinho e de cevada. Estes mómaros, armando nas praças públicas suas tendas de marçaria, trejeitando-se burlescamente em mimos truanescos, por seu mester de fazer estoirar o riso, deviam, histriões, saber desfazer, em gargalhadas decompostas, as multidões ignaras para quem cantavam e bailavam, ao mesmo tempo que tangiam a viola de arco ou a cítola mourisca.

*
* *

Nos solares, como nas honras e coutos, a vida que se fazia, nessa segunda metade do século catorze, era tocada dêstes traços comuns, em-

bora houvesse uma tal ou qual morigeração nos costumes, se os compararmos com os dos períodos anteriores. A nobreza, se já não tinha aquele arreganho dos primeiros tempos com que cometia, de frente, os delegados do rei, que defendiam os direitos da coroa contra as usurpações patrimoniais em que os fidalgos se julgavam senhores absolutos no abuso de não pagar impostos ao rei e no de os receber do povo; o clero, se já não mostra, pelo menos exteriormente, aquele excesso de ambição de poder e aquela tenaz combatividade, amparada em Roma, o que provocara vigorosos movimentos por parte dos pais e dos avós de D. Fernando [41]; se entre as Ordens não há aquela discórdia longa e ensangüentada sôbre posses e prerogativas senhoriais; se, entre si, afrouxaram as grandes demandas dos institutos monásticos;— no entanto, estas classes dominavam ainda e o povo sofria tôda a espécie de pressão e vexame. Os pequenos casais eram espoliados pelos nobres que entravam dentro dêles e lhes tomavam tôdas as searas e todos os animais de criação. As queixas do povo, as suas reclamações em côrtes eram constantes, contra os grandes que, por seu lado, exageradamente defendiam as prerogativas das suas honras e coutos [42]. Debalde se legisla de novo para emendar os excessos de antigas liberalidades dos reis,

para limitar direitos, coartar liberdades, fixar jurisdições, quebrar abusos e anular usurpações; — tudo foi sem resultado, porque a nobreza e o clero (prelados, Ordens e abades) acabavam sempre por triunfar. A Igreja estava ao lado dos tronos, procurando construir a unidade política de acôrdo com a unidade religiosa.

¡Tinha também desaparecido a poesia cortesã dos períodos afonsino e dionisiano. Já não havia trovadores [43]! No entanto, devia ainda haver, na irredutibilidade do sentir luso de uma raça amorosa e saudosa, aqui e além, na sombra a que se acoutam os menos compreendidos, muito pulsar de amor melancólico sentido por donzelas que, em sua tristura, nas sombras dos recantos, (entendedores de confidências), para si repetiriam êsses cantares antigos, guardados em cadernos manuscritos, que passavam de mão em mão e eram decorados ainda por alguns jograis que os cantavam à cítara. Quantas insofridas recitariam a trova de Joan de Guilhade:

> «Os trobadores já vam para mal
> nom ha hi tal que já sirva senhor;
> .....
> Quantus trobadores no reyno som
> de Portugal, já nom am coraçom.» [44]

A poesia entrava na noite do descanso, onde se preparava a efloração poética, palaciana e

cortês, do século quinze; e se qualquer frouxo Sete-Estrêlo de graça scintilava a mêdo, logo de todo desaparecia na escuridão de uma vida de guerras entre reinos e de brigas entre famílias rivais, com rebeldias de bastardos, desterros e desnaturações.

E tal era o feitio dêsses tempos idos.

I

No solar de Pombeiro

Entre os dezassete e os dezóito anos —¡uma criança ainda!— parentes e amigos casaram Leonor Teles com D. João Lourenço da Cunha, morgado de Pombeiro, têrmo de Arganil, em terras da Beira; e tal casamento, de alto sangue de ambas as partes, não deixou de agradar ao espírito precocemente ambicioso desta donzela, filha de linhagem, que, desde a infância, em suas terras trasmontanas [45], sonhava com grandezas, por ter nascido assim, e também porque a vinham educando a falar-lhe nos direitos das donas de mor estado e nas regalias dos senhores de grada estirpe. Sabia

quanto era fidalga e orgulhava-se do seu apelido heráldico ser, em escudo direito, sem mistura de quartéis, um campo de ouro liso e brilhante, que queria dizer a mais alta nobreza, o maior poder e a sôlta liberalidade, que só pode cair das mãos ricas e generosas dos reis e dos grandes.

Seu pai, Martim Afonso Telo, filho de D. Afonso Teles de Menezes, era descendente do rei Fruela II, de Leão e Galiza, irmão de D. Afonso Telo, conde de Barcelos, e fôra mordomo-mor da rainha D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal. Mandado matar, com outros cortesãos, vexatòriamente, por mãos de escudeiros, sob as ordens do rei de Castela, em Tôro, à vista da rainha, esta caíu por terra, desmaiada, vendo numa pôça de sangue D. Martim, que diziam ser seu amante. E êsse foi um dos trágicos episódios da tomada de Tôro por D. Pedro de Castela, o Cruel, que, ao invadir a vila, matou às portas do Alcazar, à traição, todos os grandes fidalgos que

eram por D. Enrique, seu irmão, parte dos quais formavam a côrte da rainha viúva de D. Afonso, o onzeno [46].

Leonor Teles mal conheceu o pai. Era pequena, quando lhe contaram, vagamente, a sua desgraçada morte em terras de Castela. Desde então ficou a viver com o tio conde de Barcelos, e com seus irmãos João Afonso Teles de Menezes, Gonçalo Teles de Menezes e Maria Teles de Menezes. Seu avô paterno tinha sido mordomo-mor de D. Afonso IV, e sua quarta avó, Teresa Sanches, casada com D. Afonso Teles de Menezes, era filha bastarda de D. Sancho I [47]. Havia nas suas veias sangue de reis. Sua mãe, D. Aldonça de Vasconcelos, filha de João Mendes de Vasconcelos e de sua mulher de bênção D. Áldara Afonso Alcoforado, era dos Vasconcelos, descendentes, por varonia, de Guterre Osório, o notável rico-homem [48]. Os vários Menezes, de origem castelhana e leonesa, tinham nos seus escudos as barras de Aragão, as quinas sagradas de Portugal e os leões

batalhantes de Castela. Não podiam ser mais fidalgos.

Por seu lado, D. João Lourenço da Cunha—filho de Martim Lourenço da Cunha, senhor do morgado da vila de Pombeiro (morgadio que houve por via de escambo que fêz com el-rei D. Afonso IV)[49] e de D. Maria Gonçalves, filha de Gonçalo Anes de Briteiros[50]—era parente, em quarto grau de consangùinidade, de D. Fernando, rei de Portugal, visto ser neto de Maria Afonso e bisneto de Martim Afonso, filho de D. Afonso III[51].

Leonor Teles, casando com D. João Lourenço da Cunha, da mais esclarecida estirpe, que usava o pronome *dom*, designativo do seu gótico sangue, estava, portanto, com os da sua qualidade.

Êste rico-homem, residindo em seu solar de granito e taipa, e comendo os bens avoengos, de fartas rendas e cabedal, das suas terras patrimoniais, que produziam muitos tonéis de vinho e rendiam bons alqueires de milho miúdo e de cevada, e o mais que Deus dava[6];—

êste donatário, gozando as jurisdições privativas de seus senhorios corporais e espirituais, fazia, dentro dos seus coutos, a vida ociosa, inculta e altiva, dos senhores ùnicamente preocupados na mantença de sua honra.

Leonor Teles vivia os costumes e respirava as ideas do tempo. Desde nova compreendeu quais as ambições dos ricos-homens e o que, no campo das pretenções, mais e melhor lisonjeava a nobreza. Ela, fidalga e orgulhosa, era pelos grandes—os únicos que, por sua linhagem e proezas, possuíam legítimos direitos. ¿Mas sancionaria Leonor as aspirações dos fidalgos, na extensão do mando, até à conquista das soberanias locais com que se impusessem ao poder central? Não. Acima de todos, ainda dos mais poderosos, via ela a pessoa do rei, majestáticamente dominando. A fôrça dos fidalgos tinha como função dar fôrça ao rei. Paralelamente, o clero. Fora destas classes, havia, enchendo o reino, o descampado das almas servas. O povo — vis,

plebe, serviçais, — êsse não o sentia. Para ela as classes ínfimas não tinham direitos maiores a que fôsse preciso atender; a tradição das suas pretenções considerava-a uma utopia; e o facto dos benefícios, já realizados no tempo de D. Pedro, interpretava-o apenas como medida política dêste rei, ou ainda um movimento impulsivo da sua trigosa justiça, tão pessoal e irregular. O seu instinto afirmava-lhe, sem discussão, que na profunda desigualdade social estava o factor indispensável para a equilibrada constituição da sociedade fatalmente feita de senhores e de servidores, o que obriga a dar fôrça às classes nobres e a conter as meãs. Os solarengos eram criaturas áparte, nascidas para servir e obedecer; — quando muito, que lhes regulassem o trabalho e os deveres entre êles e o amo, como já tinham feito alguns reis de Portugal. As classes baixas — armeiros, mercadores, mesteirais, moedeiros, enxerqueiros, carniceiros, e os vários ofícios vis — nunca lhe mereceram o menor in-

terêsse e jamais lhe passou pela cabeça que o povo fôsse uma fôrça, e muito menos suspeitou que um dia pudesse haver movimentos populares em Portugal, que se impusessem aos reis. Quando ela tinha uns oito ou nove anos, ouvira falar vagamente, na *Jacquerie*, em terras francesas, mas ninguêm lhe explicou que fôra o povo esfomeado, saqueado e arruinado pelos nobres de França e de Inglaterra, surdos às suas justas reclamações sôbre formidáveis abusos;—o povo que rebentara em furacão, lançando o fogo por tôda a parte, atacando castelos, matando os senhores e os filhos, num desespêro de fome de pão e de justiça, querendo tudo destruir para tudo de novo edificar. Da grandeza dêste vendaval de ódio ficou-lhe a leviana idea que fôra um vulgar alevanto popular que os fidalgos sufocaram e esmagaram. Pessoa alguma lhe deu notícia das conquistas sociais do povo inglês e das concessões feitas pelo trono, que já vinham do tempo de Eduardo I; e, mais tarde, tambêm

ninguêm a instruíu de que os ventos de França traziam, nos derradeiros arrancos de feudalismo, as últimas baforadas da soberba vã dos senhores, que deixavam de ser os suzeranos da terra nos seus domínios directos e úteis, cuja posse o povo pagava com a obrigação de serviços militares e outras espécies de vexatórias servidões. Leonor só viu em tudo isto o triunfante poder dos fidalgos, que admirava, e jamais ouviu o bramir dêsse mar de gemidos, e muito menos entendeu a significação dos fervores populares. Entre ela e o povo — um abismo.

A única convivência que Leonor estimava era a dos ricos-homens e das ricas-donas; e, para alêm desta sociedade, uma outra havia, mais alta que tôdas as demais, que de longe a enamorara aturdidamente: — A côrte dos Paços de Apar São Martinho, em volta do rei e da infanta, lá nessa linda e distante Lisboa, tão afamada. Na sua fantasia, tôda côr

luz e vida, esta aspiração possuía-a absorventemente. Às vezes, o seu olhar, embora imaginativo, parava-se, fixo num ponto, como que a ponderar motivos e resultados, disciplinando os seus serenos desêjos que mui bem sabiam o que queriam. E era irisado e luzente o programa que ela delineava...

A seu lado, despreocupado, ignorando-a por completo, mas amando-a apaixonadamente, a seu modo calado e brusco, D. João Lourenço da Cunha, mais velho que ela, pensava terra-à-terra nos tratos da sua lavoura e, fora disto, ria, ria, com o seu riso miúdo e mordaz, achando muita criancice e extravagância a certos silêncios ansiosos de Leonor, nada atingindo da construção dêsse olhar sereno — de Leonor, sua mulher não havia ainda três anos.

D. João Lourenço da Cunha era uma pequena figura magra, de face sêca e negra barbicha rala, com uns olhinhos metálicos, maliciosos, quase cínicos, que,

quando riam, se fechavam inteiramente, num risco grosso e escuro. E porque fazia alforje de bons ditos, nos banquetes, nas caçadas, tinha sempre, a propósito, uma boa saída, — uma sentença trocista que causava hilaridade. Das cantigas dos trovadores, copiadas em cadernos manuscritos, que as donzelas decoravam e alguns moços repetiam, não eram os «cantares de amor», nem os «de amigo» e muito menos as «trovas sacras» o que o deleitava, mas sim os versos de chacota, as chufas, os escárnios — que o faziam rir destampadamente. Saboreava as tenções das gestas de mal dizer e as troças a doutores e juízes; sabia de cor os versos irónicos contra os que, pranteando-se, diziam que queriam «morrer de amor»; e, sempre que beliscava o braço carnudo de uma mulher moça, duro como trave lagareira, dizia-lhe baixinho, num piscar demorado de olhos maganos, explicando o seu bruto desejo:

«queria-me lh'eu mui gram bem querer
mays non queria por ela morrer!»

Mais, porêm, que tôdas eram as «cantigas de ama» as que de-veras lhe agradavam e, em especial, as dos autores como João Soares Coelho — cantigas licenciosas, cochichadas aos ouvidos dos seus amigos, rindo antes que êles rissem, rindo mal abria a bôca para as dizer, acentuando a expressão com os olhitos húmidos repletos de júbilo, e cada vez mais cerrados, — a rir, a rir! Com os seus, vivia na melhor companha e jamais os tratava pelos nomes ou apelidos, mas pelas alcunhas de família, ou pelas que êle pitorescamente inventava, para o que tinha folgado engenho; e nunca deixou de ter à sua mesa um dêsses goliardos, escolar noctívago e tunante, tipo de antigo clérigo-jogral, que, com suas facécias, seus jeitos pícaros, trotalhas e caçurrices, cantaroladas à viola, o entretivesse gaiamente.

Estimadíssimo, êste D. João Lourenço da Cunha [53].

Um ano, dois anos de casados se pas-

sam. Nasce-lhes um filho. As vidas de Leonor e de D. João da Cunha continuam no mesmo pé. São, para Leonor, difíceis de encher os dias, e intermináveis as noites de inverno nesse morgadio de Pombeiro, insulado em terras da Beira. A vida provinciana, igual e parada, com as suas missas diárias na capela, o têrço rezado em conjunto e o círculo de servas fiando, bordando, costurando, e tagarelando contos e casos miúdos, enfastiavam mortalmente a alma viçosa e desejosa de Leonor Teles, que em tão pequeno meio se sentia abafar, vivendo na impressão de que lhe premia o peito a mó de um moinho, de que lhe ferropeavam os pulsos algemas tenazes.

O solar estava pôsto num debruçado outeiro dos vários montes que, irriçando os pendores da serra do Salgueiral, com os de Arganil e Goes, formavam, a sul, os primeiros afastados contrafortes da cordilheira da Estrêla. Tinha à volta terras de lavradio côr de burel, verduras de painçais, vinhedos baixos e oliveiras

pardas, em colinas de declive brando, num todo de linhas suaves e de tintas sóbrias e harmoniosas. Era tranqüila e grave esta paisagem, nos tons dos verdes escuros da vinha a ligarem-se com os dos castanheiros de copas espêssas, com os dos pinheiros bravos de massa verde, mais dura ainda. A norte e a nascente, em fundos distantes, os recortes do Caramulo e a mancha da Estrêla, azul e solitária; e ao sul as serras da Louzã e de Penela fechavam êste canto de mesto colorido — terra da Beira-Alta, fiel e saudosa, crente e triste, que é a mais portuguesa das paisagens de Portugal. Esta luz calma e esta paz de horto eram uma conversa em voz baixa, discretamente monótona e serenamente feliz, para espíritos fatigados ou scismadores, mas irritante, por ser resignada, para almas ansiosas, como a de Leonor, que em si sentem latejar todos os frémitos da vida buliçosa, tôda a riqueza da energia tenaz, a impulsá-la, na assegurada confiança do triunfo. O espírito de Leonor vivia no pá-

tio de uma cadeia. Semelhantes serras cintavam de muralhas seu coração a dilatar-se. Essa paisagem era silêncio; sua alma era voz.

Em Lisboa morava, na casa de el-rei, a irmã de Leonor Teles, Maria Teles, mais alta em anos que ela, viúva de Álvaro Dias de Sousa, em grande intimidade com a infanta D. Beatriz, irmã de D. Fernando. De onde a onde, Maria Teles vinha a Pombeiro visitar a irmã; e o que, então, ela lhe contava da vida da côrte, deslumbrava Leonor, que a ouvia, pondo atentamente nos olhos de Maria seu sereno olhar esmaltado de admiração e cobiça. Estas conversas e, quando a irmã regressa à côrte, as cartas que lhe escreve, cada vez mais incitam Leonor. A sua imaginação exalta-se. Vê a vida dourada das câmaras dos Paços de Apar São Martinho e, mais do que êste ouro, brocados, mesuras, banquetes, festas e caçadas, enebria-a o sumo preço da fôrça que em si concentra êsse foco de

autoridade absoluta. Tudo andava em volta do rei. O poder era para ela a maior beleza. ¡A côrte! Ela tem a exacta consciência da formosura do seu corpo e de todo o requintado valor das suas manhas. Leonor não pode estiolar-se ali, no tédio mortal daquela aldeia e daquela sociedade miúda, junto de um marido que, fragueiro e vulgar, passa a vida pelos montes, na caça, e na companhia dos seus criados, seus cães, seus falcões. Dentro dela, formosa, havia a mocidade robusta, que é o supremo direito de viver, e a quem o mundo pertence. A côrte — o maior fausto; o rei — o máximo poder: eis o sonho furioso desta dona nascida para mandar e dominar, e em cuja alma arde o demónio da ambição, como arde na sua cabeça, estranhamente bela, a sarça de uns cabelos ruivos, ¡semelhantes a labaredas batidas pelo vento!

¡A côrte, a côrte!...

II

Casa de El-rei

Em Lisboa, nos Paços de Apar São Martinho, a meio da encosta da Alcáçova, sobranceiramente ao Tejo, aqui, de águas chãs eiradas de mil matizes de setins azúis que as àsas das gaivotas, descendo em bandos balouçados, arrepiavam, pincelando-as de tintas claras; alêm, de águas lisas até à banda de lá, até às escarpas vermelhas de Almada, às campinas do Barreiro e ao anil, leve como fumo, dos montes da Arrábida; — vivia a côrte portuguesa formada pelo rei D. Fernando e por seus germaios a infanta D. Beatriz, D. Denis, D. João, filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro [54].

As testadas dos Paços, de silharia escura, eram extensas e irregulares, com suas janelas desiguais, grandes e pequenas, largas e esguias, simples umas, outras abertas em arcos de ogiva e de ombreiras caneladas, com vidramentos coloridos; eirados altos, cumes de telhas vidradas espelhando, como metal polido, o sol e o luar; torreões agudos terminados por grimpas de ferro, quadradas, que giravam e gemiam com o vento [55]. O interior era uma confusão de casas, de câmaras, de recâmaras, de corredores, de escadas, de pátios, de lojas, de subterrâneos, onde se acomodavam o rei, a infanta, os infantes, senhores, cuvilheiras, donas, donzelas, capelães, físicos e basta criadagem. Em baixo, as cavalariças, os canis, a falcoaria. Nos grandes salões, os tetos de cedro e de castanho, com pinturas rudas de tonalidades cândidas, tinham florões dourados no cruzamento das nervuras, e no centro o escudo rial com os campos a côres, vermelhas e azúis, e os metais a ouro e prata. As

paredes estavam colgadas de Razes; os chãos eram de tijolos vermelhos, espinhados, cobertos, no inverno, de tapêtes de lãs coloridas, e, no verão, de alcatifas de couro aragonês; e dos muros das câmaras, mobiladas de arcas encouradas, huchas, bofetes, arquibancos, e cadeiras com alambéis de guadamecim, saíam braços hirtos de ferro brunido, com grossas tochas de cera amarela, abrochadas em argolões.

Em volta da linda infanta D. Beatriz — que todos amavam pelas suas «bondades e graças» [56], e a quem o rei dava casa, rendas e alto tratamento pelo muito que queria a esta sua meia-irmã, — tudo era brilho e galantaria. Cercada de donas, de filhas de algo e de linhagem [57], e de cuvilheiras [58], ia-se o tempo (depois de muitas rezas diárias na capela) entre contos e recontos, assentadas em estrados, ensartando seus colares, franjando seus ramais, a cortar roupagens de aparato, paramentos e vestidos, pendões e balsões com suas empresas e letras, far-

pando-as de fios de ouro, chapando-as de prata, broslando-as com sêdas de côres suaves, como que bebidas pelo sol; e os dedos finos e fidalgos dessas medievas donzelas de peito estreito, pálidas, dobradas sôbre os panos, eram justos no concêrto dos matizes apagados.

Nas seroadas dos Paços discutia-se a fidalguia portuguesa, a bravura dos guerreiros, a gentileza dos cavaleiros, e contavam-se os costumes das côrtes de Castela, de Leão, de Aragão e de Navarra, e também as passadas aventuras dos cavaleiros andantes, virtuosos e gentis, que, recebidos nos Paços e nos albergues, corriam mundo, por bem-fazer. A infanta D. Beatriz, tôda paçã, tinha saudades do que deviam ter sido os tempos idos dos seus avós D. Afonso III e D. Denis, com trovadores e festas nos Paços de França e de Inglaterra; tinha saudades do aparato das lendárias côrtes de amor, em que rainhas, infantas e condessas presidiam e deliberavam. ¡Como ela gostaria de ter vivido nessas épocas de fausto e

galanices! No entanto, satisfazia-se com o esplendor das caçadas riais, que a deslumbravam pelo luxo, ostentação e movimento.

Era sua dona íntima Maria Teles, viúva, nova ainda, criatura calada, olhos aveludados, face tranqùila — o todo sisudo. A infanta ouviu-a muito e tudo dela confiava. Fôra seu tio, o conde de Barcelos, quem a introduzira na côrte, quando, cedo, viuvára de Álvaro Dias de Sousa.

O infante D. João, como seu irmão D. Fernando, amava o nobre recreio da caça. D. João era impulsivo, extremamente lhano, dando-se, de preferência, com o povo e as classes meãs; D. Denis, sempre concentrado, vivia com os fidalgos e os homens de feição e bom avisamento, preferindo a tudo andar só, a olhar para o chão, cogitando. Era austero e triste.

Freqùentavam São Martinho os bem entendidos conselheiros do rei, que eram, entre outros, D. Frei Álvaro Gonçalves,

o velho prior do Hospital; Aires Gomes da Silva, que fôra aio do rei e alferes-mor; Badasal de Espínola, o genovês; Afonso Fernandes de Burgos; Martim Garcia, e, principalmente, o seu privado-mor e fiel amigo, o velho conde de Barcelos, D. Afonso Teles de Menezes — de olhos redondinhos e raposios em cara vermelha; barba mal semeada; bôca duvidosa, mastigando muito as palavras, vagaroso, ronhento, transigente, acomodatício, — que tinha sabido viver na privança do desaustinado D. Pedro, e agora se entendia acabadamente com o gentil novo rei, de talante tão oposto.

D. Fernando tinha vinte e seis anos [59] frescos e nobres. Alto, magro, mesurado nas atitudes de gran senhor, seus gestos sóbrios eram os da galhardia perfeita; e a postura da cabeça, o acolhimento das mãos estreitas, a transparência do olhar lial, e a sedução do sorriso inteligente e bom, atraíam e prendiam. Na face barbeada, muito branca, lustrada de encan-

to, desenhava-se a bôca gentil e desejosa, mas ferida de fraqueza; os cabelos, louros e curtos, eram finíssimos; e nos olhos, de azul franco, ora se amolecia, cheia de doçura, uma pupila namorada, ora chispava a faúlha da ambição vaga e tonta, ora o súbito lampejo de uma efémera energia, logo amortecida. Amoroso, achegado e ledo, era, nas câmaras dos Paços, a atracção das donzelas. A sensualidade, que nêle ardia, iluminava-lhe a vida do prazer de viver; e seus olhos, sua face, sua bôca enfeitavam-se do sorriso dilatado de simpatia, a irradiar. Nas mulheres enxergava a beleza certa, muita ou pouca, que em tôdas há, quando as olha o poeta do instinto. Meigo, chorava com a facilidade com que chora uma criança [60]; e dado, os fidalgos gozavam na companhia dêle o prazer de se sentirem menores, na ufania de se saberem iguais. De galharda disposição, e de boa palavra, era senhor entre os homens e soberano entre os reis.

Cavalgando, direito em tôda sela,

firme nas estribeiras, formoso e vistoso, a mesma esbeltez de apostura o assinalava; e sob as suas pernas hirtas, de estremada mestria, o corcel, bem corregido, obedecia, ora cortando, ora flanqueando a estacada, à vontade do cavaleiro que brincava com a lança, regendo-a e lançando-a por alto, ante palanques, com sobrecéus guarnidos de balsões de insígnias coloridas e colgaduras historiadas, onde ricos-homens, donas, donzelas e donzéis, vestidos com gibões de côres e tabardos de finos panos, aplaudiam desvanecidamente os garbos do seu rei.

Ninguêm mais do que êle amava o jôgo da caça às aves, em campinas francas, com açôres, falcões e gaviões; e aos animais de monte, com seus cães, a cavalo ou a pé, pelos extensos domínios realengos de Olivais, de Alenquer, Ota, Almeirim, Peniche, Atouguia, em dilatadas, entre matas, serranias e fraguedos. Aí viviam coelhos, lebres, rapôsas, veados, porcos monteses, ursos e tôda a espécie

de aves—perdizes, pombos bravos, martinetes; e nos marnoceiros do têrmo de Lisboa, nas lagoas de Óbidos, no paúl de Magos e na pateira de Fermentelos, —patos e cisnes selvagens [61]. A cavalo, seu gibão folgado, à cinta o punhal e a faca de mato, a tiracolo a buzina, na mão a lança, as pernas esticadas e os pés firmes nas estribeiras mouriscas — o rei caçava, com rial aparato, cercado de cavaleiros, de escudeiros, de bèsteiros de câmara, de mourisquinhos, no meio de dezenas de açoreiros, falcoeiros, gente de monte e buscantes, entre o alarido dos moços a bradar aos cães — ¡«eylo vay, eylo vay!» — e do cainçar dos sabujos, dos alões, dos galgos de rapôsa, dos podengos de mostra, ao clangor das trombetas dos monteiros armados de lanças e de ascumas, espalhados, em manchas de côres vivazes, pelos cabeços das colinas, em restevas sêcas douradas pelo sol, aqui e acolá, saindo dos painçais verdes, ou assomando nas cumeadas dos montes.

D. Fernando vivia à larga, pomposamente, com a sua rial casa organizada como a de seus avós, com mordomo-mor, esmoler-mor, reposteiro-mor, porteiro-mor, meirinho-mor, monteiro-mor, falcoeiro-mor, copeiro-mor, e pousadeiro-mor. Gastava grandemente com a guarda-roupa, a ucharia, as cavalariças, os falcoeiros, os monteiros e mais criadagem; distribuía mãos cheias de dobras em ordenados, moradias, casamentos, mercês, esmolas, sustentando muitos acostados e criando, de sua casa, vários fidalgos e infanções. Assim, espalhava os milhares de marcos de prata, entesourados na tôrre do Haver [62], que herdara de seu económico pai; os enormes direitos riais das alfândegas de Lisboa e do Pôrto; as rendas que lhe acarretavam os ovençais, e as décimas do comércio dos lombardos, dos catalães, dos milaneses, dos prazentins que carregavam e descarregavam quinhentas naus nos cais da Ribeira e enchiam a jazeda do Tejo — uma floresta de mastros, florida de velas brancas.

D. Fernando agasalhava fidalgos com primores de grandeza; e, uma vez que teve de dar um presente de caça ao rei de Granada, enviou-lhe, por sete moços de monte, trinta aves de prêsa adornadas de contas ricas e alamares de prata, e seis alões e seis sabujos de raça, suas coleiras brosladas e guarnecidas de prata dourada, indo os cães presos uns aos outros com trelas entrelaçadas de ouro. E quando esteve para casar com a filha do rei de Aragão, mandou uma frota de sete navios em que a câmara da galé rial, destinada à infanta, ia adornada com pendões de sêda, e os galeotes, todos vestidos com libré igual, manejavam remos pintados das mesmas côres. A bordo ia a embaixada composta de fidalgos de prol, com seus escudeiros, quarenta bèsteiros e muitos moços, com as armas portuguesas nos peitos das dalmáticas de cintos de veludo prêto.

Polido em extremo, sentimental e franco, D. Fernando era em tudo o oposto a um rei medievo: faltava-lhe a violência,

a crueldade, a perfídia — admiradas manhas e virtudes com que, nesses refalsados tempos, se conquistavam os homens, se aterravam os povos — se vencia. Delicado, cheio de defeitos e de qualidades modernas, a sua arma era o trato mesurado e o bom agasalho, e não a traição e o crime. D. Fernando não era do seu tempo. Quem diria que êle houvera nascido a quando reinavam nas Espanhas ¡os Pedros *cruéis,* os Carlos *maus!* Embora fôsse de natural muito senhor de sua vontade, e até assaz querençoso, o seu carácter, menos firme, esmorecia ao tentar a luta e falhava na acção pertinaz, deixando-se conquistar por corteses maneiras. Era um português com tôdas as qualidades de nobreza e de sentimento, e com todos os defeitos da vontade quebradiça e do anseio fugidio.

*

* *

Porque até então fôra livre..., tinha

passado os seus quatro primeiros anos de rei a administrar inteligentemente o seu reino com todos os acrescentamentos que lhe eram devidos, adiantando o comércio [63] e a marinha, organizando o exército, reparando os castelos, fornecendo-os de armas, e firmando sua política externa naquilo que lhe parecia melhor para defesa de Portugal: — ligar-se com os vários reis de Espanha para se manter em equilíbrio no arranjo de fôrças dos reinos peninsulares. Começara por aceitar a aliança que lhe propôs o rei de Aragão [64]; em seguida, a de D. Henrique II [65], que, após a guerra, usurpara o trono de seu irmão D. Pedro de Castela; mas logo que êste D. Pedro recuperou o reino e ofereceu também a D. Fernando a sua amizade, o rei de Portugal aceitou-lha, pois entendia, e bem, que as alianças políticas não eram com os reis mas com os tronos, fôssem quem fôssem os homens que nêles se assentavam. Por isso, daí a pouco, quando D. Pedro foi assassinado por seu irmão

D. Henrique de Trastâmara, que definitivamente alcançara o trono de Castela, D. Fernando de novo faria aliança com êste rei, se um especial apêlo lhe não viesse despertar, na sua alma de político, naturalmente ambiciosa de poderio, o apetite de aumentar o seu reino: um grande partido de altos fidalgos espanhóis — bispos, condes e Mestres, desobedientes ao Trastâmara — acabava de lhe oferecer a coroa de Castela e de prometer-lhe que por êle levantariam voz muitas cidades e vilas, dando-lhe os senhores as liais homenagens dos seus castelos. Ao mesmo tempo, o rei de Granada punha-se ao lado do rei de Portugal para, juntos, fazerem guerra a Castela, por terra e por mar. ¿Que faltava? Faltava Aragão. Para isso havia um fácil meio de atrair simpatias, de liar amizades políticas: — casar-se êle D. Fernando com D. Leonor, filha dêsse rei, e pôr nos tratos a condição da ajuda imediata contra Castela. Foi o que se fêz. Foram e vieram embaixadas a Aragão

e D. Fernando esposou em Lisboa, na igreja de São Martinho, por palavras de presente, a filha do rei de Aragão, tendo anteriormente firmado o ajuste pelo qual êste rei auxiliaria, com grande poder, Portugal contra Castela.

Com todos estes assisados preparos e singelamente confiante na fôrça e na lialdade do partido dos fidalgos castelhanos, contrários a D. Henrique; e ainda certo dos ajustados auxílios de Granada e de Aragão, D. Fernando lançou-se na guerra cujo êxito lhe parecia assegurado. Os conselheiros aprovaram, de certo, todos estes propósitos, e o privado-mor, o velho conde de Barcelos, não faltou com o seu solene juízo, que dava a máxima confiança a D. Fernando.

¡Romanesco em tudo! Seus devaneios são belos, mas sua acção é quebradiça. Precisaria de ter junto dêle conselheiros de comprido saber e vontades para feitos; mas, ao invés, os seus assessores eram decrépitos; ¡ e não tardaria a lançar-se num desvairo de amor que a todo

o momento lhe havia de entorpecer a vida!

Nessa época, só uma personalidade existia capaz de ter opinião contrária à do joven rei e à dos conselheiros que por ignorância não sabiam instruir, ou por cortesania se não queriam indispor com D. Fernando. Tal personalidade, algo desconfiada e sistemàticamente oposta a aventuras, diria rudemente ao rei, mais por seus instintos que pela inteligência das situações, que não confiasse tão abertamente na lialdade dos aliados, nem na fôrça do vencido partido de D. Pedro, e muito menos no desinterêsse dos fidalgos castelhanos que tinham acorrido a Portugal e a quem D. Fernando, cheio de bizarria, grandemente já agasalhava com generosas dádivas em terras, em dinheiro, em amizades. Tal personalidade bronca, mas astuta; bisonha, mas acautelada, — era o povo português, que, sem saber justificar os seus conselhos, tinha a sciência do

seu sentir. O instinto acerta, porque adivinha; e adivinhar pelo coração é raciocinar com o sentimento.

O povo, porêm, não foi ouvido: se fôsse, negaria o seu aprazimento a semelhante emprêsa.

O rei de Portugal, no meio de fidalgos, Mestres, cavaleiros, e muita gente de armas, entrou por Galiza dentro e pôs galés no mar da Corunha. Houve um ou outro combate com engenhos e bastidas, e D. Fernando foi avançando, galhardo e ufano, no meio de luzidas armas, ouvindo vilas tomar voz por êle e, galantemente, entregando aos fidalgos galegos, que se lhe ofereciam, o senhorio de terras e de castelos que os partidários de D. Henrique lhes haviam tirado; oferecendo ainda privilégios às cidades, ofícios e tenças aos servidores, e a todos, que bem o recebiam, gradas mercês.

Súbito, o rei de Castela, D. Henrique, e com êle o seu capitão Duguesclin, apa-

recem-lhe pela frente. Eram poderosos. D. Fernando, surpreendido, vê então que precisa de organizar fortemente as suas hostes para poder invadir. Regressa, recuando, recuando, até Coimbra. Há escaramuças nas fronteiras de Badajoz; prêsas e tomadias; roubam-se, de parte a parte, longas manadas de bois, récuas de bêstas; faz-se o bloqueio de Sevilha empachando a foz do Guadalquivir; — e nisto se passam dois longos invernos de guerra lenta, abrasando fazendas, perdendo-se gente, minguando a honra...

O rei de Granada cedo fêz tréguas com D. Henrique, e o de Aragão, por suas delongas, faleceu aos tratos, não chegando a começar a guerra, a-pesar-de haver recebido, adiantadamente, dezóito quintais de moedas de ouro — dobras e gentis — para pagamento dos soldos das mil e quinhentas lanças que deviam servir Portugal contra Castela.

Grande êrro. O povo português tinha razão.

Finalmente, intervêm o Papa Gregório XI[66] e as pazes[67], por embaixadas dos bispos de Cominge e de Brixia, fazem-se duradouras, entre «amigos para sempre um do outro», e tão firmes e afectuosas que logo ali ficou assente que D. Fernando casaria com a filha do rei de Castela, D. Leonor, infanta muita moça ainda. D. Fernando jurou solenemente, nas mãos dos delegados do rei de Castela, que dentro de cinco meses lhe casaria com a filha, embora a poupasse do contacto carnal durante sete meses[68] — ¡tão tenrinha ela era ainda!

¿E aquele casamento com a outra Leonor, filha do rei de Aragão? Êsse, desatou-o êste rei, logo que soube, cheio de desprazimento, da aliança de D. Fernando com D. Henrique — seu figadal inimigo.

Correm os meses. Já D. Henrique, que deu à infantazinha, em arras do seu casamento, boas vilas, alfozes e castelos, se prepara, mui ledamente, para as bodas

da filha, escolhendo-lhe os cavaleiros e as donas que a haviam de acompanhar a Portugal; e ao mesmo tempo, nos Paços de Apar São Martinho coisas e pessoas se dispõem para receber, com grandeza e carinho, a noivinha rial, que não tem ainda doze anos. Terminam-se os últimos corregimentos. Tudo e todos estão a postos. Dentro de poucas semanas casará D. Fernando, rei de Portugal, com D. Leonor, infanta de Castela.

III

Ela!

Nesse momento, Leonor Teles surge na côrte portuguesa. Tem vinte e um anos [69]. Irradia beleza, mocidade, frescura. Desenvôlta e louçã, ri, canta, baila. E' esbelta como o ideal da formosura de então o sonhava; e tem o raro, o estranho que perturba, atrai, conquista. A sua carne moça é um hino à vida. Alucina. Na massa ennovelada dos seus cabelos côr de brasas vivas, como um casco de cobre polido, destaca-se a alvura da testa e da face onde duas pequeninas covas, atraindo com a malícia de um subtil piscar, parecem guardar travêssos segrêdos que só ao ouvido se

dizem...; os olhos rasgados, do verde-escuro das águas do mar, fundos, belos e enigmáticos, na sombra das olheiras de bistre, que os aureolam de mistério, — chamam como um pecado generoso; as sobrancelhas são altas e serenas; as asas do nariz, bem desenhado, respiram a febre dos desejos; perfeitos os dentes; na bôca vermelha, entreaberta como um rasgão de lua, parece principiar-se a primeira sílaba da palavra *amo,* que só noutra bôca, entre beijos, se termina, ennodando as almas no esquecimento do amor; e o colo, branco tal a flor da magnólia, e boleado como se fôra de marfim, vindo, com a curva dos braços, da harmonia dos ombros descidos, chama para o aconchêgo espiritual do seio — canto místico da mulher onde os beijos são reza, existir é doçura, e a vida se ilumina de belezas e bondades. Quando, de encontro à luz, o sol pulveriza, em limalhas de cobre brilhante, a penugem da sua nuca e as pontas mais finas dos seus cabelos altos, a cabeça de Leonor Teles

arde numa auréola de encantamento — atraente como o desconhecido; e se pousa uma das mãos brancas, de dedos levíssimos e espalhados, por entre a massa perfumada dos ruivos cabelos lascivos, e se nessa atitude nos olha no fundo dos olhos, a minar, a excogitar, a alvoroçar desejos e aspirações, então toma êsse rosto de mulher bela e cruel o domínio da sedução, e sua alma crava garras de volúpia e dor na alma que ama, a arrastá-la, a escravizá-la, a perdê-la, sem que o homem amante jamais saiba explicar ou definir o que o escravizou e perdeu!

Leonor era a mulher marinha da fábula antiga dos nobiliários portugueses, formosa e muda, que dormia nas ribeiras e nos bosques descidos à riba do mar — sereia sorridente a induzir, com encantos mortíferos, caçadores e monteiros. Pelo corte do corpo «bem talhado» e pelas suas proporções[70] «tão mesuradas», realizava ela, na medida e no garbo, êsse sonhado sonho antigo dos trovadores galegos-portugueses, que devaneavam com a figura

de uma mulher que tivesse a beleza perfeita do «corpo delgado», do «cuerpo garrido», do «corpo loçano», do «cuerpo galano» — deusa, de tez luada, de cabelos avelanados e de olhos verdes, a quem, de mãos postas, se elevam cantos em loas dionisíacas e divinas. «Flor de altura» lhe chamavam os poetas de então — flor que mora no cimo, sobranceira a tudo, intangível como o céu, branca como a neve dos píncaros inacessíveis.

E em plena Idade-Média — fundo espêsso de mêdos e negrumes — êste corpo de mulher, feito de fôlhas de rosa e de palhêtas de ouro, era um sol a arder em beleza e graça, acendendo nas almas ensombradas o entusiasmo pagão pela melodia das linhas, pela música das flexões, pelo esmalte da carne na festa do colorido.

Na mais simples atitude, nos mais pequenos gestos, havia, no seu aparente modo de ser sensual e terno, um chamamento irresistível. A todo o momento parecia oferecer-se, fácil, como as flores

oferecem sua beleza e as fontes sua água livre. Em volta de Leonor ardia permanentemente uma atmosfera fatal de desejos febris, alimentados pela irradiação do seu corpo que se diria um tecido de instintos sensuais em chama. No bater das pálpebras, no quebrar do olhar quente, no pungir do sorriso de malícia, havia prometimentos vagos, deliciosos, infinitos...

No entanto, tudo isto era uma ingente mentira, mentira orgânica e vital: — era o extraordinário ardil de um temperamento ingènitamente falso, porque, sendo na aparência fogo, era nã intimidade gêlo, todos enganando e todos atraindo pela quantidade de mistério que em si encerra tudo que não é revelado. ¡A sua beleza, que parecia adôrno de virtudes, era engôdo diabólico de maldades! Nada do que parecia ser. ¡Estranha beleza de mulher! Símbolo do embuste, da ilusão que se escapa mal lhe tocam — deusa antíga que, quando se deixa conhecer, mata.

A serenidade é a arma defensiva desta muito bem calculada criatura, senhora de tão belo e calmo ser, que sabe jogar maravilhosamente com tôdas as graças da sua esbelteza, pô-las ao serviço dos seus pensamentos, sem nada denunciar de seus recônditos propósitos. Assim conquistava as almas, a frio, com sábios sorrisos e maneiras penetrantes, e se apoderava das situações. Leonor era, na dissimulação e na sagacidade, habilíssima, premeditadíssima, — a legítima herdeira de seu bisavô D. Gonçalo Annes de Menezes, a quem puseram o cognomento de «rapôso» pela série de boas manhas por êle usadas com fruto contra os mais sagazes e prevenidos homens do seu tempo e, muito especialmente, contra mouros ardilosos.

Quando D. Fernando se encontrou com Leonor Teles ficaram, frente a frente, a candura e a astúcia, florindo sorrisos, no aspecto irmãos, na intenção opostos. ¡ Um duelo do luar com o aço!

D. Fernando, galanteador de mulheres, não reparou em Leonor, um ano antes, vindo ela à côrte fazer uma rápida visita a sua irmã Maria Teles [71]. E não se apercebeu dela, porque Leonor, ao contrário das mais donas e donzelas que nos Paços via achegarem-se do rei, que, fugidiço, as amava de leve e de leve as esquecia, de propósito mal se mostrou, logo se esquivou — artifício que repetiu com mais cuidado, e linda perfídia na segunda visita, quando o rei aficadamente a olhara. Leonor entendera os desejos que relampejaram nos olhos azúis de D. Fernando, logo enlanguecidos, mas fingira nada perceber, e continuou, donairosa, a garrir com as suas melhores ledices, mascarando-se de honestidade simples e apetitosa. O rei insistiu e ela retraiu-se; o rei teimou e ela recusou-se. Então D. Fernando, que até ali não havia amado, mas brincado, e sempre que requestara conquistara, sentiu-se torvamente apreensivo e escravo, e ao mesmo tempo orgulhoso e tonto. Amou. Sofreu. Mais uma

vez nascera na alma do homem a flor do amor, criada entre ventos de sofrimento e cujo aroma anda nas tempestades, como o perfume estranho do ar, que o raio fendeu, se evola de entre trovões. Vieram tristezas, vieram dores; mas ao primeiro sorriso aquiescente de Leonor — primeiro embuste — D. Fernando rejubilou, sentindo que alguma cousa, de estranha beleza, cantava dentro dêle. ¡Alegrias do amor! ¿Para onde se vai? ¿Que viagem é essa que alvoroça o homem e lhe põe o coração em festa? ¡E' a romaria à Senhora da Alegria e à Senhora da Dor, pela estrada da Vida e da Morte!

D. Fernando sofre: — Leonor nunca mais sorriu para êle, mas continuou a rir para todos e para tudo, na garridice da sua primavera de anos belos e desenfadados, que estonteia o melancólico rei, a quem tanta alegria atrai e punge; e quanto mais ela brincava, mais D. Fernando penava.

O rei busca-a e ela desvia-se; e nas fugazes conversas, que os dois teem, vi-

vas e ágeis, Leonor, cobra e ave, coleia e saltita, cultivando em si o desconhecido. Umas vezes, apresenta-se voluptuosa; outras, desdenhosa. ¡E já D. Fernando, excitado, anseia por transformar essa bôca de desdêm em flor de amor! E as formas do seu corpo, seus meneios e atitudes — sua personalidade sensual — eram discutidas e interpretadas pelos desejos do rei, que preguntavam exaltados:

— ¿Como será ela?

*
* *

Certo dia, chegou de Pombeiro a notícia de que, em muito breve, por mandado de seu marido, uma cavalgada de homens bons viria buscar Leonor Teles. Já Leonor se aproxima do rei e lhe diz, humilde e pesarosa:

— De mais me tenho alongado em vossos Paços, Senhor. Das minhas terras meu marido me diz que vá.

¡Horrível nova! Não pode ser. Leonor há de ficar.

O rei não suportaria semelhante ausência. O seu coração não está preparado para tal despedida. ¡Impossível! D. Fernando desespera-se, e nessa mesma tarde, atordoado, procura Maria Teles, com quem impulsivamente, numa explosão, desabafa, contando-lhe tudo, tudo que se passa no seu coração desejoso.

Maria Teles, a sisuda dama de aveludado olhar tranqüilo, era, como todos os Teles, orgulhosa e dissimulada, mas, ainda mais que Leonor, aparentava cordura. A confidência de D. Fernando ofendeu-a. ¿Que pretendia o rei? ¿Porventura quereria fazer da irmã sua manceba? Ah, ¿então esquecia-se de que elas tinham nas veias sangue de reis?

— A minha irmã é nobre e casada com um honrado homem, bom fidalgo e bom vassalo, — respondeu, altiva, Maria Teles.

Era verdade, ¡tinha razão! — concordava o rei; mas êle amava, amava apai-

xonadamente e não se podia apartar de Leonor.

— Que não vá, disse D. Fernando.

— ¿Mas que há de pensar seu marido?

— Diga-se para Pombeiro que Leonor está doente, alvitrou o rei.

— Senhor, ¿como poderá acreditar em tal nova quem ao certo sabe que ela está bem?

— Busque-se outro arranjo... Seja o que fôr, mas que fique, ¡pois não há talante de eu viver sem ela!

O rei está alucinado. Um vento de insânia o agita, o remoinha, o tempestua, numa rajada de vendaval e de perdição.

— ¡«Impossível viver sem ella, um momento que seja»! — monologava em desespêro o pobre D. Fernando.

Maria Teles nunca o tinha visto assim, nem supunha que aquela alma tão meiga e aquele feitio tão gentil fôssem capazes de tanta impetuosidade e de tamanha perturbação.

— ¡Santa Maria, que desvairo! — dizia

Maria Teles, vendo o rei afastar-se, dobrado, acabrunhado, esmagando, com passadas trágicas, os tijolos das câmaras.

Maria procura então a irmã, a quem tudo conta; e Leonor, íntimamente feliz, mas a representar diante dela como diante de todo o mundo, levantando as sobrancelhas finas e arredondando de espanto os olhos belos, fingiu-se estranhamente surpreendida, não quis acreditar, sorriu para a irmã, e, brincando, palmeou-a pelo aito de mômo que ela ledamente inventara. Maria Teles insistiu. Então Leonor, dando-se por convencida, tomou uma atitude grave de magoada e negou-se, honestamente, a qualquer transacção.

Arteira, Leonor vive agora afastada de tudo, muito só na sua câmara, e retira-se do jardim, quando vê que D. Fernando busca aproximar-se dela.

Há nova conversa de Maria Teles com o rei, a quem esta diz quanto as inten-

ções de D. Fernando feriram sua irmã, e a firme resolução em que Leonor está de partir, asinha, para junto do seu marido, que a defenderá de quem quer fazer dela uma barregã. Então D. Fernando, numa grande exaltação, afirma, garante, jura que a não quer para manceba, mas para espôsa. O casamento com D. João Lourenço da Cunha se desatará e Leonor será mulher do rei de Portugal.

— Sim, ¡minha mulher!

Neste momento, o amor-próprio de Maria Teles sofreu tremendo choque ante a idea de que sua irmã seria rainha; e uma onda ruim de inveja lhe amargou a bôca, lhe cerrou os dentes, lhe amareleceu os olhos, enchendo-a tôda de azedume.

— Senhor, ¡e o vosso casamento com a infanta de Castela! ¿Não está tudo prestes?

— Também êsse se desfará.

— Por mercê, vos rogo, em proveito nosso, que não descaminheis êsse casamento que vos traz bom concêrto com poderoso reino.

D. Fernando responde que a filha de D. Henrique é uma criança, que a não ama e jamais a amaria. Mulher para êle só há uma no mundo. ¡Uma só! ¿Alianças? Não faltam. Outras se prepararão fortes e firmes.

— E' contra a religião.

— O Papa me absolverá.

— ¿Que dirá a côrte? ¿Que dirão os grandes?

E durante muito tempo Maria Teles, aparentando solicitude, insistiu junto do rei para êle mudar de propósito e renunciar ao projecto de casar com a irmã.

Os dois caíram em silêncio. D. Fernando, encostado ao mainel de uma gótica janela geminada, que deitava para o jardim dos Paços, pousou, sem ver, seus olhos amargurados na esteira em tremulina que os cisnes brancos deixavam ao singrar, airosos, nas águas verdes dos tanques riais. ¡Alma dorida, alheando-se de tudo, só remoía no seu cuidado!... E já a fantasia amorosa compunha belamente o espírito de Leonor à

imagem do seu corpo formoso. Romântico, partia do que não era para o que poderia ser...

Leonor Teles, de novo instruída, ouviu calada tôdas as informações. A alma enchia-se-lhe de infinito prazer que ela, serena e íntimamente, saboreava, aos bocadinhos, saturando-se de gôzo; e em nada, absolutamente em nada, se denunciava. Olhava a irmã no fundo dos olhos, sorria-lhe, fazia-lhe festas demoradas, falsíssimas, pois demais compreendia o que havia de despeito e de rancorosa inveja nas insistências de Maria Teles junto do rei, no sentido de o demover do casamento. Por fim, beijou-a na testa, firme, agradecendo-lhe a sua defesa, e disse que punha a resolução do caso nas mãos do tio conde de Barcelos, de quem Leonor, de antemão, sabia a estima e ternura que por ela tinha, e a infinita vaidade que o empolava.

Nessa mesma noite foi procurado D. Afonso Teles, o esperto conselheiro.

Durante horas conversaram os três, debatendo-se o conde, hábilmente, entre o dever de bem aconselhar D. Fernando no concertado casamento, que lhe traria uma boa política, presente e futura; o receio de contrariar e desgostar profundamente o rei apaixonado; o escândalo que viria após o desfazer o casamento de um fidalgo como D. João Lourenço da Cunha; e a simpatia vivissima que tinha pela sobrinha Leonor, que êle fácilmente (planeava o velho) conduziria no sentido das suas pretenções de preponderância, manejando-a junto de D. Fernando amoroso. Tudo isto se debatia nesse espírito acomodaticio.

Dormiu o privado-mor sôbre o caso, consultando o cabeçal; e no dia seguinte representou, junto do rei, a comédia de o convencer, com palavras moles, a que não desfizesse o seu útil casamento com a infanta de Castela. Varria, assim, a sua testada, mas bem sabia êle que todos os seus conselhos eram palavras vãs — conselhos a apaixonado — pois conhe-

cia quanto o rei era querençoso e aficado em suas opiniões. Depois, D. Fernando amava pela primeira vez...

Houve discussão. O rei, contumaz, não mudou de idea. O conde deixou-se vencer; Maria Teles, ofendida, transigiu à fôrça; e Leonor, em atitude doce, ofereceu-se, humilde e graciosa, como vítima, para não desfazer no gôsto do seu Rei e Senhor. ¡Uma sacrificada!

Trouxeram esta decisão a D. Fernando, que, correndo louco para Leonor, e unindo-a ao peito, lhe disse, em alvorôço, a palavra divina:

— ¡Amo-te!

¡O que vai nesta palavra! E' a escolha suprema, a preferência assinalada, a vida de um completada com a vida de outro — ¡um mundo inteiro!

— ¡Amo-te!

No amor tudo está dito e tudo está por dizer; mas cada um, ao senti-lo em si pela primeira vez, expressa-o tão da raiz da alma que sempre vem nova a palavra que êsse amor pronuncia — como são

sempre frescas as rosas que, há séculos, se abrem em cada primavera.

Ficou então assente que, à puridade, se procurasse desatar o casamento entre Leonor Teles e D. João Lourenço da Cunha, sob pretexto de cunhadia, pois eram consangùíneos em terceiro e quarto grau, por serem ambos netos (êle terceiro, ela segunda) de Afonso Soares de Valadares [72]. O Barcelos meteu mãos à tarefa, mas logo viu que nada podia conseguir, porquanto D. João Lourenço da Cunha, conhecedor dêste parentesco, havia-se prevenido com uma bula do Papa, concedendo-lhe a necessária licença.

¿Como vencer tamanha dificuldade? Vão mensageiros, em segrêdo, entender-se directamente com D. João Lourenço da Cunha, que, enfurecido contra a traição da mulher e do rei, apaixonado e orgulhoso, nada cede dos seus legítimos direitos. Então Leonor Teles, que conhecia bem o marido, mansamente, como pomba que falasse em fôrca, insinuou

que ensaiassem a violência, que o ameaçassem com perseguições, que o aterrorizassem com a morte...

Deu resultado. Ela bem o sabia. D. João Lourenço da Cunha, certo da guerra pessoal que o rei lhe moveria, acobarda-se, encolhe-se, e ao mesmo tempo, por orgulho, cala-se, afasta-se, busca, como simulacro de defesa, uma chalaça pitoresca para fecho das negociações (os seus olhos choram sangue!) e, às escondidas, metendo terra de permeio, retira-se para Castela, deixando o campo livre aos inimigos.

Uma vez longe, divulga o caso, a todos contando o que se passou, pois tudo quer menos que o julguem enganado. Ri, galhofa, tirando o máximo partido da sua desastrada situação; mas no fundo da sua alma torturada, moram juntos, lado a lado, um mortal amor por Leonor, e um mortal ódio contra D. Fernando (de quem se vingará) e tudo envolvido num infinito orgulho de raça, que lhe faz altear a cabeça em nobre atitude. ¡Coitado,

tem de cobrir a altivez com a mentira da humildade — de pôr uma máscara de comédia em cima das tragédias íntimas que o consomem, infernizam e matam!

* * *

E tudo isto levou semanas a preparar.

Nesse comenos, os sentidos sofreados de D. Fernando encheram-se de fome do corpo branco de Leonor, das suas imaginadas carícias, da curiosidade perturbante do desconhecido — do mistério; mas Leonor, entre lindos sorrisos que mais o enlaçam e enliçam, diz-lhe brandamente que espere, que espere, que o céu é alto, mas certo, para os piedosos que bem praticam...; — e não cede favores emquanto o rei não casa com ela. D. Fernando afirma-lhe e roga-lhe que confie, pois lhe jura que, mal se anule o casamento dela com D. João Lourenço da Cunha, e se desfaça o outro, já reali-

zado, por palavras de presente, com a infanta de Castela, — êle casará com ela. ¡Embora! Já o rei, terno, lhe diz:

— Quando os teus olhos pousaram nos meus, fecharam-mos; — eu sigo-te, cego, entrevendo-te...

¡Embora! A serena e astuta Leonor Teles continua a exigir compromissos mais solenes que as promessas do rei, mais firmes que as suas líricas palavras de amor.

Diante de tantas dúvidas e exigências, há um rápido momento em que D. Fernando parece esmorecer. Então Leonor, que o ausculta hora a hora, momento a momento, e pensa (erradamente) que o amor de D. Fernando vai tombar, revela-lhe, numa íntima confidência, primeiro por meias palavras e largos rodeios, depois mais claramente; — revela-lhe, recatada e envergonhada, o seu grande segrêdo:

— Senhor, estou virgem...

O rei pasma e enlouquece. E Leonor, sempre com os olhos castos postos nos

tijolos da câmara, conta a história complicada do seu forçado casamento, feito por parentes; a diferença de idade do marido; o farto leito comum, honesto como era o seu estreito catre de donzela; a repugnância que semelhante marido lhe causava; — emfim, afirma, ante o olhar espantado e sôfrego do rei em delírio, que o pequeno Álvaro, que passa por ser seu filho, não é filho dela, nem de João Lourenço da Cunha, mas de Lopo Dias de Sousa e de uma Elvira que andava por sua casa [73]. E com tal engenho relatou êste refalsíssimo caso, que o bom rei apaixonado ¡tudo e tudo acreditou!

Nada podia aguilhoá-lo mais. Leonor, desnudada aos olhos cúpidos do amoroso rei, assistia, serena, ao atordoamento que o seu perfeito corpo de deusa — branco e puro, modelado pelo luar, com o mar nos olhos verdes e o sol a arder nos cabelos de cobre brunido — causava nos sentidos alvoroçados de D. Fernando, inteiramente fora de si. ¡Ah, ia pos-

suí-la intacta! ¡Era o céu! Não pôde esperar; e, alucinado, guardando o seu segrêdo como a posse de um lugar onde um tesouro está oculto, com a alma incendiada de alegria luminosa e de indómita ansiedade, correu ao conde de Barcelos e logo combinou com êle realizar imediatamente um casamento clandestino, — já, já, emquanto se não fizesse o outro, de praça, — recabedando-a depois, como solenemente jurava que faria. O rei tem pressa. O rei desvaira. Um vortilhão o arrasta e abisma.

Nessa mesma tarde, numa câmara dos Paços, a ocultas da côrte, de todos, sómente testemunhando o acto o conde de Barcelos, Maria Teles e outrem de íntima puridade — casaram [74]. ¡Os instintos sensuais dêste moço criado à larga e em grande viço, acordados agora pelo clarim da alvorada de um dia de amor que devia ser de fogo e de perfumes, avançaram juntos, ardentes e fidalgos, como uma cavalaria de labaredas que galopassem!

. . . . . .

IV

O que se disse

Dias depois, o conde de Barcelos lembrou ao rei, esquecido da vida que o cercava, o grave compromisso do seu urgente casamento com Leonor, infanta de Castela. D. Fernando, alheado, ouviu-o sem o ouvir, olhou-o sem o ver. Inconsciente, sorriu para o conselheiro. Tudo, em volta daquele apaixonado, tinha para êle um ar vago, leve, lavado. Parava os olhos nas pessoas e nas cousas, com gôsto brando, sorrindo... Por fim:

— ¿A que vindes, conde?...

O Barcelos fechou os olhos fatigados e, algo aborrido, mastigando as sílabas,

repetiu o aviso. D. Fernando mandou então, sob reserva, mensageiros seus a D. Henrique, ao tempo em Tôro, com o recado de que não podia realizar o concertado casamento com sua filha, por se haver casado com Leonor Teles, que muito amava; e pedia-lhe que se não agastasse com êle, porque tal facto em nada britava os demais artigos da aliança perpétua, celebrada em Alcoutim.

O rei de Castela ficou desgostoso com a falta de palavra de D. Fernando, e melancólico pela maneira do seu casamento com Leonor Teles — uma mulher casada; mas, porque políticamente muito lhe convinha ter paz com Portugal, moeu em si, como pôde, esta afronta e, recebendo e entregando vilas e lugares que, de parte a parte, se haviam combinado dar, como arras dêsse casamento, insistindo ainda no cumprimento dos mais tratos da aliança, — despediu com boas palavras os emissários de D. Fernando.

Entrementes, a-pesar das reservas havidas, o segrêdo rompeu-se, espalhando-se na côrte uma boa parte do que se concertara. A' bôca pequena, nos recantos das câmaras, baixinho, com mêdo da inconfidência das paredes, comentava-se o feio procedimento do rei, aliás estimado por grande número de fidalgos que tinham nas suas vidas íntimas semelhantes crimes, embora sem escândalo maior. Entre donas e donzelas, o facto de verem uma outra mulher receber as altas preferências do rei belo e poderoso feria-as despeitadamente. As bonitas, porque se cuidavam mais formosas que Leonor; as feias, mais inteligentes; as menos novas, mais instruídas; e as que não eram nem belas, nem inteligentes, nem ensinadas, nem novas, — mais honradas e, bem casadas, mulheres de bênção.

A maior parte dos conselheiros de D. Fernando, que sentiam, quase com rancor, a privança do conde de Barcelos, todos os dias acumulado de benes-

ses, viram que a influência dêle subiria com a ascensão de Leonor Teles, e isto mordia-os e remordia-os; e os muitos fidalgos galegos e castelhanos, existentes em Portugal, que ligavam seus interesses ao casamento de D. Fernando com a infanta D. Leonor, ficaram ludibriados em seus planos políticos e conveniências particulares. Mas todos estes motivos internos, a que presidia o amor-próprio, se mascararam austeramente com razões de honestidade e de dignidade, a encobrir os maus propósitos reservados de cada um, e seus egoísmos mudos. Emquanto, assim, uns se mostravam profundamente ofendidos pelo escândalo de um rei se assenhorear da mulher do seu vassalo, outros afirmavam, como fidàlgos, que um rei não devia casar-se senão com mulher filha de grande. Os políticos diziam que era insensatez deixar de esposar a infanta de Castela, honroso e vantajoso casamento que trazia boas ajudas para o nosso reino; finalmente, os mais criminosos, mas exterior-

mente os mais puritanos, pondo uma máscara especial de orgulho e de piedade, doíam-se de ver a honra do seu rei — «mui amado rei», diziam — manchada com semelhante escândalo, que assolaria Portugal e se espalharia pelos reinos de Espanha. ¡Como se a essa hora vários reis da Europa, prestigiosos prelados e grandes senhores não fizessem precisamente a mesma cousa!

No entanto, uma vez diante do rei, tôdas estas opiniões se corrigiam, se encolhiam, se dissolviam; e as caras, de compungidas, transformavam-se em risonhas, de enojadas em festivas, como a felicitar o rei pela liberdade das suas resoluções, que êles, vassalos humildes, acatavam com gran respeito. Em Apar São Martinho grassava a endémica peste da mentira dos Paços. Nenhum cortesão falava verdade ao rei, porque êles eram dos que não sabem o que é a verdade, e êle dos que a não queriam ouvir.

E o rei esquecia-se de tudo, no esque-

cimento das suas morganáticas núpcias de amor. A felicidade, vivendo de si própria, é indulgente para com a miséria dos outros. D. Fernando, venturoso, congratulava-se com os homens e com as coisas, e a todos sorria afável e generoso.

O Conde de Barcelos, desfazendo as más impressões dêstes amores, afirmava que não havia motivos para sustos, pois que, em sua opinião, tudo se dissiparia brevemente, dado o feitio volúvel do rei; e, por baixo de mão, concluia arranjos para desatar o casamento, pondo sua sobrinha Leonor quite de seu legítimo marido, que tanto a amava.

*

* *

Em Valhadolid, D. João Lourenço da Cunha, relacionado com nobres a gaudiarem com os ditos do galhofeiro fidalgo português, contava, a rir, os pormenores do roubo que o rei D. Fernando de Portugal lhe fizera de sua mulher Leonor Teles, os chamamentos à côrte prepara-

dos por sua pérfida cunhada Maria Teles, que tudo alcofou, os planos do velhaco Barcelos e de outros, e, por fim, as ameaças vilíssimas, a êle D. João.

— ¡Todos uns vilões!, rematava, indignado. Depois, reprimindo-se, dizia num bem fingido sorriso de motejo:

— Não sou o primeiro a quem as mulheres fazem torto, mas sou o primeiro que o soube antes dos outros o saberem.

Assim dizendo, rebentava em farta rebolaria de risos e de vozes.

Para quem lhe não ouvia estas arengas e que, por detrás, se pudesse rir dêle, supondo-o um comum marido chufado e ignorante do ludíbrio em que vivia, usava D. João, ocultos na gôrra, uns corninhos de ouro — o ouro heráldico do brasão dos Teles. E quando alguêm, com sorriso equívoco, o olhava em silêncio e maliciosamente, logo êle, compreendendo, nos olhos chalros dos outros, o impertinente comentário impronunciado, completava alto êsse pensamento, atalhando perspicaz:

— ¡Sei que sou!

E, desbarretando-se, mostrava, cosidos no fôrro do chapéu, os simbólicos martinetes brilhantes. Mas nas suas horas de soledade, lá nessa descampada Castela, ¡quantas saudades do filho amado, quantas lembranças do corpo belo de Leonor, quanta anavalhada amargura, quanto doloroso enxovalho, quanto rancor contra o rei, contra a cunhada, contra os conselheiros, contra a côrte — ¡contra todos! Só uma idea lhe punha na face biliosa e na bôca arrepanhada um vinco de trágica alegria: — a esperança de um dia se vingar de Leonor, de D. Fernando, de Maria Teles, do Barcelos. Um dia...

Vai-se passando o tempo. Está juridicamente desfeito o casamento de Leonor, havendo-se conseguido (sempre com ameaças) que D. João Lourenço da Cunha não tornasse conhecida a dispensa por êle obtida de Roma; ratificam-se os artigos da paz de Alcoutim, criando-se

novas avenças com Castela; na côrte, abafam-se as mais cruas opiniões sôbre os amores do rei e de Leonor; e, cortesãmente, quase todos os fidalgos (exceptuando-se o infante D. Denis, Diogo Lopes Pacheco e alguns mais) transigem com a atitude do rei, a quem sorriem lisonjeiros. E assim os dias correm, continuando D. Fernando a folgar livre com Leonor Teles que, casada a furto e não satisfeita com o seu estado, se prepara, com todo o valor da sua sedução, para casar de praça e ouvir o bando que a clamará: — «¡Rainha de Portugal!»

E' então que, vendo a impotência dos avisos dos conselheiros, a mentira louvaminha dos fidalgos, a transigência criminosa do alto clero, ante a impudica atitude de D. Fernando e de Leonor, uma voz bem intencionada se levanta, corajosamente, para protestar contra desvarios e apontar ao rei o caminho estreito, mas honrado, do dever. Essa voz é a do povo português, ruda e lial. ¿Ouvi-la há D. Fernando?

V

O povo são

O ínfimo populacho de Portugal, de sangue leonês e galego, mó escura de valencianas cinzentas, buréis pardos, bristóis grosseiros, bragais encardidos, nos pés avarcas de bezerro e na cabeça chapeirão de ingrês, — era uma criatura atarracada, com o crânio redondo e a face tôsca e trigueira em que luziam olhos pretos e beiços carnosos. Mãos curtas, dedos rombos e peludos, barba dura, corredios cabelos negros, forte, mazorro, agreste, desconfiadão, afoito no perigo e rebentino nas bulhas a que se atirava com sanha danada — a mesma que na peleja o aguer-

ria, endoidecendo-lhe as pupilas heróicas — o todo da sua figura mansa e do seu sorriso grosso, mas cordo, respirava urbanidade na fôrça e valentia certa no perigo. Sujo e desleixado, estimava-se assim mesmo e sobretudo no que era por dentro: rudo, mas franco. Falava com o carão descoberto, a cabeça levantada, o olhar direito, afirmando rijeza. Amigo do seu amigo, podiam contar com êle. Criança impulsiva, era bom ou bruto, conforme a voz que alarmava seus instintos à sôlta, ou a mão de ferro que os continha.

Dentro desta mesma classe, a seguir aos solarengos, aos jugueiros, aos mesteirais, estavam os vizinhos, os homens bons e de criação, que na vida municipal ocupavam os primeiros lugares [75]. Embora um tanto ou quanto mais esclarecidos, no fundo, o feitio moral dêstes era o daqueles. Em todos os seus propósitos, nascidos em coração de sã índole e moldados em natural bom-senso independente de cultura, êsses homens bons seguiam a

linha recta, não por ser o mais fácil dos caminhos chãos, mas por ser o único que a sua lialdade conhecia. Amavam com zêlo as cousas públicas, a que se apegavam e que defendiam como à terra da sua lavoura e aos tratos da sua mercancia. Tinham a nítida noção de que Portugal era de todos — do rei, dos fidalgos e do povo. Formavam um família em que o pai se chamava rei, ao qual deviam obediência com independência, e, por isso, ao mesmo tempo que lhe beijavam a mão e o encomendavam em sua mercê, lhe diziam, cara a cara, suas queixas e agravos. Pai, sim; pastor, não.

Jamais a noção do poder absoluto entrou na mente do povo português. A idea de pátria andava com a idea de liberdade. Esta terra, no cabo do mundo, para cá dos montes e à borda do mar verde franjado de neve, tôda insolada de ouro e toldada de azul, dera-a Deus, como paga à gente ardida que, pelejando com fé, a limpou da infieldade sarracena, — para ser cristã e viver sôbre si. Dois ódios: a Cas-

tela e ao judeu. Dois amores: ao torrão e à independência.

O reino era pequeno, mas chegava. Que cada um vivesse na sua casa — na sua toca. Nada de aventuras. O mar entenebrecia o português, a terra pacificava-o. O mar era falso, o campo certo, a serra lial.

— O caminho da rapôsa é o melhor — diziam.

Só com os de cá o povo se entendia, pois os de fora, todos lhe pareciam hostis. A sua bôca rústica não sabia afeiçoar-se em sorrisos para estranhos suspeitos. O bairrismo do povo contrastava com o cosmopolitismo dos fidalgos. O carácter estava naquele e não nestes.

¿Que pretendeu o povo de então? Defender-se dos grandes, começando pelo rei, a quem não queria consentir que por si só fizesse guerra, desse castelos a estrangeiros, cunhasse moeda, gastasse de mais, ou coutasse a esmo[76]. Desejava o povo que os fidalgos, as Ordens e os clérigos não abusassem dos pequenos, ve-

xando-os com seus privilégios; que os direitos locais lhes fôssem garantidos; e que as justiças se fizessem prontas e bem distribuídas por todos[77]. Assim, acrescentava-se a fôrça do reino, engrandecendo a honra do rei.

Nos municípios, a sua voz ouvia-se; e havia mais de um século que o povo, representado por procuradores — bons cidadãos — tinha, no meio de prelados, priores, abades, Mestres e ricos-homens, o seu banco em côrtes, isto é, uma bôca que falasse por êle, advogasse seus interesses e o defendesse de agravamentos. As leis de D. Denis, de Afonso IV, de D. Pedro, contra as prepotências dos fidalgos, haviam defendido o povo dos maiores[78], atendido queixas, escutado direitos concelhios, obtido forais, o que, certificando-o na justiça, lhe dava a consciência da fôrça e lhe aclarava a esperança de melhores conquistas[79]. Num dado momento, o povo opõe-se à criação das sisas, pois não quer sacrificar-se com mais despesas — êle que conhece os gastos er-

rados — e protesta contra os excessos de fausto e de luxo dos fidalgos e dos gran-senhores [80]. Dia a dia, insiste em direitos: nos capítulos gerais, aprésentados em côrtes, pretende-se alargar as regalias comunais até à igualdade dos cidadãos; e perante as eleições dos municípios o povo goza da faculdade de levar recurso ao desembargo do Paço.

Ia-se adiantando no compreender que era forte. Tomava pé. Depois, as refalsidades dos fidalgos de consciência acomodatícia, as dúbias atitudes do clero corrupto, avigoravam-no, pelo confronto, na convicção da sua fidelidade, do seu obcecado patriotismo, enraizando-o na certeza de que era a única classe que amava obstinadamente o seu torrão e que dizia, sem rebuço, tôda a verdade ao rei. Porisso — êle que via de longe e de fora os homens e seus manejos — entendia que era quem devera escolher os conselheiros, designá-los a dedo, pois ninguêm como o povo português sabia o que melhor convinha ao seu rei.

A noção de disciplina social vinha-lhe da noção de família: — era preciso que houvesse um que dirigisse, a quem todos obedecessem, que todos respeitassem; vinha-lhe da noção religiosa, onde um só Deus ordena e comanda. Um, sim; muitos não. Do rei recebia o povo a confiança do governamento da mantença do direito e da justiça; ao rei era devida, da parte do povo, a dedicação pela causa de todos e, num dado momento, o lial aviso para os desvios da sua conduta, se, por sorte má, êle persistisse no êrro. Assim, com simpleza e probidade, a gente sã do Portugal moço, compreendia seu rei, seus homens, sùas cousas públicas.

D. Fernando era conhecedor e entendido no granjeio da lavoura de governar o reino, mas andava mal aconselhado pelos da sua privança e por certos grandes que tudo emburilhavam. ¿Que fôra essa guerra com Castela senão o resultado de desviados encaminhamentos? ¿Para que nos haviamos de meter com

vizinhos, indo fazer duras querelas, com lanças e galés aventuradas, fora da nossa casa? ¡Cobiça vâ! O que tínhamos, chegava-nos.

—Mais valem alimpaduras da minha eira que trigo da tulha alheia, — diziam.

Guerra, nunca; mas, uma vez que D. Fernando se meteu a fazê-la, devia el-rei estar, em presença de corpo, nos lugares cercados, Bragança, Vinhais, Carmona e Braga, que se renderam à mingua de socorros e de coragem—coragem, sim, pois, se o rei estivesse à frente dêles, as gentes pelejariam com multiplicada intrepidez, e talvez vencessem. O povo queixava-se disto, mas atribuia aos conselheiros a quebrada atitude do rei, pois sabia que, no caso da praça de Carmona, entregue à fôrça a D. Henrique II, foram êles os causadores de D. Fernando não acorrer lá, como prometera, e por isso lhes chamava, a êsses grandes:

—¡«Traidores e falsos»!

Se o ânimo do rei era brando, na obrigação dos conselheiros estava enrijá-lo;

e, se êle se mostrasse aficadamente querençoso em suas ideas, apontar-lhe os erros, por bem ou por mal. Citavam a firmeza dos homens bons de D. Afonso IV, que, quando começara a reinar, ouviu de suas bôcas a ameaça de buscarem outro rei, se êle não prestasse melhor atenção aos negócios da fazenda pública. Ora os conselheiros de D. Fernando, êsses, deixavam correr as cousas, mostrando que «se doíam pouco da honra e serviço de el-rei».

¡E o que custou essa guerra! Levou-nos um empilhado tesouro de boas moedas de ouro e de prata, herdadas de D. Pedro — ¡tão justiceiro rei! Por azo dela, estiveram os portos fechados e as alfândegas minguadas de rendas; fêz D. Fernando, sem ouvir o seu povo nem os grandes, lavrar refeces moedas novas (gentis de um ponto, barbudas, graves e torneses) e mudou o valor dos maravedis e das dobras, e daí todos os preços subirem desaguisadamente [31]. Foram erros sôbre erros; mas o povo logo viu, após suas primeiras queixas, quanto o rei que-

ria atender ao bem comunal, corrigindo a estima do dinheiro e criando no reino a niveladora almotaçaria que tudo taxava em razoados termos. O rei era bom e cavaleiro. O povo confiava nêle. Agora, porêm, era preciso esclarecê-lo, aconselhá-lo, de boa-mente, como um filho bem avisado faz quando vê seu pai, em qualquer desvairo de razão, seguir por torto caminho. Tornava-se indispensável atacar directamente o mal.

¿¡Um rei casar com mulher casada!? ¿¡Um rei roubar a mulher de nobre e bom vassalo?! Não podia ser. Não devia ser. Era contra a religião, contra a fidalguia, contra o mundo. Com filha de rei, que lhe trouxesse honra a êle e acrescentamento ao reino, sim. As infantas de Aragão e de Castela, primeiramente escolhidas — isso fôra atinado concêrto. Eis o que era necessário dizer-se a D. Fernando, cara a cara, fôsse como fôsse. Ah, se êle ouvisse as suas razões amigas, mudaria de rumo, leixaria Leonor — estava disso certo o ingénuo povo português.

Assim razoavam as gentes de Lisboa, e estas opiniões, arrenegadas e tumultuosas, eram repetidas, aqui e acolá, por todo o reino, em Tomar, Santarêm, Leiria, Alenquer, Abrantes e outras terras, em magotes pardos de gente meã, tendo à sua frente mercadores, ourivezes, tanoeiros, armeiros, petintais — nos cantos dos terreiros, nos cotovelos das ruelas, em que, esconsamente, se confidenciavam tristezas e revoltas, todos assustados pelos perigos que corria a boa fama do reino, magoados nos seus brios, cogitando na maneira, pronta e eficaz, de remediar o mal; e, após várias disputas, resolveu-se que o povo de Lisboa se juntasse honradamente e procurasse o rei nos seus Paços de Apar S. Martinho, e, numa fala, lhe dissesse ¡tudo, tudo!

¡Duelo desigual! De um lado, os nobres corações do povo português, escancarados de lialdade, todos se mostrando nos impulsos das suas paixões; do outro, a alma, pregueada de subtis astúcias, de

uma mulher bela e calma, jogando com seus atractivos, serenamente fixa no ponto luminoso das suas ambições, servindo-se, para as realizar, sagaz e fria, de propósitos cautelosos, de meditadas reservas, — de sorrisos aliciantes e de graças sábias. E, entre os dois, um rei inteligente e doce, mas, mísero de amor, perigoado aos ventos...

Embora. O povo vai falar.

VI

Frente a frente dos Paços

Uma noite de hostil negrume (havia muito que já parara de soar o sino de correr) quatro ou cinco principais, iludindo as rondas dos quadrilheiros do alcaide, andavam pelas estreitíssimas betesgas de Lisboa, onde não entrava o luar, de casa em casa, de taberna em taberna, de tavolagem em tavolagem. Sob o maior segrêdo, concertaram reùnir-se, no dia imediato, num determinado terreiro da cidade baixa, para, depois, abalarem em direitura aos Paços do rei. Na manhã seguinte, uma massa compacta de milhares de homens, mercadores, peliceiros, sastres, mesteres,

ourivezeiros, calafates, petintais, pergamilheiros, enchendo, de lado a lado, a Rua Nova, foram sûbindo, rumorosa e religiosamente, para os Paços de Apar São Martinho, apertando-se nas vielas íngremes, estreitas e sombrias. Levavam na sua frente, entre os principais do movimento, o alfaiate Fernão Vasques, homem agitado, de palavra pronta e afoita, que ia falar duramente ao rei, em nome daquelas gentes de Lisboa e das muitas outras do reino — emfim, do povo português. A multidão encheu a rua e o terreiro em frente dos negros Paços, que tinham as portas e as janelas trancadas. Queriam falar ao rei, mas o rei não aparecia. O silêncio poderoso da régia morada impunha-se. Tremiam. Um mixto de respeito e de indignação lutava dentro dêles. Já fortíssimas pancadas troavam nos portões, de espêsso castanho com almofadas em ressalto chapeados de ferro com recortes góticos e muita pregaria alta. Os ditos cruzavam-se ameaçadores. Crescia a grita agressiva. Então

abriu-se a mêdo uma janela e um pálido homem da côrte, debruçando-se, preguntou, em nome do rei, com sumida voz, o que pretendiam. De baixo não o entenderam. Êle, cortês, repetiu a pregunta em tom mais levantado:

—¿Que pretendiam?

—Falar a el-rei, responderam em côro muitas vozes decididas.

O privado de D. Fernando disse que o rei demandava o que lhes prazia. Então, do meio do povo, subindo a uma pedra alta que ali estava, ergueu-se a figura audaz de Fernão Vasques, e todos os rostos ansiosos se voltaram para ela, iluminados de expectação.

O alfaiate tirou a gorra, ajeitou a pescoceira do gibão, encheu de ar o peito resoluto, passou pelos cabelos soltos e pela cara pálida a mão a vibrar, e estacando os olhos febris nos olhos do privado, como se fôssem os do próprio D. Fernando, disse-lhe, numa voz sonora, nervosa, refreadamente calma:

—Falo em nome dos que estão aqui

juntos, da cidade e de longe, portugueses amigos do seu rei, que de boa-mente o veem, não prasmar mas aconselhar, por sua honra e dever para com Deus, a leixar essa Leonor Teles, com quem anda, mulher do seu vassalo D. João Lourenço da Cunha. Case o nosso rei com filha de rei, ou de grande, que nos dê filhos lídimos para um dia nos governarem.

Ofegava. Tomou-se de coragem, e concluiu com voz avolumada, cortando o ar com gesto terminante:

— A isto vimos nós cá.

A multidão, abalada, comovida, ululou aplausos vibrantes, em que o furor e a convicção extravasavam.

Fernão Vasques, pálido com o entusiasmo da enorme massa agitada que via em volta dêle, e estimulado pelos olhares ardentes de todos, limpou o suor que lhe escorria da testa, e aferrando de novo os olhos nos olhos do privado, acrescentou com a maior violência de voz:

— ¡Um rei em barregania com mulher alheia, ninguêm aqui lho consente!

¡Foi um delírio! Uma vozearia infernal rebentou em todos os peitos. Milhares de braços se levantaram, agitando no ar os chapeirões, acenando, aplaudindo. Eram muitos e dir-se-ia um só; — todos respiravam a mesma idea, em todos batia o mesmo coração. Tremiam de entusiasmo, instigando-se uns aos outros num contágio directo e rápido. E essa multidão composta de homens parecia uma multidão composta de mulheres — tal o intenso sentimento que a enchia, a cegava, a abalava. Escancarando as bôcas, todos clamaram contra Leonor:

— ¡Fora a barregã, fora a barregã!

Os apupos, as vaias espessaram o terreiro, ao mesmo tempo que as paredes impassíveis dos Paços de Apar São Martinho eram invectivadas por muitas e muitas mãos em punhos cerrados, como a querer derruí-las com o arranco dessas almas em ira.

Na janela, o camareiro empalideceu como um morto.

A vozearia continuou atordoadora,

brutal, selvagem. Fernão Vasques, rouco de bradar e fatigado de gesticular, conseguiu um rápido momento de silêncio, para dizer, em tom manso e amigo, modificando a violência da última frase:

— Que el-rei D. Fernando não queira mal ao povo português, porque o que lhe dizemos é para salvar um bom rei dos feitiços de uma mulher má.

— ¡Mulher má, mulher má! — repetiu o povo, num eco de tremenda cólera.

Já Fernão Vasques descera da improvisada tribuna e o privado se retirara da janela. A multidão, premindo-se, procura agora o orador, a quem quer abraçar, para quem quer sorrir, aplaudindo-o e festejando-o; e durante muito tempo o sussurro das discussões enche a praça e as ruas em volta, num augusto clamor de almas nobremente revoltadas.

Por fim, de novo apareceu à janela, branco como a cal, o enviado do rei.

Calou-se o povo. A ansiedade era ardente. O camareiro procurou com os olhos, entre a multidão, Fernão Vasques,

como querendo entregar-lhe, em nome do rei, a resposta ao recado que para êle lhe dera, mas, não o vendo, disse para a massa das gentes, em tom agradável e aparentemente sereno:

— El-rei, meu senhor, vos manda dizer que a todos é grado, esguardando aqueles avisos que bem mostram quanto vós sois bons portugueses, — o que tudo tem em seu serviço. Que estejam tranqüilos, porque Leonor não era sua mulher recebida e êle jamais pensara em casar com ela. Amanhã o esperem no alpendre de São Domingos, aonde el-rei, meu senhor, irá para, sôbre o caso, vos dar resposta mais larga, como lhe cumpre.

A mostrança leda do rosto do privado, o tom lial da sua palavra, a maneira mesurada de dizer, cativaram o cândido povo confiante, que ficou satisfeito com a resposta, acreditando na sinceridade do rei e seguro do acôrdo a que todos haviam de chegar no dia seguinte.

O camareiro saíu da janela e o povo começou a debandar para a Baixa, em

grupos rumorosos, mas assossegados. Alguns, ingénuamente comovidos e supersticiosos, diziam em volta de Fernão Vasques:

— ¿Quem sabe se o rei — tão bom — quer e não pode quebrar o empacho de feitiço que esta mulher lhe fêz?

E logo um da roda, violentamente:

— ¡Tiro-lha eu à fôrça!

E outros, com sorriso seguro:

— E de guisa, ¡que nunca mais el-rei a verá!

Fernão Vasques parou, voltou-se para êles, encarou um a um nos principais que o cercavam, e interrogou-os sob compromisso:

— ¿Juram?

Impetuosos, com os corações na bôca, todos estenderam para êle as mãos grosseiras, e, em atitudes decididas, palmeando o ar, responderam à uma, com voz solene e ruda:

— ¡Juramos!

Tinham o olhar vago e religioso.

Então, Fernão Vasques ajuntou-os a

si, e, olhando em tôrno, cauteloso, segredou-lhes:

— Amanhã, — ¡todos armados!

E separou-se dêles.

Não se enganavam: a intenção de D. Fernando era quitar-se de Leonor; mas, cavaleiro, lutava com os compromissos da sua palavra de rei; delicado, com a cortesania devida a uma dona; e sentimental, com a miséria do seu amor escravo.

*

* *

Nessa noite Leonor Teles bateu-se em duelo de amor. Sentia D. Fernando, tímido e apaixonado, vacilar entre as ameaças do povo e o seu amor por ela, amor, aliás, quebradiço, feito de querer e de não querer, de sol a arder e de luar a esconder-se, impetuoso e sensual, e logo esmorecido e triste, com a obcecação do instinto que cega, mas sem a fuga da espiritualidade que põe àsas no desejo,

o eleva e transfigura. Leonor lutava contra a indecisão do rei; contra a côrte oportuna, prestes a tender para o lado a que se inclinasse D. Fernando; contra os conselheiros que, havendo desistido de convencer o rei por êste não curar das suas falas, insistiam agora com êle, fazendo-lhe ver, assustadoramente, o desgôsto do povo, suas violentas ameaças, o alcance das revoltas, o desarranjo do reino. Então Leonor desdobrou-se em subtis e sinuosos jeitos, concordando com os fidalgos, com os conselheiros, a todos dizendo que, na verdade, o único casamento que convinha a D. Fernando era o casamento político, e que o de Castela, já concertado, vantajoso em alianças e arras de território, naturalmente se impunha. Insistia, insistia. Queria o bem do rei e do reino. Ela já sofrera na sua boa fama, mas a tudo se sacrificaria. E, fechando os olhos, baixando a cabeça, com o busto curvado para o rei e para os conselheiros, as mãos caídas, abertas e despidas de todo o querer, ficava-se

em atitude humílima — na de quem espera, submissa, todo o rigor das sentenças que sôbre ela hajam de cair.

A's vezes, quando, assim falando, a incredulidade dos ouvintes era patente, Leonor afirmava então, aprumada na sua honestidade, que tudo o que dos dois se dizia e suspeitava eram vilíssimas maldades, pois jamais nem ela nem o rei pensaram, um momento que fôsse, em se casar um com o outro. E tão repleto de sinceridade era o tom quente da sua voz, tão justas as inflexões das suas palavras radicadas, tão eloqùente a beleza da sua atitude, que vários suspendiam as dúvidas que tinham a respeito dela, e muitos a acreditavam. Porêm a sós com D. Fernando, nunca sua voz teve maior dulcidez, a sua bôca e o seu olhar fizeram mais tontos prometimentos, nem jamais foram tão envolventes de carinho os seus braços redondos, nem atraíu tanto apêgo seu colo, que em si continha tôda a dedicação do aconchego feminino.

— Em mim não penso, mas em ti, dizia.

O que a preocupava (mentia ela) era o prestígio rial. Um insulto daqueles precisava de severo e solene castigo. ¿Atrever-se o povo a dirigir-se ao seu rei, censurando-o de tal guisa? ¿Intrometer-se a arraia-miúda nos negócios mais íntimos do seu chefe e senhor? ¿Com que direito? ¡Não se devia permitir semelhante aproximação, e, sobretudo, semelhante atrevimento! D. Fernando concordava, mas parecia-lhe que, depois das explicações que tencionava dàr em São Domingos, tudo se esclareceria, acabando por entenderem-se — êle e o povo.

— ¿Como? ¿Transigir com vilões?

— Eu os convencerei.

— Estavam exaltadíssimos. Amanhã virão armados. ¡Matar-me hão! ¿Queres que me matem?

E Leonor, com um sorriso amoroso mordido de dor que o enchia de fraqueza sedutora, o olhar inundando o do rei, o busto quebrado de ternura, os braços estendidos e súplices, esperava a resposta, atraindo a si a alma frágil de D. Fer-

nando que, recuando instintivamente, a salvar-se, acabava por correr para Leonor, vencido, aniquilado, colando a sua bôca na dela, num esquecimento absoluto, como se, de repente, a sua alma se transportasse para um país livre e raro, longe de convenções, de conveniências, de interesses — ¡longe de tudo que tolhesse os impulsos naturais de cada um, terra de sonho onde o sentido da vida fôsse amar e só amar!

Pela noite dentro chegavam aos Paços várias novas vindas da rua: o povo estava grado ao seu rei; e sabia-se que Fernão Vasques espalhava pela cidade que a resposta de D. Fernando era cousa «mui bem dita». O rei, comovido nos seus brios, dizia:

— Quero falar às gentes de Lisboa, explicar-me.

Os conselheiros, aproveitando tão boa disposição, insistiam com o rei, dizendo-lhe que não deixasse de arrazoar ao povo; e que se, na verdade, nada havia

nem viria a haver entre êle e Leonor, declarasse D. Fernando, à multidão, que dentro de um prazo combinado casaria com a infanta de Castela. Leonor concordou com os conselheiros e com os fidalgos:

— Penso com vós.

D. Fernando olhou-a, surpreendido. E ela confirmou, nitidamente:

— Sim, a São Domingos.

Ficou assente: o rei devia ir falar ao seu povo. Os conselheiros retiraram-se satisfeitos e certos de que ganhariam a partida, pois a atitude de milhares de homens fortes, mas cordatos, havia de conseguir do rei, agora tão bem disposto, o que êles, até ali, não haviam conseguido ainda.

Durante a noite, D. Fernando sofreu várias crises de hesitação. Fizeram-se e desfizeram-se planos. Leonor, aguda, acompanhando-lhe de perto o pensamento, sopesando-o, conduzia-o suavemente no sentido das suas pretenções. Êle era

como um cego que diz que vê e que os outros encaminham...

Quando no dia imediato o rei pensava em seguir para o alpendre de São Domingos, a ouvir o seu povo, tendo com êle as explicações que julgava necessárias para o esclarecer, Leonor, jeitosamente, conseguiu demovê-lo dêste intento, dizendo-lhe ser preferível que os conselheiros e os principais fôssem adiante, indo, depois, o rei encontrar-se com êles. Leonor pretendia ficar só com D. Fernando para o manejar. Os outros foram; e os Paços de Apar São Martinho puseram-se em comunicação com essa tumultuosa assemblea popular, por meio de espertos mensageiros de Leonor Teles, que andavam de um lado para o outro, a saber os nomes dos maiorais, a ouvir ditos, correndo a informar do que se ia passando. Tais novas não podiam ser mais aterradoras: todo o povo de Lisboa tinha acorrido a São Domingos; havia milhares de homens armados; a atroada era enorme; o nome de Leonor andava

nas bôcas de todos, enxovalhado, cuspido; e as ameaças jogavam-se, violentíssimas. D. Fernando, pálido, com os olhos azúis engrandecidos de espanto, enchia-se de temor. Daí a pouco, chegavam mais notícias: agora diziam que Fernão Vasques se dirigira aos conselheiros e, com voz arrogante, os censurara de pôrem menos interêsse em assunto que tanto respeito dizia à honra do rei. Finalmente, alguêm, a correr, esbaforido, com os olhos aterrados, viera dizer que o povo estava bravíssimo, levantando as armas no ar, ameaçando todos, contra todos arremetendo. Iria explodir. D. Fernando, com os beiços a tremer, bradava, colérico:

— ¡Vilões, vilões!

Ofegava. Cheio de mêdo, abraçou-se em Leonor que o cerrou a si, muito, enlaçando-o estreitamente para não mais o largar. Apegado ao seio da sua amada, quente com o calor do seu corpo, tonto com o perfume da sua carne, olhando de esguelha em direcção a São Domingos,— D. Fernando titubeou:

— Se lá vou, ¡prendem-me!

E cerrava-a a si.

Então Leonor, aproveitando êste momento de mortal fraqueza, abraçou-o ainda mais fincadamente, encheu-lhe a bôca e a alma com um beijo ardente, poderoso, e pôs-lhe no ouvido, num cicio dedicado, de infinita magia, êste segrêdo político que parecia um segrêdo de amor:

— ¡Fujamos!

E o rei resoluto:

— ¡Fujamos!

Foi um momento. Leonor gritou pelas cuvilheiras, D. Fernando pelos camareiros. Vertiginosamente, correram-se os Paços, abriram-se os arcazes, enfardelaram-se roupas, encheram-se baús de vestidos, cofres com jóias e dinheiro, fizeram-se atados com utensílios e aprestos; nos pátios, aparelharam-se mulas e cavalos, montaram-se andas, andilhas e selas, carregaram-se azêmolas e carriagens; avisaram-se conselheiros, fidalgos, donas e donzelas; deram-se ordens a criados, a bèsteiros, a homens de pé, enchendo-se

as claustras, as lojas, os salões, as câmaras, os corredores, de pessoas correndo, atropelando-se, com espanto, com pavor, com febre, com delírio, como se rebentara ali um formidável incêndio, e já as línguas de fogo tudo invadissem, o fumo fôsse negro e espêsso, e as derrocadas se seguissem estrondosas, sem intervalo, umas sôbre outras, como trovões. Era preciso abalar, de-pressa, de-pressa, a galope, sem olhar para trás. Já os portões se abrem, as portas se escancaram, e cavalos e mulas, em que montam D. Fernando, D. Leonor, fidalgos, donas, criados e a escolta, correm, galopam, vôam pela estrada de Santarêm, ao longo do Tejo, num grosso tropel, que enche de espanto os gados das lezírias, as aves do céu, os homens, as cousas. ¡Lá vão, lá vão numa arrancada doida, envoltos numa nuvem de pó, a tropear, a tropear!

Quando, pela tarde, o ingénuo povo de Lisboa, depois de muito aguardar o seu rei na alpendrada de São Domingos, soube

que D. Fernando não vinha, porque fugira com Leonor Teles, rebentou em fúria, depenou as barbas, arrancou os cabelos, deu em si tremendas bofetadas de ira, ao mesmo tempo que lhe saltavam dos olhos lágrimas raivosas por se sentir escarnido pelo rei, por Leonor, pela côrte, pelos grandes, por todos; e invectivou os conselheiros — «¡ichacorvos! traidores!» — como coniventes em tudo aquilo; e não houve palavra suja, insulto baixo que não cuspissem sôbre Leonor — «a comborça», «a barregã», «a bagaxa», «a malvezada», «a feiticeira», «a mulher-má», «a de mau preço» — os quais, como chuveiros de pedras, de lama, de escarros, de imundícies, deviam cair na cara dessa formosa e astuta cortesã que, galopando no seu corcel desfreado e ao lado do seu rial amante, ia fugindo, com a face fresca, o sorriso dilatado e os olhos cheios de vitória — ¡fugindo com os seus cabelos ruivos, belos e infernais, penteados pelo vento!

VII

O monstro do capitel

Foi uma cavalgada de amor, parte por bosques fechados, outeiros de urze, campos verdes, cidades, vilas, lugares; parte por «caminhos fragosos, aldeias desertas, e terras incultas» [82]: — que durou semanas seguidas, pousando aqui e ali, esquecidamente. Núpcias deliciosas com o travo da aventura, dando aos beijos o perfume das cousas ocultas e arriscadas, e aos abraços certos o valor da confiança no perigo. E os dias, as semanas, os meses de todo êsse transparente outono se passaram, folgados e rápidos, entre caçadas, folias, aprazimentos, num estonteamento luminoso, sono-

ro, perfumado. Só para êles nascia o sol, se quedava o luar, se estrelava o céu. ¡Viveram!

Mas o amor, em D. Fernando, tão de-pressa ardia como esmorecia. Êsses meses, passados pelo reino, foram vividos pelo rei entre alternativas de desejos e de saciamentos, querendo agora com veemência arrebatada para logo caír na calma e no enfado. Estuava-lhe nas veias o sangue moço que, como onda, se entumesce e orgulha, e, como onda, se quebra e espraia em melancolia. A volúpia é uma flor de fogo que tem tristeza no perfume... ¡Aquilo era paixão, não era ainda amor!

Foram correndo os tempos. Os conselheiros e os fidalgos que andavam com o rei — o conde de Barcelos, Aires Gomes, o infante D. João, o infante D. Denis e seu aio Vasques de Rezende, — e eram opostos a semelhante união, tinham, assistindo a estas quedas, bem acabadas esperanças de que D. Fernando não pro-

longaria aquele escândalo, e que o casamento com Leonor jamais se efeituaria.

— Traz a vontade mui afastada..., diziam êles, assossegados.

Assim também pensava, entre outros, o infante D. Denis, de contenença austera, intransigentemente contrário a esta situação, que procurava minar. Alguns, porêm, mais sabedores do coração humano, estavam certos de que esta paixão, — das que de raiz se instalam na alma — era fatal no rei.

Leonor via tudo isto, compreendia tudo isto e estava alerta, não exigindo de D. Fernando a sua promessa, mas, pelo contrário, mostrava, na sua atitude tranqüila e em meios dizeres confiantes, quanto tinha, êsse casamento de praça, como absolutamente certo, jurando-lhe que jamais duvidara da sua palavra de rei. Estimulava-lhe o brio nos compromissos da honra.

Andando Dezembro, começara o inverno e D. Fernando queria voltar para Lisboa, a acomodar-se com o povo e a

proceder a contento dos conselheiros; mas reconhecia que não lhe era possível libertar-se de Leonor que, aliás, não amava (¡julgava êle!...) mas em quem não podia deixar de pensar, de quem, com certeza, não poderia viver afastado. ¿Que consciência teem da própria paixão as almas obcecadas?

O casamento assustava-o. Ardilosamente, inquiria o juízo dos seus privados:

—¿Pensais que D. Leonor me será, na verdade, mui convinhável?

As consultas dos apaixonados são feitas para encontrar, nas favoráveis opiniões dos outros, a estima de um apoio ao seu hesitante pensar, que transforme em atitude firme o que é dúvida tendente; e por isso o mais agradável parecer alheio é o que mais se assemelha com o parecer próprio. Os conselheiros, que tal percebiam e demais estavam certos de que só pela sua querença o rei se guiava e se decidia, e seguros ainda de que não conseguiam despersuadi-lo, respondiam-lhe esquivando-se:

— Porque, Senhor, já tendes em ânimo pôr em efeito vosso propósito, a nós não convêm falar nisso...

Mas o rei insistia, preparando a resposta à sua consulta:

— D. Leonor descende de linhagem dos reis e com ela teem parentesco todos os grandes nomes e todos os mores fidalgos do nosso reino; mas...

Ficava-se. Tinha dúvidas. E os conselheiros:

— Há muito sabeis que nossas razões são, por vários motivos, contrárias a tal casamento. Porende, fazei segundo vossa vontade.

O rei ficava perplexo. Preferia ouvir uma opinião nítida: — contrária, para lutar com ela e vencê-la; a favor, para se decidir a contento dos outros. Êle tinha enliçados os sentidos e comprometida a palavra.

Então o sombrio infante D. Denis disse-lhe, aberta e desenganadamente, num descargo nobre, o seu pensar contra semelhante atitude:

— Senhor e irmão, vosso casamento é escandaloso e impolítico.

E citou as opiniões de alguns privados, iguais à sua, proferindo o nome de Diogo Lopes Pacheco (ainda parente de D. João Lourenço da Cunha) que, por êste motivo, sentindo certas más vontades contra êle, se retirara da côrte e se fôra para Castela.

D. Fernando, que atravessava uma crise de cansaço, concordou com D. Denis:

— Creio, irmão, que dizeis bem, e que vossa vontade é boa.

Leonor Teles, tudo observando, conluiada com o Barcelos, preparava para breve o seu casamento; e logo combinou com o rei seguirem para o Pôrto. D. Fernando tinha-a enchido de jóias, e pensava agora, ensinado pelos conselheiros, oferecer-lhe muitas e abundantes doações — farto presente que a deslumbrasse, a saciasse. ¿ Saciaria ?

— E' de bom avisamento, diziam.

Então, num lugar chamado Eixo, sob o pretexto de que se tratava do dote do

seu casamento próximo («... damos e doamos à dita Dona Leonor em dote, e em arras para manter estado e encarrêgo de Rainha...; antes que com ela hajamos palavras de presente») passou o rei a Leonor uma generosíssima carta-de-arras [83] de várias vilas, terras e lugares que lhe oferecia, como Vila-Viçosa, Abrantes, Almada, Sintra, Sacavêm, Frielas, Unhos, Tôrres-Vedras, Alenquer, Atouguia, Óbidos, Aveiro e Merles — tudo com seus termos, terrentórios, herdades, casais e quintas.

Leonor agradeceu, sorriu e esperou pelo resto — ¡o principal!

Dias depois seguiram para o Pôrto e, uma vez aí, Leonor Teles fêz no rei, docemente, mas enérgica e aturada, a pressão final para realizar o prometido casamento de praça. As suas mãos — lírios de brancura, que pareciam leves como as fôlhas sêcas dêsse outono translúcido — tinham, no entanto, a tenacidade das mãos de um afogado: — ¡aferravam e não largavam!

O rei, enamorado e vencido, olhou uma vez ainda, silenciosa e interrogativamente, para os seus conselheiros e amigos e, entre êles, especialmente, para três: o conde de Barcelos, o prior do Hospital e Aires Gomes da Silva, seu velho aio. O Barcelos respondeu ao olhar do rei, desfazendo as últimas dúvidas que lhe estava vendo no fundo da alma:

—Estais de tal guisa liado com Leonor que nunca outra mulher havereis senão esta.

E o velho e experimentadíssimo prior do Hospital, pai de trinta e dois filhos, com a cabeça branca e sábia de viver, confirmou o dito do conde:

—Essa idea já fêz casa em vossa vontade, Senhor.

Era verdade. Insistir seria cousa tão inútil como açoutar o vento. Ficou decidido: — casariam e já. ¿Onde? Num lugar recatado.

Frei Álvaro Gonçalves lembrou então que o casamento se realizasse em Leça do Bailio, no mosteiro de São Salvador,

da sua ordem religiosa dos cavaleiros do Hospital, que era dali cêrca de légua e meia [84]. Todos aceitaram o parecer do bom amigo de D. Fernando, e que já o fôra de seu pai D. Pedro e de seu bisavô D. Denis, não só pelo respeito em que tinham o velho, mas ainda por superstição (as vésperas das grandes responsabilidades são cobardes), pois consideravam de mau agouro contrariar êste sages homem que passava por adivinho e gran sabedor de astrologias. O prior do Hospital tinha em Leça o túmulo do seu segundo tio Dom Frei Estêvão Vasques Pimentel, comendador, grande bailio, digno prior, a quem mandara, trinta anos idos, levantar, em letras góticas de bronze, um laudativo epitáfio em latim e em versos leoninos [85].

Leonor, que tinha pressa, dispensou alto fausto e cerimónias de antiguidade, e no dia seguinte, logo de manhã, todos se encontraram em Leça do Bailio, em frente da igreja dourada de sol rasteiro na sua clara silharia de recente fábrica,

com sua alta tôrre militar, fendida de seteiras, esquinada de atalaias e coroada de ameias. A cavalgada, de côres várias, surgindo de um souto verde de castanheiros frondosos, estacara. O infante D. João, vestido de saio de gicebi, com cinto de pele de anta lavrada de prata e barrete de sêda, expansivamente ledo e sempre mui galhardo fidalgo, segurando a estribeira, ajudara a desmontar da sua mula, pela mão, a bela Leonor de face fresca e olhos contentes, de branco como pomba, tôda envolta em véus de alveci que um ventozinho fino de Janeiro arrepiava e tufava no ar frio da manhã. Todos se apearam dos seus cavalos e mulas. A comunidade dos freires, com suas túnicas pretas e compridas, sinaladas, no lado esquerdo do peito, com a grande cruz de pano branco das oito pontas maltesas, cercados de beneficiados, capelães, merceeiros, esperavam na porta principal de arquivoltas góticas, sob a varanda ameada e a rosácea flamejante de côres. Entraram e subiram a nave

central, de lages húmidas. No primeiro degrau da capela-mor, o bailio, mitrado e revestido de pontifical, lançou a bênção, em cruz, aos régios noivos[86]. No côro, o órgão gemeu hosanas, que ressoaram, místicas, pelas naves de arcos ogivais. Seguiu-se a missa oficiada, servida por molaquinos de sobrepelizes brancas e de batinas vermelhas. A's obradas, o rei presenteou o mosteiro. Num estrado, coberto de panos da Palestina, ajoelharam, em cabeçais tecidos de ouro, D. Fernando e D. Leonor. A côrte enchia o arco cruzeiro; e o povo, que acudira dos arredores, apertava-se em chusma parda, de samarras e tabardos, de encontro às paredes de pedra lavrada e fria, até ao portal escancarado e ourado de sol. E no silêncio das rezas o grave infante D. Denis, seu saio de veludo, seu barrete de plumas, com o sobrecenho intratável, um braço cruzado no outro, e dois dedos da mão esquerda pinçando a bôca, intransigente, olhava para tudo aquilo — ¡e não queria acredi-

tar no que estava vendo! Então, seu olhar anojado fugiu (com o incenso dos turíbulos abrasados) para as alturas — para os vidramentos coloridos das janelas geminadas, para o travejamento do tecto, para as nervuras da abóbada da capela-mor; e, parando-o em certo capitel gótico, composto com folhagens de acanto e um monstro fabuloso, de língua farpante, garras grifenhas e bifurcada cauda em arpão, enroscado noutro, triturando-o, cogitou no quanto a figuração da pedra morta engenhava o caso vivo, ali pôsto, da alma felina de Leonor a ennovelar-se no sentir fragilíssimo e fidalgo do ¡malfadado amoroso D. Fernando!

Nessa mesma tarde saíu do Pôrto, a cavalo, com o pendão das quinas alçado, o bando municipal, soando a nova do casamento; e ao outro dia foi ela alardeada por todo o reino, andando arautos a bater atambores que chamavam às adulfas, aos postigos, às portas das casas, às

bôcas dos caminhos, homens, mulheres, rapazes e mães com os filhos ao colo; e todos saiam para as ruas, terreiros e lugares, em magotes, cercando e seguindo o pregoeiro, pasmados, vexados, ao ouvirem bradar, em voz longínqua e declamada:

—¡Arraial, arraial, arraial por D. Leonor, Rainha de Portugal!

O atambor rufava, passava; e já nas curvas das azinhagas distantes o som do bando esmorecia e se extinguia. De volta aos seus lares, o bom povo português, silencioso e acabrunhado, como se viesse de assistir a tremenda injustiça e previsse calamidade, murmurava melancólico, inteiramente descrente na honra dos grandes:

—¡Lá vão leis onde querem reis!

VIII

¡Rainha!

Leonor Teles subia ao trono de Portugal detestada pelas principais pessoas que a rodeavam e com quem tinha de viver: os fidalgos e a côrte. Não a via com bons olhos a infanta D. Beatriz, considerando Leonor a intrusa, que vinha privá-la não só de ser a primacial figura numa côrte onde até ali não havia rainha, nem outra infanta, mas ainda roubar-lhe a afeição do irmão, tão lêda, tão enamorada — como a de noivos. Maria Teles — uma Teles na ambição — roía em si o oculto despeito de ver sua irmã, de repente, em tão alto lugar junto do rei, em tudo dispor, em

tudo ordenar com poder e magnificência. Os conselheiros do rei, Badasal de Espínola, Afonso Fernandes de Burgos, Afonso Domingos, Aires Gomes, Martim Garcia, porque haviam lutado, até ao fim, contra o casamento de D. Fernando com Leonor, sentiam-se como que disgraciados ante o poderoso ascendente desta bela e astuta mulher junto do rei e, por isso, sempre desconfiosos, preveniam-se cautelosamente contra prováveis vinganças. Nos grupos das cuvilheiras da côrte velha, havia as naturais más vontades por essas donas se sentirem usurpadas, pelas novas camareiras, dos seus adquiridos direitos, e ainda desgostosas, contra o que é diferente do estabelecido, alterando costumes, pulsando fôrça nova. E tudo isto criava a Leonor uma atmosfera reservada e encobertamente hostil.

Por seu lado, ela podia contar com seu tio D. João Afonso Teles, o manhoso conde de Barcelos, que tão discretamente a auxiliara no seu casamen-

to; com Frei Álvaro Gonçalves, o velho prior do Hospital, criatura cansada e tolerante, que a olhava com os seus pequenos olhos sorridentes, ainda húmidos de sensualidade, a brilhar, redondinhos, entre o docel das pálpebras entumecidas e a concha das olheiras papudas; com o infante D. João, cada vez mais estouvado, mas sempre gentil. Dos mais — despeitos, invejas, ódios.

Vira êsses rancores, filhos do orgulho, na pessoa do infante D. Denis, quando foi do primeiro beija-mão que ela no Pôrto obtivera do rei, logo a seguir ao seu casamento em Leça, como tributo senhorial de soberana homenagem. Leonor bem sabia que o infante lhe não beijaria a mão, porque por tôda a parte êle, durante tempo, vinha afirmando que D. Fernando nunca se casaria com ela, e que, se por qualquer motivo casasse, D. Denis não a reconheceria rainha, pois a considerava casada ainda com D. João Lourenço da Cunha; e que dêle, filho de D. Pedro, rei tão amado do povo, neto

do bravo D. Afonso IV, bisneto do sages D. Denis, e trineto de D. Afonso III, —jamais havia de receber preitos. Fôra sempre seu inimigo, fazendo todo o possível por desviar D. Fernando de tal casamento; e, por vezes, o rei reflectira no que lhe dizia êste seu irmão de olhar teimoso, de face sem riso, de bôca sem palavras, mas de conselho sempre assisado nas raras vezes que se pronunciava. Com êste não sabia Leonor lutar, porque êle era insensível à lisonja; e perante a sua máscara austera quebravam-se, como num escudo, as mesuras, e encolhiam-se todos os sorrisos afagosos e falsos com que ela vinha para o conquistar. No entanto, como D. Fernando o ouvia, era preciso, quanto antes, que o rei se desafeiçoasse dêle; que uma trama o afastasse da côrte, ou melhor, o aniquilasse de vez. ¿Como obter isto?... ¿Como separar D. Fernando do infante?... Um vivo conflito de honra, travado entre o rei e êle, o perderia para sempre. Leonor Teles preparou para isso o beija-mão, indispondo

préviamente D. Fernando contra D. Denis, por lhe dar a entender a insólita preponderância que o infante ambicionava ter junto dêle, dela, na côrte e na política do reino. ¡Um perigo!... E D. Fernando tudo acreditou.

Aconteceu o que a rainha planeara; e se D. Fernando não matou logo ali D. Denis, pelo menos tornou-se de ódio contra êle, expulsando-o. Isto lhe bastava.

A scena passou-se numa vasta quadra, de paredes altas e despidas, do convento de São Francisco, no Pôrto, onde então os reis pousavam[87]. Num estrado, coberto de maromaques, entre pajens vestidos de gran, tronavam os reis, sentados em cadeiras de espaldas góticas, debaixo de um sobrecéu de brocado carmesim franjado de ouro. D. Fernando, com seu estoque francês à cinta, vestia opa rica, tendo a sua esmeralda grande por firmal; e Leonor, de manto de arminhos e corôa de ouro, ostentava beleza e poder. A' direita, o alferes-mor erguia, tendido, o es-

tandarte. Cercavam-nos o mordomo-mor, o meirinho da cúria, o chanceler, oficiais, alta cleresia e senhores. A luz era escassa na quadra freirática. Sombras acariciavam o brilho das cotas de aço, os ouros dos aurisamitos prelatícios, as côres vivas dos gibões dos fidalgos.

O beija-mão começara. Os adiantados das províncias, alcaides, Mestres, grandes do reino, donas e donzelas, curvados e de joelhos, haviam, lisonjeadamente humildes, de beijar a mão branca da rainha que, graciosa, sorrindo com a bôca vermelha e os dentes alvos, lha estenderia, num gesto lindo de lírio aberto — lírio a desfolhar-se — como acabava de fazer ao galhardo infante D. João.

Seguia-se alguêm, que, em pé, hostil, com o seu habitual jeito de cruzar um braço no outro, a cabeça alevantada, o cenho severo, o olhar encadarroado e oblíquo; — alguêm que não ajoelhara ainda diante da rainha: era o altivo infante D. Denis. ¿Provocação? ¿Felonia? Entreolharam-se todos. D. Fernando fi-

tou olhos de cólera nos olhos do irmão, que, imóvel, se impunha pela sua atitude brava e fidalga. Num gesto soberano, o rei apontou-lhe a mão bela da rainha. O infante, impassível, com uma ruga funda entre as sobrancelhas, disse de lá, firme:

—Não quero.

—¿Porquê?

—¡Seria uma vergonha!

—¿¡Vergonha!? ¿Não estão aqui para beijar a mão da rainha os grandes fidalgos dêste reino? ¿Sois, porventura, maior que vosso irmão D. João?, retorquiu sanhudamente D. Fernando, avançando, ameaçador, sôbre D. Denis.

Leonor rejubilava. Seu olhar, humedecido de prazer vivíssimo, incitava o rei à desafronta, à morte. O silêncio era duro; a ansiedade, aguda. Súbito, D. Fernando, sob a impressão de um olhar imperioso de Leonor, bradou iracundo:

—¡Beijai!

Sua voz troou. As almas tremeram. Então D. Denis, de sobrecenho cerrado, avançou em passos vagarosos e solenes,

subiu dois degraus do trono, colocou-se na frente de Leonor olhando-a, sobranceiro, com olhos entumecidos de orgulho, estendeu para ela o braço direito levantado e a mão curva, e, torcendo a cabeça para o rei, disse, com voz forte, do alto do seu rial sangue:

— ¡Que ma beije ela a mim, que de reis venho!

Leonor Teles ergueu-se súbitamente aspirando um ai estrídulo, recuou com a cadeira para o fundo do estrado, e cobriu e premeu com as mãos arqueadas os olhos ofendidos. ¡O insolente orgulho do cunhado varara-a de lado a lado! D. Fernando, louco, galgara os degraus do trono e correra, com a adaga no ar, para apunhalar D. Denis, que, saltando do estrado e recuando um passo, tirara da espada brilhante, que flamejou na sala mal iluminada. Os irmãos, furiosos, atiravam-se um para o outro, num encarniçado duelo de morte, quando, em pleno tumulto, dois velhos, de calvas rubras e de brancas barbas pendentes —

Gomes da Silva, aio de el-rei D. Fernando, e Vasques de Rezende, aio do infante D. Denis — ¡enérgicamente se meteram de permeio, separando e acalmando estes dois homens possessos de sanhas furibundas!

Leonor, ao fundo, encostada aos panos de damasco que desciam do dossel, olhava ansiosa, por cima das cabeças das donas e donzelas que buscavam assossegá-la com palavras de preito; e D. Fernando, branco como a cal e tôrvo de cólera, ordenava, em alta grita — ¡de-pressa, de-pressa! — que lhe tirassem da vista o irmão traidor:

— ¡Nunca mais o quero ver!

Desde êsse momento, D. Denis foi homiziado da côrte, e, marulhado de desgostos, não tardou que seguisse para Castela.

Dêste inimigo estava Leonor livre.

*

* *

Maior que a inveja dos grandes, só o

rancor do povo humilhado, mas intransigente. ¡Não lhe perdoava! Mais do que a êle próprio, Leonor ofendera a honra do seu rei e vexara o renome do reino — ¡tão amado!

— ¡Comborça e malfária! — vociferavam as gentes.

O povo esvurmava raivas; mas porque vivia afastado, seus ódios reprimidos, ou segredados em vozes baixas e receosas, não molestavam Leonor, que os ignorava. Tinha inimigos liais que nela encaravam hostilmente; mas muitos outros havia que lhe apresentavam ledos aspectos, sorrisos e gentilezas, porque a sua guerra — a dos paços — era velhaca como lume debaixo de cinza. Leonor percebia-os, fingia-se desatenta, e intimamente planeava aniquilá-los, pondo-os ao seu serviço, subornando-os, comprando-os. Serena, tinha absoluta confiança no engenho das suas manhas, no seu poder, na sua energia; — e sorria para os seus inimigos.

A atracção da sua beleza estranha,

seu meditado donaire de mulher artificiosa, sua argúcia em conhecer e manejar almas, teriam jeitos de desenrugar o cenho carrancudo de uns; de descerrar os dentes raivosos de outros; de transformar risinhos de escárnio em sorrisos claros de estima; de destorcer a bôca despeitada de alguns; de abater a sobranceria insolente dos orgulhosos que a desprezavam; e de desenfadar os ombros dos quase indiferentes que, para comprazer com muitos, se afastavam dela, melindrando-a. Triunfaria. Para isso, rainha, dispunha da grandeza que honra a quem dela se aproxima; do prestígio das mercês; do poderio dos primeiros lugares; da fôrça que traz acrescentamento de senhorio.

Tôdas as almas são frágeis no seu tecido de vaidades, e quebradiças por prontas a dar ouvidos ao amor próprio que as acirra. Leonor sabia tudo isto. Esta seria a táctica para os rebeldes ou difíceis; para os demais, muitos e ambiciosos, que já se achegavam às suas abas,

sorridentes, acalentando-a com louvaminhas — para êsses bastava o agrado presente e o aceno da esperança de, no futuro, usufruírem melhores senhorios e mais gradas mercês. Desta maneira, com uns e com outros, chegaria a constituir vasto e forte partido, a obter o domínio supremo — a conquistar, a triunfar.

Começou por se engrandecer a si própria. A-pesar-da generosidade que o rei houve com Leonor, na farta carta-de-arras que lhe deu no Eixo, encheu-se ela, ainda, de novas doações. Todos os dias o rei, querendo fazer-lhe «graça e mercê», lhe acrescentava o seu mantimento («para ela sofrer os encargos que escusar não pode») com uma nova vila, em pleno poder, com todos os seus termos, coutos, herdades, casais, direitos, pertenças, entradas, saídas, rocios, montes, fontes, rios, ribeiras, pescarias; ampla jurisdição no crime, no cível, na sujeição, em pessoas e bens, no alto e no baixo senhorio; e tôdas as rendas, tri-

butos, tenças, foros, pensões, direitos temporais e espirituais. Hoje Leiria, amanhã Vila-Rial, no dia seguinte Pinhel, — sem jamais terminar. Leonor enchia-se de poder e de honras; e não tardaria que ela pusesse em vigor um antigo uso, embora abolido, que tanta soberania anunciava: — o de a rainha assinar com o rei os tratos políticos[88]. D. Fernando, sempre magnificente, deu-lhe assim todo o poder civil, inclusivamente o da pena de morte.

Leonor principiou então a organização da sua fôrça — preparo da sua obra política — chamando a si os velhos fidalgos. Ao conde D. João Afonso Teles, seu tio, grande privado e amigo do rei, e que tão hábilmente a ajudara no seu casamento com D. Fernando — a êsse fê-lo conde de Ourêm e lisonjeou-o ainda, fazendo-lhe condes os seus filhos: — D. João ficou conde de Viana, e D. Afonso, segundo conde de Barcelos. Depois, colocou a família, começando pelos irmãos. ¿Quais eram os postos de maior

responsabilidade e honra em terra e mar, na guarda de Lisboa? Eram a alcaidaria-mor do castelo e o almirantado geral. Pois estes dois lugares seriam para seu irmão D. João Afonso Teles de Menezes — altos cargos que dora-avante haviam de receber a vassalagem dos principais homens bons, e honrados escudeiros da cidade, figuras como Afonso Valente, Vasques Filipe, Anes Nogueira, Afonso Furtado, Pedro Alçada, Anes Lobato, e muitos mais. Ao outro seu irmão, D. Gonçalo Teles, fêz conde de Neiva e Faria, Entre-Douro-e-Minho — terra farta e de poder. Fêz também conde de Ceia seu cunhado D. Henrique Manuel; e conde de Arraiolos D. Álvaro Pires de Castro, irmão da desventurada Inês de Castro. Eram núcleos de fôrça que chamariam a si outras fôrças de que Leonor disporia.

Deu o mestrado de Cristo a seu sobrinho D. Lopo Dias, filho de sua irmã Maria Teles e o de Santiago a D. Fernando Afonso de Albuquerque, irmão de suas

cunhadas, pois sabia quão grande era o poder destas instituìções nas relações nacionais e internacionais e, portanto, a alta conveniência de as ter por si para nelas se apoiar.

Uma sua irmã bastarda, D. Joana, comendadeira de Santos, casou-a com D. João Afonso Pimentel, dando-lhe em dote a cidade de Bragança; e casou com uma sua parenta, donzela dos Paços de Apar São Martinho, Pero Rodrigues da Fonseca, a quem fêz dar o castelo de Olivença.

Fora da família, concertou muitos e muitos casamentos, dotando as noivas e os noivos com castelos e coutos, afiançamentos de arras e tenças anuais — única maneira de realizar certas alianças, porque, sem estas garantias práticas, não havia uniões possíveis, pois os fidalgos portugueses, minguados ou pobres, já ao tempo se não contentavam com a «clareza de linhagem» que as noivas lhes trouxessem. ¡E, por debaixo de mão, quantas somas de ouro amoedado ela

distribuía pelos seus cortesãos! Emfim, acrescentou, casou, honrou.

Desta arte, aproximara grandes famílias, criara parentescos, chamara a si os principais da cidade; e no reino insinuou, para comandantes de castelos e fortalezas, nomes de cavaleiros que Leonor Teles sabia que eram por ela. Não se cansou de proteger, conseguindo para estes, para aqueles, para êsses outros — homens e vilas — a mercê de julgados, de terras de juro, de lugares, de aldeias, de préstemos, de reguengos, de coutos, de herdades, de jugadas, de rendas de azenhas, de isenção de jurisdições, de confirmações de privilégios de usos, bons costumes, alcaidarias e tenências de castelos. Emfim, indo ao encontro das vontades de uns, realizando as ambições de outros, satisfazendo a várias demandas solicitadas, criando fidalguias novas, acrescentando senhorios, distribuindo mercês e dignidades, engrossando ofícios e poderes, instituindo feituras suas, tudo fêz no cálculo da gratidão prestimosa. Assim,

semeou centenas de bemfeitorias de que contava usufruir na sua vida política, em que fortemente se instalava, criando dependências, vencendo animosidades, firmando amigos — constituindo valor.

*
* *

Leonor seduzia; e a sua sedução, que, pela fôrça, parecia material, era a substância da simpatia penetrando, persuadindo. Quatro palavras suas, plenas de inflexões, aparentemente liais e carinhosas; um olhar inteligente e envolvente; duas atitudes perturbadoras e afeiçoadas: — eram o suficiente para atrair, enlear, estontear. Sua mocidade era luz que aquecia e alegrava. Seu olhar, pousando nos olhos sôfregos dos homens que a apeteciam, prometia aos moços e remoçava os velhos. Confiava absolutamente na irradiação da beleza do seu corpo de leite e rosas, toado em coloridos doces; no calor embriagante que

dêle subia, como se fôssem vapores de vinho; — confiava na sua nudez divina e oculta, a actuar nos outros, como um foco de luz e beleza; e por isso, silenciosa e quieta, oferecia-se a sorrir, sem se dar.

Leonor tinha a atracção em si. Era a atracção. Aonde chegava, conquistava. Pessoas e cousas corriam para ela. O seu domínio poderoso, exercido com graça leve, era absoluto. A todos aprazia, porque tinha a qualidade mágica de, sendo uma, parecer vária, de modo a agradar às pessoas do mais oposto feitio. Era como, ao poente, a mesma montanha vista por muitos e diversos... A sua alma, composta de almas, desdobrava-se e servia, pela afabilidade, almas diferentes.

Depois, queria e sabia querer. Tudo nela era mocidade. Não havia no seu corpo belo uma só célula que não fôsse nova e robusta — que não quisesse viver galharda e ostentosamente.

Para que o reino a visse, a admirasse, a amasse e, mais de perto, lhe pudesse

requerer petições e mercês e ela melhor satisfizesse o que lhe rogassem, — ora estava no Pôrto, ora em Aveiro, em Coimbra, na Vila da Feira, em Cantanhede, Braga, Rio Maior, Buarcos, Leiria [89], por todo o reino, sempre acompanhada de côrte, luzidia e lisonjeira, e do rei, tão amoroso, em quem ela alimentava amor — ¡amor nascente, porque Leonor continuava a ser para êle uma mulher desconhecida! Quando D. Fernando supunha ir vê-la sob certo aspecto, surpreendia-se encontrando-a muito outra. Ela andava com as horas do dia, com a luz — ¡luz misteriosa que vinha de um misterioso jardim!

— ¿Porquê?, preguntava, assombrado, o rei.

¡Nada sabia! ¡Levantava os braços buscando-a, sem que jamais a encontrasse! E isto o desnorteava, e isto o prendia...

Leonor Teles cercou-se de luxo e acrescentou ainda a sumptuosidade que encontrara na casa de D. Fernando, au-

mentando o número dos barbeados [90], senhores que seguiam, em lustroso séquito, as pessoas do rei e da rainha, com moços de câmara, moços de estribeira e pajens. Alfaiou os Paços; as festas eram sucessivas; os salões enchiam-se de sons de tamborins e alaúdes; e nos corredores cruzavam-se senhores, cuvilheiras, donas e donzelas, capelães, físicos, oficiais de armas, oficiais menores e escudeiros — todos em grande estado.

Dezenas de criados serviam banquetes em volta de mesas acuculadas de frutas e doçaria, de côres variegadas, entre flores, matizando-se umas nas outras, sôbre alvos almezares mouriscos. Da ucharia vinham enormes travessas de carnes selvaginas e de outras viandas enfeitadas e armadas em castelos ameados, de onde irrompiam revoadas de pombas brancas, ruflandando as àsas, indo empoleirar-se, assustadas, nos frisos do tecto e nos florões dourados dos travejamentos negros de cedro embutido em marfim.

A' volta, moços de câmara, suas dalmá-

ticas brosladas, alumiavam, empunhando tochas.

Voltara-se aos tempos de D. Denis, das grandes e ricas baixelas, em que as copas, os pichéis e as escudelas eram de ouro e de prata, e de ouro português da Adiça a coroa e o scetro dos reis. Emfim, o fausto, servindo o poder e a fôrça.

¿E o povo? ¿Não pensou Leonor no bom povo de Portugal? Pensou: — pensou na gente de Lisboa para a esmagar e inutilizar, mas viu que a ocasião não era oportuna. Esperaria meses, um ano, dois anos — por hora própria. Até lá, gozaria o prazer de confiar na vingança certa, antegozando o castigo tremendo que a sua imaginação voluptuosa teceria devagarinho, com deleite e graça, como se fôra um brocado de sirgo que dia a dia cresce, vive nas mãos leves de quem o engenha e compõe. Esperaria. Os vingativos esperam gozando.

IX

Rainha de Portugal, de Castela, de Leão, de Tolêdo, de...

O ardente desejo de Portugal dominar Castela era um sentimento assíduo em D. Fernando; e as pazes de Alcoutim, postas, com juras solenes, nas mãos dos bispos medianeiros de Urbano V e nas dos contratantes de el-rei de França, não conseguiram senão amodorrar e delongar, na mente do rei português, o sonho político de conseguir, um dia, para as terras lusas, a hegemonia da península hispânica. Agora tal cobiça, revinda, era ateada, tenazmente, pela ambição descomedida e doentia de Leonor Teles, que ao seu título soberbo de rainha de Portugal

queria ajuntar os títulos, poderosos e dilatados, de rainha de Castela, de Leão, de Tolêdo, da Galiza, de Sevilha, de Córdova, de Múrcia e da Aljezira, a scintilarem, com brilho audaz, entre os das refulgentes coroas da Europa ocidental. E D. Fernando, amoroso e deslumbrado pelo optimismo político de Leonor, via pelos olhos dela, como, outrora, no promontório do Acio, António pensava pelo coração de Cleopatra. Na aspiração política, no gôsto de ostentações, na descompassada generosidade (nunca em Portugal se deram tantos senhorios e mercês) ambos — D. Fernando e Leonor — se entendiam maravilhosamente.

Como a primeira guerra com Castela, tinha igualmente aparência de hábil política o oportuno atrevimento em que meditavam: — D. Henrique II parecia não estar bem firme no trono que usurpara a seu irmão D. Pedro, por êle assassinado em Montiel, pois os muitos e poderosos partidários do rei morto, espalhados por Castela e Portugal, princi-

palmente fidalgos galegos cá refugiados e, em especial, os que andavam na côrte (um dêles era João Fernandes Andeiro) todos os dias incitavam Leonor Teles à luta, assegurando-lhe a vitória. Ela podia contar com êles.

Aos reis de Portugal, desconhecedores dos intuitos políticos de Castela, denunciara fraqueza a prontidão com que, dois anos antes, D. Henrique aceitou a paz de Alcoutim; e semelhantemente era interpretada a tolerância que êle houve com D. Fernando, que, por causa de Leonor Teles, se escusou, à última hora, a cumprír o trato, já concertado, por juras e homenagens, do seu casamento com a infanta de Castela, filha dêste rei. A D. Henrique convinha-lhe paz com Portugal — era evidente. Passava por cima de tudo, uma vez que D. Fernando «fincasse su amigo», como, apesar do queixume de melancolia que contra êle houve, lhe mandara dizer pelos mensageiros, quando do desfazimento do noivado. Se fôsse necessário, bateria as

costas da Aquitânia ou as da Gran-Bretanha a guerrear ingleses; mas com vizinhos — amizades. Êle bem sabia porquê.

¡Castela! ¿Bastariam, para a conquistar, as nossas lanças, os nossos archeiros — aliás, um rijo punhado de homens? Os portugueses sempre se sentiram afoutos para empresas em Castela. ¡Um contra dez — chegavam! Batalhariam ardidamente, loucamente, numa hora de febre e de paroxismo, ¡e tudo tomariam de roldão! ¿Bravata arrogante? Talvez. A verdade, porêm, é que possuíamos o mais poderoso exército: o que se mobiliza dentro das almas — o das energias incendidas. No entanto, boas ajudas, em homens de bésta e em galés, assegurariam o cometimento. ¿Mas quem seria comnosco?

* *
* *

A' hora em que esta ambição se instalara no coração de Leonor, outra semelhante, visando a mesma presa, roía a

alma de um inglês pretendente à coroa de Castela: — João de Gaunt, duque de Lancastre, o herói de Nájera, casado com D. Constança[91], filha do assassinado rei D. Pedro, que, por isso, se julgava com legítimos direitos à coroa violentamente usurpada por D. Henrique — ¡um bastardo! Já João de Gaunt se intitula também rei de Castela, de Leão, da Galiza, de Tolêdo, de Sevilha, e Senhor de Molina; e usa, nas suas armas de família, os leões e os castelos heráldicos dos reinos que conquistara. E a Rainha de Portugal, apesar de conhecer tudo isto, pretende conciliar estas duas ambições dirigidas ao mesmo objecto, ou melhor, pôr a ambição do Lancastre ao serviço da sua, que, aliás, encobre. Então faz chegar aos ouvidos do duque de Lancastre e aos de seu pai Eduardo III a falsa queixa de que Henrique II, o bastardo, pretende ambiciosamente a coroa de Portugal. Lamenta-se, pede auxílio e oferece amizades.

Êste incidente foi integrar-se na guerra

que um dia a história classificaria de guerra dos *cem anos,* entre a França e a Inglaterra, suserana da Bretanha e senhora de Aquitânia, que nesse momento pretendia a coroa de França, por Eduardo III, neto de Filipe, se julgar com legítimo direito de suceder a Carlos, o Belo. As alianças ofensivas e defensivas, feitas anos antes entre Henrique II, de Castela, e Carlos V, de França, as quais o célebre bretão Duguesclin conseguira, assim como a recondução do rei de Navarra, tinham criado as maiores dificuldades a Eduardo III, principalmente com a derrota da armada de Rochela. Convinha, portanto, ao prático rei da Inglaterra, que acabava de conseguir a neutralidade da Flandres, enfraquecer Castela, desviando-a e gastando-a com uma guerra contra Portugal. Estimulou, pois, o seu ardido filho João de Gaunt a guerrear Henrique II, aplaudindo a sua pretenção a essa corôa hispânica. Assim aconteceu. O duque de Lancastre enviou a D. Fernando dois mensageiros. Entenderam-se.

A guerra com Castela, feita por Portugal e Inglaterra, ficou assente; e, para confirmar os tratos, foi enviado a Londres Vasco Domingues, chantre da Sé de Braga, clérigo silencioso e manhoso, que, uma vez nos Paços de Sabóia, soube firmar úteis amizades políticas entre o rei de Portugal e o duque de Lancastre [92].

Além das ajudas pelas armas, ficou acordado que a guerra principiaria pelo ataque dos portugueses a Castela, e pelo das gentes do duque a Aragão — ao mesmo tempo; e que as cousas fôssem para quem as tomasse. ¿Que mais combinaram? Não se sabe [93]; mas Leonor entrava na guerra por contar, antecipadamente, com Castela, ou parte, para si, já porque a tinha mais à mão, já por os antigos partidários do rei D. Pedro serem pela rainha de Portugal, que lhes prometera, na fidalga partilha, senhorios largos e altas honras. Preparava-se, emfim, para, num propício momento, medievalmente, atraiçoar o seu aliado inglês.

*
* *

D. Fernando, dando como pretexto a defensão dos legítimos direitos das suas primas de Castela [94], e contando inteiramente com as gentes de Inglaterra que, segundo Vasco Domingues, estavam prestes, precipitou imprudentemente as hostilidades, apresando, nos mares de Biscáia e das Astúrias, algumas naus castelhanas. D. Henrique, sempre querente de paz com o seu vizinho, tentou, uma vez ainda, entender-se com D. Fernando e, para isso, enviou-lhe embaixadores, embora estivesse certo, por instruções de Diogo Lopes Pacheco, ao tempo na côrte de Castela, e de outros, de que o rei português não era seu amigo, pois havia muito que, não obstante os amorios, tramara secretamente alianças com os ingleses. D. Fernando, prevenido com a escusa, respondeu que fôra D. Henrique quem primeiro britara a paz não lhe en-

tregando, a horas, a vila de Bragança e o castelo de Miranda, como havia combinado. Um pretexto. D. Henrique, compreendendo a situação, estreitou as suas alianças com a França e imediatamente (apesar de ser Dezembro e muito invernoso) começou a guerra contra Portugal, de surprêsa, num abrir e fechar de olhos, não dando tempo a que D. Fernando se preparasse e muito menos a que os ingleses chegassem com suas ajudas. Foi um relâmpago: em poucos dias entrava D. Henrique pelo reino de Portugal, tomando Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico, Viseu, logo seguindo a tôda a pressa para Coimbra e daí direito a Lisboa, que queria tomar de assalto.

D. Fernando, embora apanhado de improviso, não esmoreceu; pelo contrário, mandou imediatamente pôr fronteiros nas entradas de Portugal e avisou os povos para se juntarem com êle em Santarêm, onde fariam frente à invasão; e para lá partiu com os seus conselheiros e suas gentes de armas. Foi só, porque Leonor

Teles, esperando a todo o momento o nascimento de um filho, não pôde sair de Coimbra que, dias depois, D. Henrique rodeava com sua hoste, estando com êle vários fidalgos portugueses, como o infante D. Denis, Diogo Lopes Pacheco, João Rodrigues de Castanha, D. João Lourenço da Cunha (que buscava vingar-se), os Mestres de Santiago, de Alcântara, e outros. Mal pousaram, logo andaram para o termo de Santarêm, onde esperavam dar batalha a D. Fernando, vencer e seguir, pois tinham pressa de chegar a Lisboa, cidade em grande parte devassada e que, por isso, tomariam sem dificuldade; e ainda porque, segundo as informações de Diogo Lopes Pacheco, e do infante D. Denis, muitos e principais portugueses, desgostosos e ambiciosos, logo se passariam para Castela, uma vez que D. Henrique se instalasse na capital. Era verdade. Nesse momento (pois o Mestre de Aviz e Nuno Álvares Pereira eram ainda rapazes de uns treze anos) Portugal poderia ter sido absorvido para

sempre, se D. Henrique II, receoso de se meter em acções inseguras com outras alianças peninsulares, não preferisse politicamente a paz.

O rei de Castela, que sempre vinha encontrando diante de si o caminho livre, pôde passar por Santarêm sem ninguêm lhe dar batalha, desconhecendo, assim, o pronto movimento de D. Fernando, que, num assômo de heróica temeridade, se armou à pressa, montou a cavalo, para, à frente de um punhado de boa companha, lhe sair ao caminho, — lhe barrar a passagem. Não lho consentiram, porêm, os seus conselheiros, dissuadindo-o de tal intento, uma vez que o rei não estava preparado, com homens de bêstas e de pé, para semelhante combate. Era preferível deixar avançar os castelhanos até Lisboa e, uma vez lá, organizar um grosso exército, feito de gente portuguesa e de gente inglesa (a todo o momento esperada) para os cercar por terra e mar, a fazê-los render. Lisboa, com seus homens, muros da cêr-

ca velha e tôrres, sempre se defenderia melhor ou pior, até que chegassem socorros decisivos. Assim os castelhanos ficariam com a reguarda cortada.

Em Coimbra, do seu almadraque de parturiente, Leonor Teles escrevia aos seus amigos conde de Barcelos e prior do Hospital para sustarem os impulsos de D. Fernando, que, contra a opinião dela, rompera a guerra antes de tempo, sem preparar suas gentes, nem haver esperado as fortes ajudas de João de Gaunt. Agora era indispensável aguardar. Esta resolução parecia-lhe da melhor táctica. Emquanto à situação de Lisboa, o povo que se defendesse como soubesse e pudesse. Não se interessava por êle. Pelo contrário, estimava as adversidades, amarguras e dores dessa odiada cidade que a maltratara.

D. Henrique cerca Lisboa. A fuga é precipitada. Todos, desamparando casas e haveres, escondendo riquezas nos fun-

dos dos poços, correm, com suas trouxas às costas, a refugiar-se dentro da pequena colina, defendida pelos muros da cêrca moura, onde se empilham. Há vivas escaramuças de parte a parte, aqui e ali, às portas da cidade, entre os de fora e os de dentro. Por cima das muralhas, os engenhos das gatas jogam pedras sôltas. Aquêm dos muros, devastam-se campos de vinha e de oliveiras. A cidade é saqueada e, por fim, incendiada, ardendo a Rua Nova, os bairros da Madalena, de São Julião, da Judiaria.

*

* *

Ao receber em Santarêm, as notícias dêstes desastres, Leonor Teles enche o peito de satisfação. E o cêrco continua, estrangulador. O Fevereiro é cortado de chuvas, de ventos, de tempestades. Os sitiados dormem nas ruas, encostados uns aos outros, sob tapumes feitos, à pressa, de tábuas e de frangalhos de pa-

nos, que a chuva encharca, o vento derrui, e os furacões levam pelo ar. Falta a água. São dois meses de fome, sêde, doenças — miséria. Mas o povo de Lisboa — ¡coração de lei! — tudo prefere a pactuar com Castela, aceitando as vantajosas propostas que lhe fazem o infante D. Denis e Diogo Lopes Pacheco, então ao serviço de D. Henrique II. ¡E as gentes sofrem cada vez mais! Leonor Teles regozija-se. Ela começa a vingar-se da Lisboa que a insultara; — começa, pois todos os tormentos por que a cidade passa não fartam ainda o seu insaciável ódio.

¿E D. Fernando? Entre o rei de Portugal e o seu povo há a carícia do corpo branco, morno e perfumado de Leonor — ¡um Letes de esquecimento delicioso!

. . . . . .

*

* *

Finalmente, ao fim de sessenta dias de

trágica resistência, foi a paz entabulada pelo cardeal de Santa Rufina; e D. Fernando, vendo que os ingleses tardavam em chegar, talvez por o inverno ser muito para as naus se meterem à viagem, ouve a proposta, em longos articulados, que, por intermédio de seus embaixadores, lhe faz D. Henrique, desejoso de amizades asseguradas e duradouras, pois pretende ter Portugal como bom vizinho. Além disto, quer ser amigo pessoal do rei, quer vê-lo, quer falar-lhe. D. Fernando aceita o encontro.

Os dois monarcas avistaram-se e conversaram no meio do Tejo, vindo cada um na sua barca, descendo D. Fernando da Alcáçova à Ribeira de Santarêm, subindo D. Henrique, desde Lisboa, até aos Paços da Valada; depois, ambos se dirigiram para as águas do Alfange. Os batéis eram três [95]: no do centro, estava o cardeal francês, Guido de Monforte, meeiro, acompanhado de notários, para lavrar as escrituras; nos outros, D. Fer-

nando e D. Henrique, cada um com seus fidalgos e suas gentes — todos desarmados. Os reis vestiam arneses completos, brunidos como prata, e opas de tela de ouro; os batéis, que tinham vindo água-acima, estavam toldados de sêda escarlata e guarnidos com damascos e maromaques; arvoravam dois mastros com velas de pendão; nos mastaréus tremuliam flâmulas e galhardetes; os remos eram dourados até meio; e os arrais, com seus proeiros, gente de mãos possantes e cara tisnada, vestiam todos da mesma maneira — calção e camisa branca, barretes e gibões escuros debruados de amarelo. Era no comêço de Abril. O ar estava límpido, as águas azúis, e de suave tinta a mancha térrea da outra margem longínqua, chã e esfumada. A luz era fresca e lial; a hora, de silêncio e paz.

D. Henrique, primeiro a falar, foi em extremo mesurado e gentil de palavras de aprazimento para com o doce D. Fernando, que, vencido na guerra e coagido

pelas delicadezas e pautadas razões do rei de Castela, tudo aceitou e houve por bem, sorrindo ledo, arrependido até de haver cometido tal guerra, e pensando, de si para si, em desistir, de vez, das suas pretenções a Castela, tanto mais que, por sua cunhadia, se ia agora unir a D. Henrique, pois acabava de preitejar com êle, nos tratos de paz, o casamento da sua mui amada irmã D. Beatriz com D. Afonsó de Albuquerque, irmão do rei de Castela. Nas mãos do cardeal legado os dois reis juraram pazes, e logo notários lavraram autos.

Daí a pouco fizeram-se as despedidas. D. Fernando estava comovido:—D. Henrique havia-o cativado completamente. Já a barca do rei de Castela ia longe—lá, próximo da outra margem, pequenina, a desaparecer, a dissolver-se como fumo; e D. Fernando, olhando-a com saudade, enternecido dizia para os seus companheiros:

—¡Fiquei «henricado»!

*
* *

Semanas depois, os reis de Portugal, com a sua côrte, após dois anos de ausência, regressaram a Lisboa, que encontraram arruìnada, sobretudo a parte de fora de cêrca, a mais rica, entre as portas de Ferro e da Cruz. O incêndio queimara a cidade e derruíra-a; os castelões devastaram-na, e roubaram-na. Andavam pelas ruas bandos escuros de homens, de mulheres, de crianças, mal cobertos de buréis em farrapos, sujíssimos, desgrenhados, com a cara negra e chupada pela fome, os olhos estoirados de pavor. Misérias e entulhos. Os cadáveres podres fediam sob os escombros. De noute, os cães, farejando-os, uivavam, agoirentos, sôbre as ruínas. A cidade tinha um aspecto escaveirado e pairava no ar o hálito da podridão.

Leonor Teles, de lindo rosto branco e fresco, como em Abril uma macieira em flor, montada num palafrêm, em andilhas

douradas, e cercada de fidalgos, passeava por entre esta formidável desgraça com o olhar compungido e o coração dilatado de recôndito prazer. ¡Estava quase vingada! Agora só faltava certo castigo que fôsse, no presente, um grande exemplo de justiça e, para o futuro, um grande aviso de terror. Era indispensável.

Assim cogitando em sua alma perversa, fácil lhe foi conseguir do rei [96] — a ela unido pelo amor-escravidão que contra si próprio se revolta, mas que nada aniquila — alvarás de sentenças, selados com o seu rial camafeu, em que se mandava, fazendo pronta justiça, matar na fôrca o alfaiate Fernão Vasques; decepar as mãos e os pés a vários vilões; degradar alguns; e confiscar os bens dos que fugiram para longes terras; emfim castigar clamorosamente todos os que, em Lisboa, Leiria, Santarêm, *dois anos antes* [97], se haviam conluiado contra ela, — réus de «Majestade ofendida». Ao mesmo tempo, fêz anunciar tremendas justiças nos que, de futuro, atentassem

contra mandados régios, fôssem êles quais fôssem. As fôrcas negras, os cepos duros, estavam aparelhados; e os carrascos a postos, com os seus sinistros capuzes encarnados e os seus pesados machados afiadíssimos. ¡Antes de tudo, o prestígio rial! Casos como aquele do enviado de Carmona que, cara a cara, censurara D. Fernando por não acorrer a essa praça sitiada, apodando de traidores e de falsos quem o aconselhava; ou como o do alfaiate Fernão Vasques, o mais insolente de todos; — casos dêstes não se repetiriam. Leonor entendia que, para sólidamente se instalar no trono, conquistado à custa de tantos ardis e engenhos, necessário lhe era pisar um tapete de sangue que prestigiasse, pelo terror, êsses degraus de ouro. Por sua ordem, convulsionaram-se, nas traves da fôrca, moribundos de longas línguas pendentes, e pescoços decepados jorraram rios de sangue. Agora, sim, considerava-se inabalávelmente firme no trono de Portugal.

* * *

Emquanto o rei D. Fernando, polido e inconstante, transigia com Castela e se deixava arrastar pelas mesuras políticas de D. Henrique, a orgulhosa Leonor Teles impunha-se a desforra das afrontas desta segunda guerra, continuando a parafusar na sua obcecante ambição de conquistar, atrevidamente, pelas armas aliadas, ou astutamente por meio de úteis concertos matrimoniais, o vizinho e dilatado reino de Castela, unificando, assim, a península hispânica sob a dominação de Portugal. Portanto, deve ter sido Leonor que demovera dos seus propósitos de paz êsse delicado rei em quem os grandes interesses políticos se desfaziam ante as pequenas cousas de gentileza individual, que encantam e prendem os homens afáveis. Se D. Fernando se considerava «henricado», isto é, todo prêso das simpatias pessoais e das razões políticas de Henrique II, e arrepen-

dido, como se mostrara ao conde D. Fernando de Castro, de cometer a sua última guerra contra Castela, foi com certeza Leonor quem o levou a preparar, logo em seguida ao convénio de Santarêm, a defesa do reino, ordenando a nova organização da armada e das hostes, a mudança de armas, e a pronta construção das muralhas de Lisboa[98], assim como a reparar os vários castelos e a cercar as várias vilas.

Apesar disto, D. Fernando, ao serviço da dissimulação de sua mulher, firmava novas avenças com D. Henrique II contra Aragão e concertava o casamento do filho do mesmo rei com sua filha bastarda D. Isabel. Por seu lado, Leonor Teles, mãe e política, preparava a sucessão do reino, combinando o casamento de sua filha Beatriz, então de três anos, com o duque de Benavente, filho de D. Henrique II, tendo pôsto nos tratos antenupciais a expressa condição da infanta herdar Castela, se D. Henrique morresse sem herdeiro lídimo, ou herdar

Portugal, se D. Fernando morresse sem filho varão; e sempre Leonor seria, na menoridade da infanta, o Regedor do reino [99]. Assim se prevenia com o futuro poder, para o caso do falecimento prematuro do débil D. Fernando, que, enfraquecendo-se a olhos vistos, passava horas seguidas com a cabeça no seio dela, os olhos em dulçura, a morrer-se de amor, decantando-lhe a beleza com o antigo refrão do menestrel Ruy Pais:

«¡Par Deus, ay dona Leonor,
gran ben vus fez Nostro Senhor!» [100]

X

Expatriação de inimigos

Em volta de Leonor todos agora são por ela. Temem-na e adoram-na. Impõe-se pelo terror e pela beleza. Ninguêm lhe ambiciona o mando, a não ser (¿quem sabe?) sua irmã Maria Teles, casada com o infante D. João, belo moço, forte, airoso e sacudido, de grandes olhos buliçosos, sob a linha fiel das sobrancelhas rectas, em face quadrada de malares altos, espalhando em volta de si vivacidade e alegria, conquistadoras de prontas simpatias e amizades seguras. Coração aberto, alma folgaz, talante algo estourinhado, impulsivo até à rebentina, mas lial, de gran guisa a todos

agasalhava com franqueza e galhardia. Cavaleiro, era do melhor concêrto nas justas e nos torneios; e monteiro, ninguêm mais forçoso e ardido nas caçadas ao urso e ao porco. Grado com seus vassalos, lhano com seus companheiros, rasgado na nobre prodigalidade de dar, era tão sôlto de palavras e de maneiras, dormindo vestido, pelos montes, no meio dos seus cães, como pação entre donas e donzelas, nos serões dourados de Apar São Martinho. E tudo o fazia bemquisto de quantos o conheciam, tendo simpatias certas na côrte e farto partido no povo.

Quando Leonor Teles soube que D. João se agradara de sua irmã Maria, aborreceu-se; e ao certificar-se de que se haviam casado, embora a furto, disse emulada:

—Antes Maria se casasse com um simples cavaleiro [101].

Ela bem via o perigo que lhe poderia advir de ser o infante D. João um lídimo herdeiro. Muito amado entre fidalgos e

mais gente portuguesa, havia probabilidades de ser, num interregno, levantado rei de Portugal, indo sua mulher ocupar no trono o lugar da irmã. E porque esta idea irritava Leonor, embaraçando seus planos, e a ofendia em seus orgulhos absorventes, logo a sua imaginação, novelesca e medieval, concebeu, com volúpia, grave intriga, que trouxesse desgraça a D. João, o afastasse da côrte, o incompatibilizasse com os grandes, o indispusesse com o povo, matando de vez, com êsse golpe, a raivosa emulação que ela sentira crescer no coração de sua irmã, depois que esta a viu rainha, — o que levou Maria Teles a casar com o estimadíssimo infante, precisamente para jogar em rosto à irmã uma grande figura, fazer frente a seu poderio e um dia, talvez, tomar-lhe o lugar.

Leonor não hesita. Ela não tem a noção do mal. Tudo o que faz é o modo de ser da sua natureza que a si própria se legitima no direito da fôrça, da sagacidade do espírito e da beleza do corpo.

Tinha em si o pecado da astúcia consciente e da formosura orgulhosa.

Porque D. João Afonso Teles, seu irmão, era criatura inteiramente sua, pois lhe devia os cargos que desempenhava, com êle Leonor tudo combinou escondidamente. Fingindo ignorar o casamento de sua irmã, mostrou, de longe, um trono ao infante D. João, insinuando-lhe, entre deliciosos sorrisos, miradas penetrantes e tôda a exterior lialdade dos seus pérfidos olhos verdes que, aliás, pareciam santos, quando queriam; — insinuando-lhe o íntimo gôsto que lhe daria a oferta da pequenina mão de sua filha Beatriz, embora já esposada do duque de Benavente, concêrto que ela fácilmente desataria. O infante, embaído, entumeceu a alma com essa voz de sedução; e, uma vez a sós, pôs-se a sonhar grandezas.

Leonor esperou; e quando percebera que esta idea fixara, com agrado, moradia no pensamento de D. João, enchen-

do-lhe o peito de ansiada glória, fêz, por insuspeita via, chegar aos ouvidos do infante (vagamente para mais perturbar) que a sua mulher, longe de lhe ser fiel, fazia maldade com alguêm... Então, na alma ingénua e arrebatada de D. João tempestuaram, ao mesmo tempo, duas paixões agitadíssimas: a do deslumbramento de um trono, e a da vingança da sua honra ofendida. Litigaram os afectos; e o infante, querendo ser livre para casar com Beatriz e um dia ser alçado rei, pôs, ao serviço da sua dourada ambição, a cólera saborosa de um ciúme ruim que se vangloria na revindicta.

Premeditou a acção: com companheiros, vassalos e criados partiu para Coimbra, onde Maria Teles, já ao tempo avisada do perigo que corria, se havia recolhido, a meia encosta da cidade, nas casas do seu amigo, o bom fidalgo Álvaro Fernandes de Carvalho. A cavalgada de D. João e de seus companheiros, vinda de Alcanhões por Tomar, abalara, no meio da noite, da aldeia do Espinhal,

chegando a Coimbra ainda com escuro. Apeara-se no largo de São Bartolomeu, morto àquela hora, e subira silenciosa, achegada aos muros, a postar-se à entrada das casas onde Maria Teles nesse momento dormia, em recâmara de fortes portas, entre outras câmaras ocupadas por donas e cuvilheiras que a serviam e guardavam.

D. João e os seus esperavam na sombra. Começou a amanhecer. Tudo era quedo e calado. Nisto, no lusco-fusco da madrugada, abre-se uma porta de serventia, e logo o infante e os companheiros que, embuçados, de perto espiavam o menor movimento, se precipitam de roldão no interior das casas, tropando seus balegões de ferro nos tijolos do pavimento, tinindo suas armas, pondo em alvorôço as primeiras servas de Maria Teles, que, em alarmas desesperadas, tudo encheram de gritas de pavor. Uns às machadadas, às pancadas com grossas trancas; outros desengonçando-a com ferros de monte, arrombam uma pequena e es-

pêssa porta de tôrre, e todos entram em massa na câmara de Maria Teles, que, apavorada, salta fora do leito completamente nua. Seu lindo corpo, de leite e rosa, esfumilha-se nas sombras discretas do aposento em meia-luz. Visão instantânea: Maria, envergonhada, correu a envolver-se na coberta branca do seu catre e, segurando-a com os braços cruzados sôbre os seios, vestiu o seu pudor.

O infante lançou-se contra ela, furioso, alucinado; e Maria Teles, dominando-o, fitou nêle seus belos olhos de veludo — meigos, insistentes, a atraí-lo, a conquistá-lo, — dizendo-lhe, num ferido sorriso, mais magoada que ofendida:

— ¡Bem mal aconselhado vindes!

Depois, certa de que a intriga viera directa de sua irmã Leonor, murmurou, alongando olhos compassivos em direcção da cidade de Santarêm, onde a côrte pousava:

— ¡Perdôe Deus a quem vos tal conselho deu!...

Em seguida, sempre envolvendo o in-

fante com seu olhar esforçadamente sereno e doce, em que confiava, aproximou-se dêle, meiga, e rogou-lhe, num convite de amor, que ficasse um momento a sós com ela, que tudo lhe explicaria. D. João olhou-a um segundo, hesitou, perturbou-se como entontecido pela penetração sensual dessa voz quebrada de ternura, dêsses olhos negros e húmidos, pelo perfume quente dêsse corpo de mulher, mal envolto, que àquela hora da manhã conservava em si todo o mistério da noite voluptuosa.

O ânimo do infante ia falecer. Já seus braços desejosos tendiam para ela. Súbito, como se uma voz diabólica acorresse veloz do fundo do inferno a repetir-lhe, a avivar-lhe no ouvido o veneno perverso da tal denûncia vergonhosa que o derrancara; — súbito, tôda a expressão do infante se transmudou, o olhar endoudeceu, enchendo-se de chamas que incendiaram os panos da câmara agora tôda damasco, as paredes tôdas fogo, os lençóis sangue, e D. João, perdido, arran-

cou, com mão raivosa, a ponta da coberta em que Maria Teles se envolvera, como a procurar, nessa carne adúltera, o sulco dos beijos que o cio de outrem aí lavrara.

E ao ver surgir, em plena nudez, êsse corpo branco, que a seus olhos o pecado endemoninhara de beleza e de atracção, sentiu-se tão enxovalhado e escarnido, ouvindo na praça ditos de troça e vendo nas ruas esgares de mofa, que, louco de ira, cravou rancorosamente o bulhão no peito de Maria Teles, por sôbre o seio de luar pojando caricioso, até ao coração que o enganou; depois, em baixo, no fundo do ventre, cuspiu uma punhalada desprezadora no canto do corpo que mais o desonrára. Maria Teles deu um grito agudíssimo, que chegou aos altos céus, caíu desamparada, com os olhos apavorados e a bôca a golfar sangue vivo, e gorgolejou, do íntimo da alma inocente, num puro fervor religioso, êste supremo apêlo:

—¡Jesus, filhó da Virgem, acorre-me![102]

Soluçou, esmoreceu, morreu.

D. João e os seus companheiros correram a São Bartolomeu, montaram à pressa, e, a tôda a brida, galoparam léguas e léguas, sem olhar para trás. O bairro onde se cometeu o crime alvoroçou-se; mulheres e homens acorreram de tôda a parte, bramando e chorando; e donas, camareiras, vizinhos — meia Coimbra — caindo sôbre o cadáver belo e ainda quente de Maria Teles, elevaram tão alto pranto, em tão despedaçadas gritas, que o brado horrível e lamentoso se ouvia longe, do lado de lá do Mondego, na silenciosa claustra do mosteiro de Santana; e tamanha era a angústia das gentes, que a todos pareceu que a luz do sol se empanava, laivando, de sombras tristes, os campos e as águas verdes do rio.

Leonor Teles, quando recebeu a trágica nova, estremeceu de íntimo prazer, mas compungiu o rosto e foi melancólicamente cobrir-se de dó branco; e como daí a pouco visse perlar, nos olhos azúis de D. Fernando, sinceramente comovido,

lágrimas de pena, logo, espalhando-lhas pelas pestanas louras, com seus dedos lindos e leves, disse, num sorriso de consôlo, estas palavras calmas:

— ¡Não tomes nojo, que estas são cousas que muito acontecem pelo mundo!...

E dando um jeito cínico aos seus ombros suaves, foi-se, airosa e leda, pelos corredores do Paço.

*

* *

O infante, com os seus companheiros, andou largo tempo foragido por aldeias da Beira, pensando em abalar para terras de Espanha, pois não lhe era possível continuar a viver em Portugal, caído em desgraça dos reis e dos grandes. Defendendo-lhe a causa, intrometeram-se fidalgos e amigos; e, por empenho da própria Leonor Teles, que, graciosa e amistosa, aparentou querer-lhe condoído bem, foram-lhe dadas cartas de perdão. O impulsivo infante ficou grato à rainha

pelo seu favor e chorou de agradecimento. Ella sorria-lhe.

Outra vez na côrte, D. João, sentindo-se bafejado pelo agrado da sedutora Leonor, renovou a aproximação entabulada do possível casamento com a pequenina Beatriz. Leonor Teles, sorrindo com brandura e graça, dizia-lhe atraentemente:

—¡Se é meu gôsto!...

Pedia-lhe sómente as indispensáveis demoras para desatar o concertado casamento da infanta com o duque de Benavente, cousa naquela ocasião pouco fácil, (ia acrescentando), mas que, com tempo, se havia de resolver a contento de todos. O infante, com a mente cheia das mais lindas ilusões, esperou, esperou... Passaram-se meses; por fim, desenganado, afastou-se da côrte; e Leonor, para de vez se ver livre de D. João, indirectamente açulou contra êle o conde Gonçalo e o Mestre de Cristo, D. Álvaro de Castro, como vingadores da morte injusta de Maria Teles, sua irmã e sua

mãe. O infante, magoadíssimo, pobríssimo, mordido de remorsos, sentindo o inimizio de todos, fugiu então para longe — para a raia de Portugal, internando-se depois no reino de Castela, por onde andou espargido até que D. Henrique II deu o melhor acolhimento à sua mesquindade.

Desta influência estava livre Leonor Teles.

*

* *

Mas outras há de que ela tambêm desejaria ver o reino limpo.

D. Fernando tem um inimigo pertinaz, sorrateiro, agachado, que o espreita da sombra e que jamais o esquece, esperando o melhor tempo para lhe cair em cima — o esganar. Desde o cêrco de Lisboa, principalmente, que êle o busca de perto, embora sumido no fundo de uma toca. Nessa ocasião entrando em Portugal com el-rei de Castela (¡com que alegria!) e certíssimo de que D. Hen-

rique alcançaria vitória, preparava-se para, frente a frente, ajustar com D. Fernando contas antigas. Mas o rei português não veio a Lisboa e as pazes fizeram-se de-pressa. Êste inimigo é D. João Lourenço da Cunha, primeiro marido de Leonor Teles, que tendo reavido, pelo acôrdo de senhores protegidos de Castela, seus bens, agora desembargados, se deixara ficar no reino, vergonhoso, em seu solar de Pombeiro, catando o almejado momento feliz de, às escondidas, matar o rei. A remoer em si acantoadas dores, vivia calado, humilhado, não ousando nomear por filho o seu muito querido Álvaro, para o rei poder continuar a gabar-se, por tôda a parte, ¡de que encontrara virgem Leonor Teles![103]

Jà não ria como dantes, êste fidalgo linguaraz e chacorro, nem mostrava, no debrum do feltro emplumado, os martinetes simbólicos... Agora chorava às escondidas e odiava em silêncio; mas aos amigos dizia haver feito quitança final com tal dona, e diante de simples

conhecidos levava mais longe a premeditada impostura: punha a máscara da postiça indiferença e afirmava haver-se totalmente ¡esquecido da mulher!

—¿Leonor Teles? ¡Não me lembro, não me lembro!

¡Comédia trágica!

Na côrte tinha D. João Lourenço da Cunha alguêm que tambêm muito odiava o rei: Diogo Lopes Pacheco, que, depois das pazes da Valada, voltara para junto de D. Fernando, buscando uma boa ocasião de se vingar de acumuladas ofensas. Porque ambos tinham o mesmo fim, Lourenço da Cunha concertou-se com êle e, parcioneiros, compuseram os dois a peçonha que havia de ser ministrada a D. Fernando, certo dia, em certa comida, por certa mão; mas nesse jantar o rei não tocou na vianda envenenada. Alguêm denuncia anónimamente a tentativa. Lourenço da Cunha é descoberto. Escapa-se. E, pela segunda vez, seus bens são confiscados.

Passam-se tempos. D. João Lourenço da Cunha, miserável e oculto, não desiste. Espera um ano inteiro, e, quando lhe parece chegada a preciosa oportunidade, condimenta nova poção, mas igualmente se sai mal e, desta vez, arrasta consigo o seu cúmplice, Diogo Lopes Pacheco, ¡a quem confiscam os bens e expulsam para sempre do reino!

¡Mais dois inimigos que Leonor atira para fora e para longe de Portugal!

¡João Lourenço da Cunha! Quando Leonor Teles pronunciava êste nome, sorria envaidecida, pois sabia que todo aquele ódio mortal que êle lhe tinha era amor, porque era... ¡ódio de amor![104]

XI

O Andeiro

DESDE a morte de seu pai, o grande Eduardo III, vem o duque de Lancastre, do seu retiro de Kenilworth, recomeçando as suas pretenções à coroa de Castela e para isso renova, com um secreto representante português, (a-pesar-de todos os castigos estipulados na última paz jurada de Santarêm) aquelas velhas amizades políticas do tempo de D. Afonso IV, firmadas, depois, em mil trezentos e setenta e três, por uma aliança ofensiva e defensiva, e que, cinco anos antes, tinham levado os dois reinos, inglês e português, a uma guerra comum contra o rei castelhano.

O negociador português era o fidalgo João Fernandes Andeiro, um dos vinte e oito galegos expulsos de Portugal nos tratos de Henrique II, por ser partidário de D. Pedro de Castela; e quem o instruía era Leonor Teles, que, ante o pensar dúbio de D. Fernando, ora pela paz, ora pela guerra, intervinha ardilosamente, minando no seu plano de sempre — de um dia Portugal dominar na península hispânica. Neste sentido, Leonor, por um lado, incitava D. Fernando às represálias das desonras e danos feitos por D. Henrique de Castela, queimando e destruindo Lisboa; por outro, preparava a situação política, entendendo-se, um tanto ou quanto a ocultas do marido, com o Andeiro, instalado na côrte inglesa.

A atitude do rei de Navarra, sempre pelos ingleses contra Carlos V, parecia favorecer a situação. Pouco depois, morre em Castela Henrique II, e em Randan o temido bretão, condestável Duguesclin; sobe ao trono de França o

doente Carlos VI; e Ricardo II, rei dos ingleses é uma criança de catorze anos que os tios (pensa-se) conduzirão[105]. Por tudo isto, tanto em Portugal como na Inglaterra, julgou-se oportuna a conquista, para o que vem ao reino, como embaixador secreto do duque de Lancastre, João Fernandes Andeiro, a negociar nova aliança, sôbre a que já havia.

O Andeiro era um homem de boa presença, alto, de cabelo muito negro em face muito branca, avivada por uns olhos escuros, debruados de espêssas pestanas pretas, úmidos de malícia sorridente e lascados de um brilho de ambição mal dissimulada. De ademanes pacãos, senhor da sua pessoa, certo do seu valor, confiante na sua boa estrêla e agitado de vida, achara apoucada essa pobre Corunha de pescadores, em que nascera, para aí realizar as dilatadas aspirações que pulsavam no seu arcabouço audaz de aventureiro sem escrúpulos. Cómico, tinha a arte perfeita da máscara grave e da compostura honesta,

ao encobrir desonras próprias, manejando, assim, com desfaçatez absoluta, a mentira descarada. ¡Homem para tudo! Casara na sua terra com uma viúva, mulher de prol, mais fidalga do que êle, que um dia abandonou com quatro filhos, para acompanhar D. Fernando, quando, vendo-o entrar pela Galiza dentro, se persuadiu de que o rei português ia ser o senhor do norte de Espanha, o conquistador de Castela, unindo, numa só, as três coroas de Portugal, Castela e Leão. Seria D. Fernando o seu *homem,* para triunfar. Então, jogando uma partida decisiva, João Fernandes Andeiro, à frente de criaturas de pouca monta, (simples curiosos que êle industriou para aparentar partido seu), armado e emplumado, foi ao encontro do rei de Portugal, que, no meio dos seus, muito prazenteiro, airoso nos estribos, montava garboso cavalo; e, quando o avistou, pôs-se a gritar, e a gesticular, com voz altissonante e movimentos largos, para o grupo dos portugueses:

— ¿Onde está, onde está o meu Senhor rei D. Fernando?

O rei de Portugal, logo prêso de agrado, foi para êle, ledo, a sorrir; e daí a pouco o Andeiro, muito mesurado, dobrava o joelho, beijava a mão branca do formoso rei — em profunda homenagem, numa adoração.

Desde êsse momento, o Andeiro acompanhou sempre o rei, dedicadamente, servindo-o nas mais pequenas cousas, procurando adivinhar-lhe os pensamentos,— como vassalo diligente e servo humílimo. Depois, ficou-se algum tempo na côrte de Portugal, insinuando-se cada vez mais, instigando Leonor e D. Fernando contra D. Henrique II, até que, após segunda guerra com Castela, um artigo das pazes de Santarêm, imposto pelo rei de lá, o lançou fora do reino, por êle ter sido, em Espanha, um dos partidários de D. Pedro, nas lutas dêste rei com seu irmão. O Andeiro segue para Inglaterra; antes, porêm, toca na sua terra de Corunha, onde, percalçando-se em contas, faz um

grande roubo, mas não é apanhado, pois sabe esconder-se num navio que o vai deixar, impune, em terras de Gales. ¡Gramponau!

Leonor, que lhe conhece parte da vida, admira-o. Um homem deve ser assim: —forte e galante, audaz e astucioso, pondo tôdas as suas manhas ao serviço da causa que defende. Quem triunfa, vale. Estimando-lhe o espírito aventureiro e entendendo-lhe a ambição, serve-se dêle como o mais hábil para executar os planos da sua política. A sua confiança nêle aumenta dia a dia.

Por seu lado, João Fernandes Andeiro manobra suas manhas no sentido de se criar um papel preponderante na côrte de Portugal, bem servindo os reis em suas ambições que êle sente e anima; e junto de Leonor as suas vaidades de homem robusto e doneador enfeitam-se.

Semelhantemente, na Inglaterra, instalado na côrte, onde conquista aprêço, explora as ambições do rei de lá, melhor, dos tios de Ricardo II, conseguindo tudo

aquilo de que o instruem, e tão bem que o rei e o conde de Cambridge encarregam-no de vir a Portugal negociar, em seu nome, a rectificação e ampliação de um tratado político [106]. Não ignoram que o Andeiro é um proscrito. Embora. Teem a certeza de que êle terá engenho para ludibriar as pesquisas de que o cerquem. Na verdade, o Andeiro desembarca esconsamente no Pôrto, e esconsamente atravessa o país, de norte a sul, para, a ocultas, se encontrar com D. Fernando e D. Leonor, em Extremoz, onde a côrte pousa. Faz tudo isto arteiramente, correndo perigo, sem ser apanhado. Escondem-no numa tôrre do Paço. O mistério de que se rodeia, o alto segrêdo da missão política que o traz, a aventura de uma viagem longa, a deferência agradecida que semelhante negociador provoca, o prestígio que lhe dava o haver vivido na côrte de Eduardo III e ser amigo íntimo dos duques de Lancastre e de Bukingham — tudo aproxima e enleia as simpatias de Leonor Teles, a quem estas

cousas falam à imaginação, num arrepio de curiosidade sensual; e ela, que jamais havia amado, pensa agora em escolher para seu íntimo êste homem, estrangeiro, tão diferente de D. Fernando, de olhos negros, despachado e útil, que a lisonjeia como nenhum outro, pois não a exalta no que ela é, mas, melhor, no que ela estimaria ser: — a maior mulher política da sua época.

Essa temporada de Extremoz é deliciosa para o Andeiro, que vive tão achegado a Leonor, em conversas a sós, que já as bôcas do mundo cochicham, lançando sôbre os dois suspeitas graves, em que a boa fama da rainha vai minguada.

. . . . . .

*

* *

Pouco depois, o Andeiro volta para Inglaterra e leva carta de crença[107] do rei de Portugal para o jovem Ricardo II, a fim de, (sob o pretexto de D. Fernando

estar pronto a sustentar para êle o direito das suas primas herdeiras de Espanha e de Castela), rectificar o tratado de setenta e três, de modo a Portugal se poder defender de Castela, nesse momento fortemente aliada com a França[108]. Como penhor dêste trato, desde já se ajustaria o casamento da infanta D. Beatriz com o príncipe Eduardo, filho do conde de Cambridge, rogando-se ainda ao duque de Lancastre que viesse a Portugal, acompanhado dos seus e de boa gente de armas — os afamados bèsteiros — para, juntos, fazerem guerra a Castela, que pelos dois se dividiria.

O Andeiro (fingindo-se de novo expulso) embarca no Pôrto e desembarca em Plymouth, onde ansiosamente o espera o duque de Bukingham.

Fácilmente a Inglaterra se entende com Portugal; e logo D. Fernando, levado pela represália de vingar as injúrias da invasão de D. Henrique, e Leonor, excitada pela ambição de dominar, resolvem-se a fazer imediata guerra a

Castela, mas não sem que o rei consulte, «pro-forma», seus conselheiros que, aliás, tentam dissuadi-lo do temerário intento. Êle, porêm, estimulado por Leonor Teles, responde sobranceiramente, como responderia um rei medieval — isto é, a rainha que nêle falava:

— Quero-a haver em tôda guisa, não me embargando vossas razões.

Quando isto se soube em Castela, D. João I, prestes, aparelhou suas galés, armou suas gentes, e pôs fronteiros. Cá, fêz-se o mesmo.

Pronto se apregoou a guerra, que trigosamente rompeu.

Primeiro, escaramuças nas fronteiras, onde os nossos capitães se batem bravamente com os capitães de lá. O infante D. João, ao serviço de Castela (chegou o momento de se vingar de Leonor Teles) cerca, com os Mestres de Santiago e de Alcântara, a vila de Elvas.

Vinte e uma galés portuguesas saem para o mar do Algarve à procura das dezassete de Sevilha; mas, porque as nos-

sas se separam umas das outras, aquelas acodem, juntas, sôbre as de cá e desbaratam-nas. ¡Portugal sofre, então, o enxovalho de saber seus pendões gloriosos arrastados nas águas do mar, e o tesouro perde nessa tarde de Saltes setenta mil dobras!

D. Fernando cai em melancolia, e Leonor Teles desanoja-o, culpando-o do desastre por êle haver armado as galés de gente inexpèriente:

— Digo-vos, Senhor, que nunca outras novas esperei, uma vez que vi partir as naus ¡com os baraços cheios de lavradores e mesteirais!

Passa-se quase um mês sôbre a derrota da armada — um mês de nojo nas almas do rei e do povo; um mês de ansiedade, de incerteza, esperando pelos ingleses — ¡a salvação! — que ajudem Portugal a desafrontar-se de Castela. Mas a esquadra não chega e os castelhanos continuam com os seus ataques violentos. Os conselheiros mofam, o povo desespera-se,

mas Leonor Teles, imperturbável, confia nas suas negociações; e, como Cleopatra junto de António, pretendendo defender o Egito com a fôrça de Roma, retêm a seus pés, de joelhos, o Andeiro, para nêle atrair a si a Galiza e reforçar assim, política e territorialmente, o reino de Portugal.

XII

Os ingleses

Emfim, nos primeiros dias de Julho dêsse ano de oitenta e um, gaios troteiros de Buarcos correm a Santarêm a alviçarar o rei de Portugal de que a frota inglesa aponta ao largo. Era verdade. Um bando de velas brancas enfunadas já entram a barra, sobem o Tejo e fundeiam na jazeda da Ribeira das Naus. São quarenta e oito, entre galés e barchas, pavesadas, trazendo a bordo cêrca de três mil homens de armas [109] e a mais bem corrigida e apostada côrte, de altos clérigos, de fidalgos, de grandes senhores, donas e donzelas, que ao tempo se poderia organizar em volta

de reis ou de nobres como os condes de Cambridge [110].

¡Era a salvação!

Desembarcaram. D. Fernando, entusiasmado com a fôrça da frota, que se balouçava nas águas do Tejo, comovido pela dedicação dos aliados e enamorado do fausto da comitiva, recebeu-os na Ribeira e, conduzindo pelo braço a condessa de Cambridge, dirigiu-se, com os seus hóspedes, para a Sé, a rezar agradecidamente ao padroeiro São Vicente; e daí a pouco levava de rédea a mula branca que a condessa montava, até ao mosteiro de São Domingos, onde se aposentaram as primeiras figuras desta comitiva principesca, em câmaras colgadas de sêdas [111].

Leonor Teles apareceu dias depois e a sua primeira visita foi para a condessa de Cambridge, que, afável e discretamente, a abraçou. Deu-se então nos Paços da Alcáçova uma grande recepção a que assistiram, da parte dos ingleses, o conde de Cambridge e a condessa com suas donas e donzelas, o condestável Beocap, o

marechal de Gornai, o alferes Simon, o bispo de Acres e vários capitães. Houve extenso banquete, num salão de tectos altos com paredes forradas de Razes e bufetes carregados de pratas. D. Fernando cercou-se do conde de Cambridge e dos seus homens; Leonor Teles, ápar-te, da condessa e das suas donas. As mesas, cobertas de tela de Olanda, estavam corregidas de flores, frutas e doces. Os criados, com sobrevestes de brocado, serviam açúcar, canela e especiarias raras. Os pichéis de vinho eram de prata lavrada. O conde bebia da mão do mordomo-mor, servindo-o numa copa de ouro. Em volta, moços alumiavam com tochas; e a cada coberta, ao fundo do salão, músicos, de joelhos, rufavam em atabales e adufes. Aos prostes, entraram pajens vestidos de veludo, trazendo presentes de panos de ouro e salvas cheias de jóias, que Leonor Teles tomou nas suas brancas mãos e, sorrindo, ofertou à condessa e às principais donas da sua companha.

Nessa mesma semana, oferecia D. Fer-

nando ao conde de Cambridge o mais belo cavalo das suas cavalariças, o melhor de toda a Espanha, dádiva régia de Henrique II — o falecido rei de Castela e Leão.

Não tardaram os esposórios da infanta D. Beatriz, filha dos reis de Portugal, moça pequena de nove anos apenas, com o príncepezinho Eduardo, filho do conde de Cambridge, de seis [112]. Fêz-se a cerimónia na câmara nova, que se acabava de construir, nos Paços da Alcáçova, e sôbre larga cama de estado, posta numa almofala mourisca, revestida de uma cobricama que tinha no meio, brosladas, as figuras de um rei e de uma rainha, em circuitos de aljôfares e pérolas, e na orladura, a tôda a volta, a côres, as linhagens, com seus sinais e campos, de todos os fidalgos de Portugal [113]. Testemunharam o acto os reis, os condes e grandes fidalgos portugueses e ingleses. Os bispos de Acres e de Lisboa, revestidos de aurisamitos pontificais, rezaram e lançaram bênçãos sôbre as duas crian-

ças nuazinhas, cobertas de rosas espalhadas por mãos de donzelas[114].

Um velho notário, muito mesurado, lavrou, com tôdas as formalidades, uma longa escritura[115] na qual se dizia, entre vários artigos, que Eduardo e sua espôsa D. Beatriz sucederiam a D. Fernando, se êste rei falecesse sem filho varão, continuando, no entretanto, a pequena infanta a ser criada nos Paços dos reis de Portugal, até ser tamanha para casar.

Estava, pois, ratificada uma aliança para a conquista e partilha de Castela; e preparado um casamento régio, que, pondo no trono de Portugal um representante inglês, sempre saberia defender o reino das pretenções dos nossos vizinhos.

As festas duraram oito dias. D. Fernando, contentíssimo, desdobrava-se ledamente em honrar os ingleses; e, para em tudo lhe ser agradável, baptisou um barco com o nome de «São Jorge»[116].

Leonor Teles exultava: a maior parte de tudo aquilo era obra sua.

*
* *

¿E o povo português? Êsse, que para nada contava nos planos dos reis, tramados em segrêdo, vivia afastado e em nojo por tanta ledice e tredice, preguntando a si próprio de onde viriam os maravedis para pagar tantas festas, tantas cavalgaduras, (pedidas aos acontiados), tão numerosos sôldos aos bèsteiros mercenários — em que daria tudo aquilo; e, desconfiado do desinterêsse dos ingleses, torcendo o nariz, abanando à cabeça duvidosa, com a bôca a mascar em sêco, resumia assim o seu pensar descrente:

— ¡Não levantes lebre que outrem leve!

Com os condes de Cambridge viera também João Fernandes Andeiro. A rainha e o rei aposentaram-no nos seus riais Paços, onde êle, com gesto largo e brilho nos olhos suspensos do olhar interessado de Leonor, enche os serões, expondo, com pormenores, a sua missão na Ingla-

terra, as pretenções ocultas da política inglesa, e como foi recebido e festejado pelo rei que o hospedou, quinze dias, no castelo de Windsor, nas festas da oitava de São Jorge [117]. Depois, conta os incidentes da última viagem de Inglaterra a Portugal — «três semanas de ventos contrários» [118], a vida a bordo, o fausto dos condes, o luxo das recâmaras. Tinha havido peripécias curiosas; e o Andeiro relatava-as com pitoresco e vivacidade.

¡Era um bom contador de histórias! Leonor ria-se muito com o que êle dizia, achava-lhe graça; e, como político, admirava-o pelo magno jeito que tinha para conduzir as ideas em que ela o instruía. Excelente.

¡E cada vez mais se fala dêles!... As gentes maldizem, anojadas, censurando os dois, mas recriminando-a, sobretudo, a ela — a comborça — ferindo-se o povo, bom e de pensamento lavado, nas ofensas que se faziam a seu rei. Já tais murmurações chegam aos ouvidos da rainha, o que aumenta o antigo rancor que ela

sempre teve contra essas ínfimas camadas detestadas.

A mercenária e aventureira soldadesca inglesa, em que há alemães, flamengos e gascões, começou, como a tropa de todos os tempos ante povos humildes, a usurpar a braçados, a maltratar, a saquear, a matar — a torto e a direito.

Todos os dias a paz das lezírias do Ribatejo e das terras transtaganas era alarmada por tropéis de cavaleiros de lanças erguidas, pendões esventoados — a galope, a galope, demandando casais ou castelos ricos, como fossados em campos serracenos. O povo queixa-se, o povo sofre. Leonor, ao conhecer isto, regozija-se. São os soldados a executar por ela a sua insaciável vingança. ¡Ainda bem!

A sua aspiração é engrandecer o reino, amesquinhando o povo. O reino é dos grandes. O poder sempre será em suas mãos. Por isso, emquanto o povo se desespera com os maus tratos, roubos e vio-

lações dos ingleses — uma verdadeira guerra — vai ela a Évora, com D. Fernando e capitães aliados, aperceber-se para, por êste lado, fazer guerra a Castela.

O povo, êsse, que se defenda como puder.

XIII

Um escudeiro de Leonor

Em seguida ao flagelo da soldadesca inglesa, o flagelo da marinhagem castelhana: — entra a barra e sobe o Tejo uma frota castelã de oitenta velas insolentes. Fundeia; e seus marítimos, atrevidões e tagarelões, não encontrando resistência, entram em tropel várias vezes na cidade, roubam haveres, queimam casas, talam pomares, devastam hortas, matam gados — forrejando por aqui e por ali [119].

Em Lisboa está, como fronteiro, Mendes de Vasconcelos que, seguindo à risca as ordens de D. Fernando (¿ ou de Leonor?...), não deixa o povo da cidade

atacar os seus inimigos. Mas também a fazenda rial sofre: — já arderam os Paços de Xabregas, de Frielas, de Vila-Nova da Rainha.

Então, alguêm diz, em voz baixa, a D. Fernando que mude de fronteiro e que ponha lá um dos valentes Álvares, do Crato. O rei segue o conselho, e em Lisboa instala-se Pedro Álvares, prior do Hospital que traz consigo alguns irmãos, entre êles Nuno Álvares Pereira.

Este moço, que, aos treze anos de idade, Leonor Teles, pasmada do seu ardimento de criança, por suas mãos armou cavaleiro (servindo-se do pequeno arnês do Mestre de Aviz) e depois andou por morador em casa de el-rei, como escudeiro da rainha, — tem agora vinte e dois anos [120]. De pouca figura, ruivo como cenoura, rosto afiado, face sêca, de um vermelho sujo de sardas, onde, aqui e acolá, no buço e no mento, punge uma penugem de faúlhas de ouro, — todo o valor expressivo está na testa alta e larga, na bôca miúda de lábios de

reza e no sonho pertinaz de dois estranhos olhitos azúis, cândidos e enérgicos, que, no fundo das órbitas, concentram pureza e poder. Desde tamanino — vergonhoso e calado — vive para si, vive para dentro. Parece calmo; súbito, explodem naquele corpo estreito rebentinas bravas, e todo o seu místico ser se agita, se transforma em acção que derrui com violência e edifica com beleza. E' a piedade feita energia; a oração feita espada. A idea de bem servir seu reino e seu rei é nêle obcecante; e êste sentimento, feito de muitos sentimentos, enche-o, exalta-o.

Assim pensando e sentindo, esta alma nobre vive, por êsse tempo, esmagada nas suas aspirações e ofendida pelo que vê em volta de si: Nuno Álvares é violentado a assistir, de braços cruzados, aos enxovalhos cuspidos sôbre a sua amada terra, que ingleses, vindos para a defender, saqueiam, e castelhanos já pisam para a possuir e arrebatar. Freme. Contorce-se. Derranca-se. Desde o

inverno, busca lutar e não lho permite o irmão; requesta o inimigo para duelos, dez contra dez, — ¡e proíbe-lho o rei! Tanto empacho anoja-o. Nuno Álvares vive cerrado num colete de varas de ferro. O sangue ferve-lhe. ¿Porque o não deixam pelejar? ¿Pouca gente? Os seus trinta companheiros minhotos, «homens para feitos», valem por trezentos; e êle — ¡por um exército! Nuno Álvares sente que tem em si a graça de Deus que o esclarece, incendeia, e o atira, de ledo semblante transfigurado, para os chãos das batalhas, onde os triunfos acorrerão a êle. Santos e arcanjos, descidos do céu, guerrearão a seu lado. ¡Guerra santa! Esta fé é dura e cega. E' um enviado de Deus e tem uma obra a realizar. Não o tolham. Furacão de aço e de fogo, tudo varrerá, tudo purificará. ¡Deixem-no!

Os castelhanos, com suas oitenta galés ancoradas no Tejo, veem em batéis, amiúdadas vezes, à cidade, roubar o que lhes apetece, afrontando a todos com

suas visagens escarnidas, suas armas arrogantes, enxovalhando, por actos e ditos, os alevantados corações portugueses.

¡Uma vergonha! Nuno Álvares, rugindo, não se contêm. Reúne os seus chegados e, em segrêdo, combina com êles uma cilada ao inimigo, ¡que precisa de tremenda lição!

Na manhã do dia seguinte, à ponte de Alcântara, os castelhanos, segundo seu costume, teem desembarcado e roubam uvas numa vinha, quando Nuno Álvares e os seus, que, ocultos, os espiam por detrás de valados, de repente, lhes caem em cima, à lançada, desbaratando nêles, obrigando-os a debandar, espavoridos, pelo outeiro abaixo — a correr, a correr, até à riba onde, precipitadamente, se atiram à água, fugindo a nado para as suas naus. Mas já os outros castelhanos, que estão a bordo e de longe vêem o que se passa, se armam à pressa, saltam nos batéis e remam para a margem. Vão castigar com a morte êsse punhado de

portugueses atrevidos. Os castelões são mais de duzentos; os portugueses, uns cincoenta sómente, entre bèsteiros, homens de cavalo e de pé. ¡Embora! Firmes, esperam. Os outros avançam. Nuno Álvares exulta de alegria. A sua alma enche-se de sol. ¡Vai, emfim, pelejar!

—¡Amigos,—grita aos companheiros, com voz estrondosa e augusta—por nossa honra! ¡A êles, a êles! Deus é connosco.

Mas os outros replicam-lhe, prudentes:

—Mestre, os castelhanos são dez vezes mais do que nós.

—¡Não importa!—bradou, de novo, Nuno Álvares, com voz vinda do fundo do coração—vinda de outros mundos. —¡A êles, a êles! Segui-me. Fazei o que eu fizer. Serei o primeiro. ¡Sejamos um!

E ia avançar; mas, vendo que os companheiros se não moviam, Nuno Álvares afastou-se, ajoelhou em terra e, todo dentro de si, orou, de mãos postas, a São Jorge. A sua alma mística viveu êsse rápido momento em luz celeste, ilumi-

nando-se de puras claridades, temperando-se de energias sôbre-humanas, despertas, no fundo do seu ser, pela inspiração sublimada. Depois, montou de um pulo, firmou-se na sela de alto arção, sofreou as rédeas, esporeou rijamente o corcel nervoso couraçado de testeira e peitoral de ferro, pôs no inimigo o olhar resoluto, e, num paroxismo de intrepidez (como se fôra a própria chama do espírito, armado e alado, quem galopasse), atirou-se numa arrancada doida, num clarão, numa transfiguração — o corpo em fogo, a alma em luz, nos olhos um rir de divina alegria, na bôca uma flor de divina reza — atirou-se para êsse extenso e espêsso sedeiro de duzentas lanças em riste, contra o qual a sua virginal armadura de aço e de fé se chocou ardidamente. A espada de Nuno Álvares, vibrada de trás das costas, fende para a direita, fende para a esquerda, fende de través, ataca de chuço, espedaçando capelos, talhando broquéis, esmalhando lorigas

— sempre brandida por êsse braço de ferro que uma alma religiosa vitaliza incendiando-o de coragem, de virtude, a romper caminho, a abrir clareiras de sangue em volta de si — a limpar de inimigos a terra-santa da pátria adorada.

Seu cavalo empinado, com olhos em chama e narinas em brasa, lampejando na testeira, atira-se aos galões, esmagando corpos caídos por terra, ferindo lume, com as ferraduras bravas, nos arneses, nos escudos, nos ferros das lanças partidas que cobrem o chão. A espada miraculosa de Nuno Álvares continua ingente, descarregando golpadas de fogo. Sôbre êle — sôbre a sua intemerata armadura — ressoam os golpes dos montantes, os encontros das lanças, as pancadas das pedras, e os arremessos dos virotões. O cavalo, lanceado no peito, no pescoço, nas ancas, a espadanar sangue, cai para morrer; e, no espernear da agonia, engancha um ferro numa soalha da armadura de Nuno Alvares que, tendo caído com êle, fica prêso no corsel. Por

terra, Nuno brande sempre a espada furiosa e religiosa.

O desastre é fatal; a morte, iminente. Mas já ao longe surge uma chusma de companheiros, acorrendo. Chegam. Desprendem-no. Nuno Álvares levanta-se de um pulo. Toma nas mãos, cheias de sangue, uma das muitas lanças abandonadas que jazem em volta dêle; e, à frente dos seus, alucinado, corre à lançada, os castelhanos, derrubando-os, esmagando-os, matando-os. O inimigo foge. O campo fica varrido. ¡Vencera!

E êste foi o seu baptismo de sangue —¡sangue que, depois, na ardência das batalhas, efervesceu e explodiu em bravuras sublimes!

XIV

Anel de rubi

Os ingleses, queixando-se da falta de pagamento do sôldo [121], continuam indisciplinados e ninguêm os pode conter. Querem batalhar. D. Fernando tenta reprimi-los, mas êles escaramuçam, por aqui e por ali, diabrilmente [122]. Em entradas e cavalgadas assaltam castelos por sua conta e avançam até terras de Sevilha. Numa dessas sortidas, comandadas pelo cónego Robertsard, vai o Andeiro. D. Fernando, a quem um ciúme atroz rala e arruína, aproveita-se do pretexto de desobediência, e manda-o prender, ameaçando enforcá-lo.

Vale-lhe Leonor Teles que, com seu engenho, mais uma vez convence D. Fernando de que não tem o menor motivo de ciúmes.

— Só a ti amo, — dizia ela.

O rei ouvia-a e chorava.

No princípio, o ver Leonor no meio de cobiçosos vassalos ardentes de desejos, e a quem ela, nos seus sorrisos e graças, distribuídas com donaire, se dava um pouco, sem se dar, — feria em D. Fernando um subtil ciúme magoado e gostoso, a avivar-lhe os sentidos e o coração: era o sal da dor que saboreia o amor. Agora não. ¡Sofre horrores! Mas já a sedutora Leonor repete:

— ¡Sou tua, tôda!

E, pousando suas mãos de afago nos ombros rectos e descarnados dêste doente e dêste apaixonado, encara-o penetrantemente nos olhos azúis molhados de lágrimas de amor. Por fim, o rei acredita-a, e nervosamente estreita-a a si, ávido, como se, julgando havê-la perdido, outra vez a encontrasse.

O Andeiro continua prêso. Leonor nada pede ao rei, de novo confiado. Prefere que o favorito rogue ao conde de Cambridge a sua intervenção junto de D. Fernando. Assim aconteceu, e o valido foi sôlto[123].

Leonor, para dar às suas relações com o Andeiro um fácil e natural aspecto, e ainda por orgulho, usa agora o talante de se mostrar muito em público com êle, de nada se coìbindo.

O Andeiro é feito conde de Ourêm. Isto acirra o povo, E' um valido. Aumentam os ditos de aspérrima censura contra a rainha. Tudo se exagera. As simples galantarias do conde de Ourêm são maldosamente interpretadas; e certos casos mínimos, contados e recontados, desfiguram-se e mudam de aspecto.

No entretanto, Leonor dissimula cada vez melhor. ¡E' primorosa de gentilíssimas manhas! Para iludir o povo, manda vir, da Galiza, Dona Mór, mulher do Andeiro, e recebe-a nos Paços, agasalhada e

amistosamente, com grande afago e ternura. Sorri-lhe, enche-a de jóias e dinheiro — mete-a no coração.

Dona Mór não a acredita: na presença, agradece-lhe as merçês; nas costas, diz contra ela palavras devedadas, tais como comborça, barregã e outras...

Tambêm o povo, sempre desconfiado, se não deixa iludir:

— A raposa agacha-se para saltar..., — comentava.

As suas recriminações contra ela são cada vez maiores. Então chegam aos ouvidos de Leonor os ecos de severíssimos juízos — o que a fere sôbre-modo no seu orgulho de rainha medieval, pois entende que os seus actos, ainda os maus, não podem ser discutidos pelos seus vassalos e muito menos censurados. O vexame oprime-a. Ela é intangível, indiscutível. O prestígio rial está acima de tôdas as opiniões. A sua pessoa respeita-se sempre. Ela é a fôrça. Ela é a soberania.

A certa scena passada entre Leonor e o Andeiro uma vez, em Evora[125], se refe-

riu, numa atrevida insinuação directa à rainha, o vassalo Gonçalo Vasques de Azevedo, do conselho do rei e seu grande privado. Leonor Teles ouviu, entendeu, e fez-se mouta, fingindo nada perceber; mas para averiguar se na côrte se repetia semelhante dito, serviu-se dêste ardil:— aparentou-se aborrecida com o fidalgo Vasco de Abreu, seu chegado, e feitura sua, pois a ela devia tudo que era. E tal modo ofendido lhe mostrou, que o fêz queixar-se, estranhando-a:

—¿Porque me haveis ódio? ¿Por ventura vos desservi eu, Senhora? ¡Por mercê, vos peço que mo digais!

Leonor, com uma sobrançaria insolente, vexando-o com o olhar parado, respondeu-lhe calma:

—Mereceis que vos mandasse cortar a cabeça.

—¿Senhora, que êrro fiz para tal?— repostou, atónito, o despercebido fidalgo.

—Vós haveis dito a meu tio, conde D. João Afonso, que eu durmo com Fernandes Andeiro.

Recuando indignadíssimo, o outro retorquiu veemente:

— Mentiu-vos quem tal disse. ¡E se eu souber quem foi, lhe porei o corpo!

Estava fora de si. Os olhos chispavam-lhe. Leonor, serena, espiando-o no fundo da alma, disse com naturalidade:

— Foi Gonçalo Vasques de Azevedo.

O fidalgo deu um pulo de assombro, e, numa explosão de ira, bradou:

— ¡Mentiu como um vilão! Eu é que lho ouvi dizer a êle, estando presente vosso tio D. João Afonso.

Leonor soube o que desejava saber. Tinha o nome do inimigo. Tratou de vingar-se.

¿Como? Intrigando o tal conselheiro com el-rei. ¿Qual a intriga? Nesse período de guerra aberta com Castela, e em que, aqui e ali, havia fidalgos com simpatias ocultas por D. João I, supondo ser êle o triunfador de amanhã, o enredo tinha de ser de natureza política e dentro do caso momentoso. Em semelhante ocasião, o maior desserviço que se poderia fazer

ao rei era ser pelos castelhanos. Leonor Teles forjou então cartas infames e, fingindo-as vindas da fronteira (ela tinha dependências por tôda a parte), mostrou-as ao rei: — nesses falsos papéis patenteava-se quanto Gonçalo Vasques de Azevedo era traidor aos negócios do reino. A êste nome juntou Leonor o de D. João, Mestre de Aviz, para despistar a origem da intriga, pois era visível de todos o especial agrado com que a rainha tratava êste infante que, tocado pela sua beleza e graça, lhe queria mui discreto bem — tanto quanto era permitido ao seu temperamento calmo e ao seu feitio reservado. D. João tinha então uns vinte e quatro anos sólidos, e era Mestre desde os treze. Figura meã e forte, face quadrada, de um vermelho de barro cru, olhos negros à flor do rosto, parados e enigmáticos. Pautado, calado, comedido nas falas e extremamente cuidadoso com sua pessoa, trajava, com luxo, vestiduras de sêda e panos de ouro[126]. Amava aficadamente a caça, a montaria e os

folguedos paçãos; mas tudo com tal medida que pouco denunciava o seu mor aprêço por estes desenfadamentos.

Grande conhecedor dos negócios públicos, dos homens com quem vivia e das circunstâncias que o cercavam, prudente, frio, nada escrupuloso, tinha o estôfo de um perfeito político. Leonor, penetrantemente entendendo-o, jogava com êle seus doneos, para disfarçar o mal que lhe desejava: — o afastamento da côrte desta figura forte, por serena. Aproveitando a ocasião, vingava-se de Gonçalo Vasques e inutilizava o Mestre de Aviz.

D. Fernando, embora surpreendidíssimo no primeiro momento, tudo acreditou. Leonor mentia com candura. Enganaria um santo; mais: ¡enganaria um diabo! Então o rei, instigado por Leonor Teles para que tão má acção fôsse punida com violento exemplo, mandou prender o Mestre de Aviz e Gonçalo Vasques, e logo ela, nessa mesma noite, fêz lavrar um falso alvará, com o sinal e sêlo grande[127] de D. Fernando, em que

havia ordens terminantes e urgentes para se fazer pronta justiça nos dois supostos criminosos, degolando-os imediatamente, àquela hora adiantada da noite, no pátio da prisão. Chega o primeiro alvará e, logo a seguir, o segundo, ainda mais insistente, por fim, um terceiro, aficadíssimo. Um às dez horas, outros em volta da meia-noite. Mas Vasco Martins, dono da prisão, suspeita do caso[128], delonga as ordens e espera pela madrugada para ir falar ao rei, com quem se entende, mostrando-lhe os dois alvarás; e não fica inteiramente admirado, quando D. Fernando, com os olhos dilatados de surprêsa, lhe diz:

— ¡Nada sei de tal cousa!...

Vasco Martins já o havia suspeitado. Pouco depois, Leonor Teles entra na câmara onde o rei ficara só; e D. Fernando, a cogitar nesta aleivosia de morte, encara nela em silêncio aterrado. ¡Cada vez conhece menos esta mulher infernal e deliciosa! Convulsiona-o a ânsia desesperada de entender, de penetrar aquele

espírito de treva e ouro. Devaneia e fatiga-se. A alma de Leonor assusta e atrai.

Quer apertá-la a si, adivinhá-la. Já, apaixonadamente, doentiamente, seus sentidos gastos ardem numa estorcida volúpia de desvairo para o mistério vivo daquele corpo tão belo — flor de alma tão má; e, num desvairo, sua bôca em febre cola-se, esquece-se, perde-se na bôca de Leonor, incendiando-se tóda num turbilhão de desejos agrestes e líricos. ¡ Ela era uma deusa ignota, tenebrosa e bela, emboscada numa floresta de arvores perfumadas e de ventos musicais. a quem, em delírio, se sacrifica amor gostoso e doloroso!

. . . . . .

*

* *

Falhado êste plano, cogitou Leonor Teles na denúncia directa de Gonçalo Vasques de Azevedo ao rei, provando-lhe que êste conselheiro a difamara na côrte.

Pelas afirmações de Vasco de Abreu tinha ela, entre outros, o testemunho de D. Afonso Teles, conde de Barcelos. Escreveu então ao tio para obter na resposta dêle o documento desejado; mas o conde, raposa ressabida, percebendo o intuito malévolo da sobrinha, respondeu com palavras imprecisas — nada testemunhando; e terminava dizendo que, para melhor esclarecimento, iria a Évora conversar com ela. Foi e manteve-se na mesma discreta reserva. ¡Também êste lhe falhou!

Leonor mudou de táctica: andava agora pela côrte a fingir-se condoìdíssima da desgraça daqueles vassalos.

— ¡Coitados, sempre tão bons servidores! — dizia ela com o rosto ensombrado de magoada expressão, pondo no canto dos olhos pequeninas lágrimas doridas.

Fingiu então intrometer-se junto do rei e obter o empenho do conde de Cambridge afim de serem perdoados o Mestre e Gonçalo Vasques, mostrando assim que em nada fôra culpada da sua prisão.

Soltaram-nos. A prova da fôrça estava dada, mas precisava ainda de ostentar, perante êles, o desprêzo absoluto em que tinha seus juízos e murmurações. Para isso, mandou-lhes dizer, na mesma manhã em que saíam da prisão, que lhe prazia vê-los na missa da Sé, onde ela seria. Foram; e Leonor desceu lá também com os seus grandes e, entre êles, João Fernandes Andeiro, diante de quem o Mestre e Gonçalo Vasques beijaram a mão da rainha que, soberba e galantemente lha estendeu, a exibir, impudica, sua suspeita gravidez. Terminada a missa, assistiram êles à saída de Leonor, que desceu a nave pelo braço do Andeiro; na rua, o favorito acompanhou-a, a pé, até aos Paços, sempre ao lado das andas de onde ela, recostada, lhe sorria graciosa. Não se podia espicaçar mais vivamente os ciúmes, nem revoltar mais do fundo o amor-próprio do Mestre de Aviz, que ela supunha ser, dentro da sua frialdade, um amoroso seu. Não satisfeita, uma vez chegados aos Paços, convidou

Leonor Teles o Mestre e Gonçalo Vasques para comerem com ela, e colocou o Andeiro no meio dos dois. Perto, meio deitada numa cama, junto de outra mesa, presidia, jogueteando com o olhar, com sorrisos e ditos ora para uns, ora para outros, mas, em especial, propositadamente, para o Andeiro. Êste, ao lado do Mestre, conversava alegre e envaidecido, bem longe de considerar que metia com êle a mão no prato quem, um dia próximo, ¡o havia de ferir de morte!

No fim do jantar, a propósito de jóias, Leonor, bem à vista de todos, tirou do dedo um anel de rubi e deu-o ao Andeiro, que, ensaiado, disse com ironia sorridente, relanceando os olhos em volta:

— Não aceitarei. Hei mêdo. ¿Que vão dizer de nós?

— «Toma tu o que te eu dou, e diga cada um o que quiser» [129], — respondeu Leonor com sorridente desdêm.

E o Andeiro meteu no dedo o anel com a joêta de pedra de sangue.

Era a bofetada sem mão a estalar na

cara dos seus censores presentes e ausentes; o desprêzo vexante pelas opiniões dêste e daquele, — pelos ditos de uns e outros. Aquele anel era um símbolo... O orgulho de Leonor continuava em pé, esmagando.

A' saída, a-pesar-de amarfanhado, o Mestre de Aviz, mesurado e sereno, de joelhos diante da rainha, ainda lhe rogou, por mercê, que lhe dissesse o motivo da sua prisão. E ela, inventando uma nova intriga que mais entralhava a situação, respondeu-lhe, a sorrir, tratando-o fraternalmente:

— Irmão amigo, foi o comendador da vossa Ordem, Vasco Porcalho, quem deu a entender a el-rei, meu Senhor, que queríeis ir para Castela, desservindo vosso reino.

E o Mestre, desconhecendo-a ainda, acreditou na mentira de Leonor Teles, que não tinha outro fim senão indigná-lo contra êsse homem, para o infante, em desfôrço da sua honra, o matar. Como conseqüência (uma vez averiguada a in-

justiça) teria o Mestre de se expatriar, como acontecera a seu irmão D. João, que, desgostoso, nesse momento afrontava Portugal, pondo-se ao lado do rei de Castela.

As mulheres belas e sagazes, quando mentem, fazem-no com tanta instintiva invenção e preparo de arte, que sempre teem quem as acredite, ainda que lhe não queiram bem.

*
* *

Pouco tempo depois nasce um filho a Leonor. E' fraquito: ao quarto dia morre[130]. A côrte e os grandes põem dó de burel pela criancinha.

Os reis, a côrte e o conde de Cambridge (os ingleses ardiam por guerra) estavam então em Elvas, preparando-se para a incursão em Castela. Os arraiais, frente a frente, nas margens do Caia, prontos. D. Fernando, feito cavaleiro pelo conde de Cambridge, arma no campo os últi-

mos cavaleiros portugueses. As alas estão dispostas em costaneiras, dianteiras e reguardas. Os alferes, firmes nas selas, tendem seus pendões fidalgos e religiosos. Iminente a batalha. Mas quando tudo estava prestes e as trombetas iam soar, ¡D. João I não quer batalhar[131]! Já o seu exército se retira para Badajoz. ¿Porquê? Não se disse então e váriamente depois os historiadores interpretaram o caso, embora seja clara a explicação [132]. A Castela não convinha que Portugal tivesse alianças com reinos fortes, e muito em especial com a Inglaterra, senhora de grandes frotas. Quanto mais só, melhor para a vizinha. Por isso corria sempre para êle, oferecendo-lhe alianças — para o ter prêso e descuidado. Fôra esta a política de Henrique II, pai de D. João I, que jamais quis guerra com Portugal. As duas guerras que fêz fê-las obrigado. São mais defensivas que ofensivas. Queria paz. Não lhe convinha encravar-se entre dois inimigos: Portugal e Aragão.

Nessa aparelhada batalha do Caia, se Castela perdesse, Portugal ficaria forte com a aliança inglesa, que se firmaria, constituindo-se a Inglaterra seu defensor na península. Aproveitando a má vontade que, nessa hora, os fidalgos portugueses tinham contra os ingleses, melhor fôra fazer já as pazes, mas secretamente, para levar os ingleses a atribuir a D. Fernando todos estes tredores manejos e fazer com que êles duramente cortassem com Portugal e de uma vez para sempre. Era o que Castela pretendia e que, naquele momento, conseguiu. E tanto o principal propósito estava em provocar a Inglaterra a romper com Portugal, que o primeiro capítulo das avenças estipulava o britamento dos esponsais feitos entre a infanta D. Beatriz e o pequeno Eduardo, filho do conde de Cambridge, substituindo-os pelos da mesma infanta com D. Fernando, filho segundo do rei de Castela.

Por seu lado, o rei de Portugal estava contrariadíssimo com os estragos e mal-

dades que os ingleses tinham feito no reino; e não vendo claramente a política da situação e levando-se ainda — ¡tão delicado! — pelas palavras dos mediadores do rei de Castela, que, ternos, lhe lembraram o seu próximo parentesco, de primo, com D. João I, e o sincero desejo que êste rei tinha de paz duradoura, como vizinhos e amigos, — prontamente se resolveu a aceitar as iniciais propostas. De resto (pensava el-rei) seu brio de português ficava ressalvado: — tinham sido os de lá os primeiros a pedir tréguas.

¿E Leonor Teles? Essa, reconhecendo agora bem de perto as absorventes ambições inglesas sôbre a península hispânica, avaliando seus duros egoísmos, e vendo cada vez mais doente D. Fernando, preferiu, a tudo, o casamento da sua filha com um infante castelhano, que a firmasse a ela, próxima a enviuvar, no trono português.

Emfim, as trombetas de Portugal e de Castela soaram estrídulas, anunciando

pazes. Pasmaram as gentes e entre si trocaram suas incertezas e tristezas; e os ingleses enfureceram-se, julgando-se atraiçoados.

Logo se concertou o casamento da infanta D. Beatriz com o infante D. Fernando. As galés de Castela, havia meses ancoradas no Tejo, sarparam, tenderam velas e demandaram a barra, proejando ao norte, para levar os ingleses às suas ilhas da Gran-Bretanha; e os rastos de espuma que as quilhas das naus lavraram longamente nas águas do mar eram nada, comparados com a fervedura de maldizeres, de insultos, de pragas que contra o rei, contra a rainha, contra a gente portuguesa, vociferavam as bôcas aguardentadas dos soldados ingleses, ao deixar as lindas colinas de Lisboa, aonde, mercenários, vieram para batalhar e enriquecer, e de onde, ¡sem glória e sem dinheiro, voltavam escarniçados!

XV

Boda de infanta e morte de rei

D. Fernando piorara muito. O seu definhamento era lento, mas progressivo. A febre, miúda e impertinente, aparecia sempre, pontual, a horas fixas, afogueando-lhe a cara e pondo-lhe nas palmas das mãos brancas — mãos estreitas, só ossos, com os tendões e as veias azúis em relêvo — uma humidadezinha morna. As orelhas despegavam-se transparentes; sôbre a magreza da face sugada, alteando os malares, o crânio parecia ter-se avolumado; estavam sêcos os cabelos louros da cabeça, agressivos os pêlos do bigode; e nos olhos azúis, tornados maiores no

fundo das órbitas de sombras roixas, as pupilas dilatadas cobriam-se de um langor arrastado, feito de ânsia ferida e de resignação, atraindo dó.

Os negócios públicos acabrunhavam-no; e o passado tempestuoso da sua vida portas a dentro dos Paços escruciavam-no num calvário de vergonhas, que tinha de subir calado, de noite, para que a negridão encobrisse o sangue vivo deixado na terra e nas fragas da ladeira da amargura. Suas dores morais ora o exaltavam até à sufocação, ora o quebrantavam até às lágrimas cobardes, sentindo-se miseravelmente chumbado a um amor fatal. A imagem de Leonor era mão de ferro a empolgar-lhe o cérebro, a premer-lho, cravando nêle unhas de tigre. E não havia remissão possível... ¡Um fado! Esta idea pesava quintais.

Também o penalizavam os resultados da última guerra com Castela, por as cousas não terem ido por diante, para êle tirar dos castelões a desforra dos danos do cêrco de Lisboa, feitos por

D. Henrique II. No entanto, agradava-lhe o concertado casamento entre sua filha Beatriz e o infante Fernando que, por ser filho segundo de D. João I de Castela, não misturaria os reinos, continuando, assim, Portugal a viver sôbre si. Prazia-lhe; e já projectava acompanhar a infanta à fronteira de Portugal, quando D. João a viesse buscar para seu filho. Pormenorizando, escolhera o cavalo em que montaria e engenhava como seria corregida uma embaixada de sumo aparato e lustro. ¡Nos seus olhos mortiços faiscava ainda o lume mentiroso e alegre da esperança, a construir no futuro, sorrindo!

Nisto, morre de parto, na vila de Qualhar, D. Leonor, mulher de D. João I, de Castela[133], e logo as combinações políticas dos dois reinos mudam de aspecto. Leonor Teles, vendo-se prestes a viùvar, preocupa-se, cada vez mais, com a sua situação futura — ela que fêz trinta e dois anos e está na fôrça da vida, sentindo-se tão cheia de vigor e de aspira-

ções como quando era minhana em suas terras de Trás-os-Montes.

A sucessão do reino está assegurada para ela nos tratos antenupciais de sua filha e no testamento de D. Fernando; mas o casamento da infanta D. Beatriz com o infante D. Fernando, filho segundo, não lhe basta. Como rainha, quer para si maior grandeza; como mãe, deseja para a filha a máxima honra; como política, aspira a superiores garantias: — um genro poderoso que, num dado momento de perigo, a ajude com seus grandes exércitos e a sustente no trono, se tanto fôr preciso.

Quer sentir-se absolutamente forte com o apoio de Castela contra alguns fidalgos nossos e, sobretudo, contra o povo português, seu vital inimigo, dela e do Andeiro. Com êste, já escolhido por Leonor para seu futuro marido, combina um casamento político para sua filha — o quinto e último, ¡finalmente [134]! D. Beatriz casará, não com D. Fernando, mas com o pai dêste, o próprio D. João I, rei de

Castela, que acaba de viùvar. Para tal conseguir, não se importará de dar Portugal em dote a D. Beatriz, embora, depois, a tudo venha a faltar. Se o não puder fazer em sua vida, que o façam os que cá ficarem; e se estes nada puderem conseguir, não será Leonor Teles que se doa da situação do povo português, que ela sempre detestou, detesta e detestará na morte.

Por seu lado, o Andeiro cogita em que, no pior dos casos, ainda mesmo que o rei de Castela reine em Portugal, sempre será êle o encarregado por D. João do alto mando de cá, visto a sua preponderância, e ainda a confiança que tem em si para manejar o rei de Castela. Assim conubiados os dois, nos artigos dos tratos nupciais se intercalarão especiosos dizeres, a preparar a realização das ambições de Leonor e do Andeiro.

Feito o concêrto, foi Leonor Teles comunicar o seu pensamento (parte dêle) a D. Fernando; e pela maneira como a exposição foi feita (persuasiva pela graça

que a rainha em tudo punha), o pobre doente, fatigadíssimo, sem querer demorar-se a pensar muito, achou bem o que ela planeava. Naquela hora vencida o rei só queria paz. Êsse casamento era um meio de estreitar amorios políticos. Prazia-lhe. Tudo aceitou. Não viu, ou não quis ver, os outros lados do problema [135].

Alguns conselheiros previram a gravidade das complicações futuras, mas sentiram-se em minoria, pois grande número de fidalgos, certos de que Leonor muito brevemente ficaria só no trono de Portugal, já se voltavam para ela — para o Poder — seguindo-lhe a vontade.

Tudo se combinava. Logo Leonor Teles levou D. Fernando a encarregar o Andeiro de ir a Castela nessa missão. Longe da vista queria D. Fernando tê-lo sempre. O galego aventureiro, gran senhor, valido da rainha, homem de amanhã, já com uma chusma de pretendentes em volta dêle, encheu-se de orgulho e fez-se acompanhar, até Toledo, por ostentosa cavalgada de cem figuras, — ca-

valeiros, escudeiros e escanções — que o serviam como a rei, um para a copa, outro para toalha, êste para o escudo, aquele para a lança. Pretendia patentear em Castela que era a primeira figura portuguesa. Chega. D. João I agasalha-o com o melhor acolhimento, pensa no que lhe propõem, aconselha-se com os seus e responde que aceita ledamente, embora entre êle e a infanta haja uma diferença de vinte anos de idade.

Veem a Portugal o arcebispo de Santiago e, depois de demorados preparos, firma-se em Salvaterra um longo contrato [36] em que, entre várias condições, uma há que diz: se falecer D. Fernando, emquanto el-rei de Castela viver e a infanta não tiver um filho de catorze anos, o regimento do reino de Portugal, tanto na justiça como nas mais cousas — «da maior à mais pequena que a um reino pertencem» — será feito pela rainha D. Leonor e por aqueles que ela ordenar para seu conselho, como Regedor dos ditos reinos. E ainda: embora D. Beatriz

reine, a justiça, cível ou crime, alçadas ou apelações, até ao último desembargo, será executada por oficiais portugueses escolhidos por Leonor Teles, que também fica com o direito de cunhar moeda; e, quando se reünissem Côrtes em Portugal, seriam feitas sob o govêrno de Leonor Teles e do seu conselho. A rainha pensou nela, na filha, ainda no Andeiro e... ¡em mais ninguêm!

¿E que dizia a tudo isto o bom povo português? Acabrunhado, tôrvo, proferia sómente quatro soturnas palavras saturadas de amargura, de desespêro, de luto:

—¡A venda de Portugal!

*

* *

Dois meses depois, por um lindo dia de Maio, Leonor Teles partiu de Salvaterra acompanhada da infanta D. Beatriz, sua filha, que ela ia entregar na fronteira de Elvas, a D. João I, rei de Castela.

D. Fernando, cada vez mais doente, não pôde seguir. Tristíssimo, aproveitava esta ausência de Leonor para ficar só e desabafar com o seu confidente, o chanceler Anes Fogaça, única pessoa que escolheu para sua companhia.

A infanta levava o conde Andeiro por seu mordomo-mor; Vasco Martins de Melo, como copeiro; oferecia-lhe a toalha um filho dêste; e servia de escrivão da puridade João Afonso. Camareira-mor era Maria Afonso; cuvilheira, a velha Iria Gonçalves; e por donzelas iam, entre outras, D. Isabel e D. Beatriz, filhas do conde Álvaro Pires. Com Leonor Teles, fazendo cortejo, seguiam arcebispos de Portugal, bispos, Mestre de Aviz, de Santiago, de Cristo, os condes de Neiva, de Viana, o prior do Hospital, o almirante Pessanha, D. Álvaro Pais de Castro, Fernão Gonçalves de Sousa, Gonçalo Vasques de Azevedo, Nuno Álvares, Fernão Pereira e muitos outros grandes fidalgos do reino, cada um com seus escudeiros e suas bêstas de sela.

Os homens iam a cavalo, as donas em andas; e as donzelas, de faldas sobreerguidas, montavam mansas mulas de viagem. Atrás seguia um regimento de criados dos reis e dos fidalgos, conduzindo récuas de azêmolas carregadas com os vários preparos da viagem, aprestos de arraial, tendas, comestíveis e arcas encouradas, cheias de relíquias, de paramentos sagrados, de trajes e de presentes.

Em Extremoz, descansaram uns dias; depois avançaram para Elvas.

Ao mesmo tempo chegava a Badajoz o rei de Castela. Vinha também muito acompanhado de infantes, de prelados, de Mestres, de condes, de condessas.

Ratificaram-se os tratos na catedral de Badajoz, solene e juradamente, tangendo as testemunhas a hóstia consagrada, posta em patena brilhante, que um bispo mitrado, revestido de pontifical, sustentava em suas mãos calçadas de quirotecas carmesins, tecidas de ouro.

No dia seguinte, veio o rei de Castela para o seu arraial de tendas[137], pôsto junto

do da rainha de Portugal, às portas da cidade, na ribeira do Chinches, para onde à mesma hora se dirigia a rainha Leonor Teles, com a infanta, acompanhada de ricos-homens e cavaleiros. No caminho encontraram-se as duas comitivas. O rei de Castela apeou-se, reverenciou a infanta e a rainha de Portugal, e tomou de rédea a mula branca em que esta montava.

Leonor Teles, alta e donairosa, irradiando rialeza e galanice, vestia um saio faldado de sêda lilás bordada com balaches e pérolas; e o tom cárdeo do véu de sêda fina, que lhe envolvia a cabeça de entoucado alto nos cabelos em bandós, ligava-se, com suavidade, ao cobreado dos seus opulentos cabelos ruivos e misteriosos. Havia sorriso nas sombras do seu rosto, sedução nas pregas pequeninas dos cantos da sua bôca florida, e magia nos olhos verdes. A luz branda dessa hora parecia esmaltar sua pele branca de magnólia, modelando-lhe a cabeça airosa com infinito carinho. E todo o seu corpo,

cheiroso com o perfume tonto dos cipres de dona, espalhava graça e perturbação.

Na tenda régia o cardial de Aragão recebeu os noivos por palavras de presente, segundo o rito da Igreja católica; e logo no domingo seguinte se repetiu êste acto solenemente, na catedral de Badajoz, para onde os reis e suas comitivas se dirigiram.

Na frente, com os sinais e leões de Castela nos peitos das dalmáticas, iam arautos a soar trombetas e pipias, — a bradar fausto e alegria. O rei de Castela, sob um pálio, montava cavalo negro com caparazão de gala. Vinha armado de loriga, coxotes, caneleiras, sapatos de bico e sobreveste de brocado; trazia manto roçagante de purpureada tela de ouro, aberto, forrado de martas; na mão um scetro de ouro, e na cabeça uma coroa de pedrarias. A seu lado esquerdo, a pequenina infanta D. Beatriz montada num cavalo branco, alvíssimo, ajaezado de freios dourados, cordões de sêda, bridas largas, peitoral e topeiras carmesins,

meio coberto de gualdrapas de farfalhudas faldas que quase chegavam ao chão. A rainhazinha, de doze anos, posta em andilhas marchetadas e douradas, vinha vestida de um pelote de cendal rosado, saia de gibeci, cinta de esmalte e borzeguins vermelhos, obrados de aljôfares e rubis, de que se via uma pontinha brilhante na estribeira mourisca. Nos cabelos louros, sôbre uma rêde de sêda branca semeada de pérolas, trazia coroa de ouro, com pedras citrinas; e dos ombros suaves caía-lhe um manto de escarlata, forrado de arminhos, tendido, a cobrir as ancas largas do palafrêm. Ensombrava-a um pálio escarchado de fios de ouro, a cujas varas pegavam o rei da Arménia, o Mestre de Aviz, o infante de Navarra e um nobre de Castela. Grandes senhores levavam o animal de rédea.

O estribeiro montava uma faca-mursela, muito preta, guarnida com arreios de veludo verde, bordados e chapeados de argentária branca. Esvoaçavam no ar os

mantos brancos e vermelhos dos Mestres e tremulavam seus pendões quarteados, com as cruzes encarnadas e verdes, as mesmas que se broslavam nos peitos e nos ombros das dalmáticas de sêda dos cavaleiros das suas ordens, que com êles seguiam. Iam no cortejo condes, com seus colares de ouro e suas divisas, grandes donas, condessas, donzelas, e escudeiros em suas mulas, vestidos de gibões carmesins bordados de prata, e saios curtos, franceses, de veludo alionado, calças de gran, espada em cinta rica, sapatos de ponta, e na cabeça sombreiros de veludo negro com sua bola em cima. Atrás, pajens em cavalos de brida. Peças de gente castelhana, em grande alégria, cantavam e dançavam tocando seus trebelhos. As janelas, cheias de donas, estavam colgadas de panos de ouro e de sêda. E todo o caminho fôra juncado de espadanas verdes e de cheiroso funcho.

A' porta da Sé, esperavam-nos o arcebispo de Sevilha, os bispos de Ávila, de

Coira, de Badajoz, e os bispos portugueses de Lisboa, de Coimbra, da Guarda, e alta clerezia. O arcebispo de Sevilha, tomando as mãos dos noivos e envolvendo-as carinhosamente na sua estola de ouro, perfumada de incenso, disse-lhes as palavras que a Igreja de Roma ordena e, sorrindo com beatitude, uniu-os sob a sua bênção crucifigiada. Depois, organizou-se um cortejo e todos subiram a nave, em filas, atrás de cruzes alçadas. Os diáconos balouçavam turíbulos de prata, de onde saíam baforadas de fumo santo; os coreiros entoavam antífonas; e o órgão gemia uma marcha celeste.

Seguiu-se a missa, com diácono e subdiácono, que os reis, em estrados cobertos de maromaques, ouviram, parte sentados em cadeiras góticas de altas espaldas, parte ajoelhados em cabeçais obrados de ouro. Do outro lado, estavam os bispos, em faldistórios cobertos de panos ricos, e suas vestimentas e mitras eram adobadas de aljôfares e safres.

No arraial, sob grande tenda, houve banquete de muitas iguarias, manjares e vinhos de honra; à tarde, justas, torneios, machatins; e pela noite o arcebispo de Sevilha veio à guarnida tenda dos reis de Castela, no meio de vários prelados com tochas acesas, benzer o tálamo, bem corrigido, dos régios noivos. Fora, coros de bailadeiras, foliavam ao som das cítolas e das soalhas.

Os fidalgos portugueses foram presenteados, pelo rei de Castela, com cavalos, jóias, panos de ouro, veeiros e valancinas finíssimas. As festas, com novos jantares, jogos, tavolado, cantos e danças populares, prolongaram-se por vários dias até às despedidas, quando Leonor Teles e os seus regressaram a Portugal, e os reis de Castela às suas terras, metendo por dentro do reino de Leão, sempre no meio de cantares, trebelhos e alegrias das gentes que, em paradas, os esperavam nas bôcas dos caminhos e às portas das cidades, sob arcos de verdura, de onde choviam flores; — povo

amigo, limpando-lhes as ruas e cobrindo-as de junquilhos perfumados.

*

* *

Emquanto Leonor Teles, nas bodas de Elvas, ao lado do conde Andeiro e entre os grandes das côrtes de Portugal e de Castela, espanejava seu orgulho de rainha e o donaire da sua consciente beleza de mulher sedutora; — D. Fernando, em Almada, cada vez mais doente, com repetidos ataques de falta de ar no peito ôco, e frouxos de tosse funda a desconjuntá-lo todo, mofinento moía consigo próprio as dores das suspeitas que lhe causavam as intimidades da rainha com o Andeiro. Era o ciúme carnal, bruto e mau, que tudo transforma em fel, envenenando os sentidos, as palavras, os gestos. O seu ódio a Leonor era feito de muitas peças contraditórias, amassado de inferno e de amor; o ódio ao Andeiro, êsse era nítidamente ódio, sem mistura:

— ¡corpo inclinado sôbre a vítima, olhos em chama, mãos em garra, bôca hiante, dentes rangentes insaciáveis de morder, de rasgar, de estracinhar!

Confiante, tinha aceitado o casamento de sua filha com D. João I de Castela, sem ver o exacto sentido político de tal concêrto. Via-o agora e ainda todos os perigos que daí, no futuro, poderiam advir para o reino. ¡Era tarde!

¿E o que pensariam da sua honra, quando soubessem dêste casamento, o rei de Inglaterra e o conde de Cambridge? A remoer nisto, e confidenciando tão amargurados pesares ao seu íntimo Lourenço Anes Fogaça, com êle combinou mandar chamar Rui Cravo e logo o fazer partir para Inglaterra, levando, da parte de D. Fernando, o recado de que êsse casamento não fôra feito a contento do rei, e que, por isso, o desculpasse, pedindo-lhe a continuação da amizade de antes, mantendo-se os tratos da aliança ajustada. ¡Mal supunha D. Fernando que Ricardo II de Inglaterra escarneceria do

seu recado, e que o conde de Cambridge nem mesmo havia de receber o enviado do rei de Portugal!

¡Aonde essa mulher o levava!

¿E o Andeiro? O rei fechava os olhos para o ver melhor, e então a figura do fidalgo galego, com o seu olhar brilhante e o permanente sorriso de triunfador, suas maneiras impertinentemente mesuradas, falsíssimas, sacudia-o todo, num movimento de antipatia repulsiva, de cólera concentrada, fazendo-o ranger os dentes, tumultuando-lhe o sangue e manchando-lhe a alma doce com as nódoas da maldade rancorosa. Num dêsses momentos, planeou D. Fernando mandar matar o Andeiro pelo Mestre de Aviz que odiava o valido. Para isso instruiu seu escrivão de puridade, que logo escreveu uma carta e a trouxe ao rei para assinar, não sem que humildemente lembrasse cauteloso, a D. Fernando, o inconveniente de dar tão alto cargo ao Mestre de Aviz, que, se até ali era estimado pelo povo, mais o seria ama-

nhã, matando o Andeiro — tão detestado.

— Esguarde nisso el-rei, meu Senhor.

D. Fernando, que não gostava do Mestre, considerou nas palavras do seu moço de escrivaninha, deu-lhe razão, e rasgou em bocados, rancorosamente, êsse pergaminho em que estava lavrada a sentença de morte do seu figadal inimigo. O rei encontraria outro meio e escolheria outro pulso para cravar o bulhão assassino.

— ¡Um dia, um dia! — ameaçava o rei, confiando no futuro, certo de que, guarescido, tinha diante de si muito tempo para realizar os seus instintos de vingança.

¡Pobre doente com dias contados!

Neste comenos, regressa de Elvas a rainha Leonor Teles. D. Fernando, que se sente melhorar — ¡melhorar, para morrer! — quer que o transportem de Almada a Lisboa. Mas o rei tem um infinito pudor dos males do seu corpo arruinado e afeado pela etiguidade — ¡êle

que tão formoso se soubera! Não, não quer que o seu povo o veja assim sêco e escaveirado, e, mais do que isso, lhe perscrute a alma macerada pelas dúvidas da vergonha de sua honra. Virá de noite e esconsamente. Ninguêm o verá. Já um merencório bando de atambores, rufando em surdina, como se crepes negros lhes abafassem o som, entoa, sob os balcões, nas ruelas da cidade, a anunciar que depois do anoitecer pessoa alguma saia à rua, se fechem tôdas as portas, se cerrem tôdas as janelas, postigos e adufas, e que não se acenda em casa tocha ou candeia — que a quietação seja profunda. E' a trágica procissão do silêncio e da treva — ¡da morte! Vai passar no cais das Naus e nas sombrias betesgas da encosta da Alcáçova ¡o fúnebre cortejo de um rei moribundo, com a alma em farrapos!

Nessa noite atravessou o Tejo, de Almada para Lisboa, um batel negro, toldado, indo deitado dentro dêle, em almadraquexas, o esquelético doente, cujos

olhos febris luzem no escuro dessa noite fria e húmida, que apunhala o peito do rei a resfolegar em ânsia estertorosa. Ninguêm fala. Os remos coaxam, lentos e rítmicos, na água negra. No silêncio triste e respeitoso ouve-se a respiração sibilada do rei que, «doliente de dolência», alagado de melancolia, consigo próprio a monologar as queixas do seu espírito, vai olhando as águas do rio a tremulirem chuveiros de estrêlas. Distante, Lisboa é uma mancha de tinta negra, — um montículo recortado, no alto, pelos torreões da Alcáçova.

*

* *

Vai quase no fim o magoado mês de Outubro dêsse ano de oitenta e três [138]. Num largo catre, nos Paços de Apar São Martinho, o rei hirto contra a cabeceira, entre almofadas altas, mal pode respirar. Mãos de ferro lhe oprimem o peito vazio. Cerca-o a rainha, a côrte, o Andeiro. O pungimento é sincero em to-

dos. O rei, com ar quebrado, olha sereno para o conde de Ourêm. E' o momento bom — último da vida e primeiro da morte — em que todos os rancores se escoam. Êste olhar de bondade impressiona mais penetrantemente o Andeiro do que se fôra um olhar de cólera. Os outros, que cercam o leito do rei, olham-no tambêm, mas, vivos, suas expressões são severas e varam de lado a lado o favorito, que vê e ouve os ódios de todos os que enchem a câmara. Reconhece que não deve estar ali. Sai. Apresta-se rápidamente. Desce ao pátio e, montando a cavalo, parte a galope, no meio de criados, de que êle havia assaz, para as suas terras de Ourêm.

O rei, confessado e comungado, está penitentemente revestido com a estamenha pobríssima do hábito de São Francisco. Aproxima-se o momento extremo. Ouvem-se sinos piedosos rogando orações. Passam na rua clamores de frades e de clérigos em procissão. Leonor Teles tem doces palavras, sorrisos bons, cari-

ciosos cuidados para o rei moribundo, branco como os lençóis. D. Fernando considera na rainha, com um sorriso suave, fatigadíssimo, a desfolhar-se. Aperta na dela sua mão gelada, mas ainda enternecida. Diante do seu espírito em bruma, passam, entre fumos, os tempos saudosos dos seus primeiros amores... Quase já a enevoar-se a iris de azul desmaiado, sorri ainda àquele engano de ouro a que foi constante. E Leonor, a má, a diabólica, teve nesse momento a piedade divina dos olhares compassivos, dos sorrisos em flor — óleo da extrema-unção do carinho derradeiro, que prolongou a expressão enamorada do rei, formoso e mal-avindo, a finar-se com os olhos aleitados nas névoas da morte. D. Fernando, contrito, a balbuciar os Artigos da Fé, morre com a cabeça fria posta no colo branco e quente de Leonor Teles — ¡último afago, última mentira, mas mentira bela, porque fêz tremeluzir ainda, nessa alma a partir-se do corpo, um bruxuleio de ilusão!...

XVI

Leonor Teles, Regedor

Dias depois, na reguarda de arautos a tocar em atambores, um grupo de fidalgos, a cavalo, trazendo o conde de Ceia o pendão das quinas alçado nas suas mãos enluvadas, saía dos Paços de Apar São Martinho, descendo, a tropear, as estreitas ruas de Lisboa, até ao terreiro da Sé, parando aí e pregoando, em voz altissonante, êste brado agourento que causava calafrios nos liais corações portugueses:

— Arraial, arraial, arraial pela rainha D. Beatriz de Portugal, nossa Senhora.

Era a visão do senhorio de Castela — o pesadelo antigo e sempre presente, feito corpo, vivo, em pé, que surgia, num

fantasma formidável e tremendo, ante os olhos apreensivos dos bons amigos desta terra, vexando-lhes e oprimindo-lhes as almas livres. Ninguêm correspondia ao pregão. Turvavam-se os corações. O ar era pesado; a luz, de luto.

O bando estacara. Cruzavam-se notícias desencontradas. Na Baixa, havia motins. Já da Rua-Nova subiam grupos populares alvorotados. Formavam-se magotes de gentes em volta dos escudeiros e dos fidalgos. Protestava-se contra o pregão que não queriam ouvir — ¡que os anuviava, os enfurecia, os apunhalava!

— «¡É a entrega de Portugal!» — «¡É o reino dado aos castelhanos!» — «¡E quanto sangue custou o reino para ser filhado aos mouros!» — «¡Passamos a ser cativos!» — «¡Em má hora, nunca, nunca!»

Assim bradavam coléricas e desvairadas vozes.

O povo considerava tudo aquilo uma traição dos grandes — da rainha, dos conselheiros, dos fidalgos. Portugal não era dêles. ¡Portugal não se vendia!

— ¡Ninguêm aqui se torna castelhano!

E a revolta, brava e dolorosa, explode em todos os corações. As ruas impregnam-se de pragas, de fúrias, de ódios. O ar é espêsso de cóleras e agitado de energias.

Já os atambores emmudecem, e os pregoeiros calam suas vozes, não se atrevendo a bradar. Mas dos Paços veem terminantes ordens da rainha para que o bando prossiga.

Um fidalgo explica ao povo que tudo aquilo está estipulado nos tratos últimamente concertados entre D. João I e D. Fernando, que Deus tinha em sua glória. Há que cumprir-se.

Mas estas razões não calam no pensar, nem no sentir do povo, uma vez que não fôra êle quem fizera semelhantes tratos, para os quais ninguêm o ouviu nem consultou. O vozerio é agora atroador. Elevam-se punhos cerrados para os homens do bando, cobrindo-os de insultos. Então o conde D. Álvaro Pires de Castro, que busca acalmar os mais exaltados, pede

silêncio para falar, pois julga haver encontrado um meio de lançar o bando, que a todos satisfará:

— ¡Arraial, arraial, arraial por cujo fôr o reino!

O conde pensa no seu sobrinho D. João; mas o povo, que não entende semelhante reserva de pensamento político, protesta de novo, não aceitando tal pregão. E a grita e o alevanto são cada vez maiores.

A' hora em que isto acontece em Lisboa, o povo de Santarêm alvorota-se, protestando contra o alcaide-menor que, à frente de sessenta homens de cavalo, descera do castelo, de bandeira desfraldada, a pregoar pela rainha D. Beatriz. O brado é recebido por magotes de povo com absoluto silêncio. E' uma nobre forma de protesto. E porque o alcaide insiste, um «refece peliteiro» desembainha a espada e põe-se à frente de um rancho de exaltados, gritando: — ¡Matemos o alcaide, matemos o alcaide!

Mas o alcaide esporeia o cavalo, foge a galope, galga a ponte levadiça e fecha-se seguramente dentro do castelo. O povoléu percorre então as ruas, e no meio de dichotes e assuadas furiosas contra os grandes, e de gritos contra Castela, proclama o nome do infante D. João, aliás ausente de Portugal:

— ¡Viva o infante D. João!

Eis o chefe que o povo escolhe e prefere, pois, alêm de ser filho lídimo de um rei que a gente portuguesa muito amou por muita justiça lhe dever, é moço alegre, franco, lhano — de feição.

Em Elvas, há semelhantes motins e protestos. O povo encontra aí uma fórmula ampla, repleta de pátria, que o satisfaz:

— ¡Arraial, arraial, arraial — por Portugal!

Esta, sim, era certa, porque dentro dela cabia todo o coração português. A alma do povo estava cheia até à bôca. Ia explodir. Êle tinha assistido, calado,

a tôdas as combinações, mais ou menos ocultas, que os grandes concertavam em Castela, fazendo e desfazendo casamentos a D. Beatriz, ora com o filho de D. Henrique II, ora com D. Fernando, por fim com D. João I; e sempre o reino de Portugal — ¡tão amado! — se oferecia em dote da infanta. Não podia ser. Era uma entrega, — ! uma vilíssima traição!

*
* *

Estes e outros protestos desgostavam Leonor Teles, que, sentindo-se desestimada, queria agora, mais do que nunca, sustentar-se no trono e a contento de todos. Para agradar ao povo, tinha respondido às petições que êle lhe dirigira, dizendo-lhe, ledamente, que estaria sempre a seu lado; e logo consentiu, sem visível protesto, na encoberta tutoria que lhe apresentaram: — a formação de um conselho, junto dela, de homens bons.

Prometeu regular o caso da pousadoria dos fidalgos e ainda o dos judeus no exercício dos cargos públicos. Para, por suas aparências, conquistar as gentes, cobriu-se de rigoroso dó, tomando atitudes doridas e expressões chorosas, pela perda do seu ¡muito amado marido e senhor! Empregava, assim, mil artifícios e mentiras, buscando construir simpatias entre o povo — o povo que ela sempre abandonara, detestara e maltratara. ¡Era tarde!

Quanto aos fidalgos adversos, com êsses fácil lhe foi: conquistou-os com honras, lugares, dinheiro; — a sua conhecida maneira de sempre. Por êste lado, considerava-se segura.

Alêm disto, tinha Castela. As suas fortes ligações políticas com D. João I firmavam-na no trono de Portugal, — disso estava certa. Como ela, pensavam muitos e muitos fidalgos portugueses, almas sem pátria, desvigoradas, desonradas, a quem não repugnava a absorpção de Portugal pelo reino de Castela. O cará-

cter dêstes nunca descera tanto, desde que Portugal era Portugal.

Tendo tudo assim disposto durante as primeiras semanas em seguida à morte do rei, preparou-se Leonor para, no trintário do óbito, fazer parada das suas conquistas — das suas fôrças. Quanto o entêrro de D. Fernando tinha sido humilde, não comparecendo Leonor Teles, no receio de que a exibição das suas falsas lágrimas insultasse as gentes — tanto ela queria agora que as exéquias fôssem majestosas, para, por um lado, satisfazer ao povo, por outro, lhe patentear o número e a importância dos fidalgos que tinha por si. Eram muitos, ¡ vergonhosamente!

Escreve então para todo o reino. Quer reùnir em Lisboa muitos fidalgos, muitos prelados, tôdas as Ordens, basta clerezia. Convida. Ordena. Ela fôra, pelo testamento do rei e pelos tratos de Castela, senhorizada Regedor do reino, em plena jurisdição. Que todos o saibam e vejam. Manda também recado a Nuno Álvares,

que está nas suas terras de Entre Douro e Minho. Leonor sabe que êsse rapaz ardido, que ela conheceu tamanino e de sua mão armou cavaleiro, anda descontente e achegado ao Mestre. E' preciso captá-lo. Estava, porêm, longe de pensar quanto a situação de Portugal, pelos perigosíssimos tratos feitos em Castela, trazia em trevoso cuidado o coração puro dêsse moço a queimar-se no amor louco pela terra onde se criou. Naquela hora inquieta de sinistra ameaça para Portugal, Nuno Alvares, místico, sentia em si a missão de um enviado, em quem Deus acumulara energias, para conduzir à guerra e ao triunfo o povo bom de um pequeno reino cristão, que queria viver sôbre si, absolutamente livre. ¡ O que essa alma religiosa sofre! No seu coração toca a rebate. Já seus ouvidos alucinados ouvem, ao longe, o som de guerra das trombetas castelhanas e o tropel de mil patas de cavalos, estrondeando no chão; já seus olhos vêem, das bandas do Levante, entre nuvens de pó e esventolados

pendões com figuras e divisas aurifigiadas, um preamar de capelos brilhantes e uma floresta viva de piques e lanças — furacão maldito, investindo cego contra a pátria muito amada para a esmagar, vencer, absorver. Essa alma heróica arde em febre — ¡delira!

Nuno Álvares vem ao trintário e traz consigo trinta homens escudados, afoitos e fidelíssimos. Prevenira-se. Ninguêm se apresentou assim.

Veio também o prior do Hospital; e veio o Andeiro — o refugiado de Ourêm — que Leonor convidara, para que se não interpretasse mal a sua ausência.

*

* *

O trintário foi aberto e as exéquias correram riais e serenas. Rezaram-se milhares de missas. Os fidalgos, numerosos, cercaram a rainha, que, sentindo-se forte e defendida, se afoitou a cousas que um mês antes não se atreveria a fazer.

Assim, aposentou nos Paços o conde de Ourêm e pô-lo a despachar consigo; e, dias depois, enviava-o a Castela, como seu embaixador, para informar D. João I do que se passava, e de como tinham sido aceitas as cartas que lhe mandara, pelo seu enviado Afonso Lopes Texada, a respeito dos direitos que êle tinha ao trono português.

O Andeiro impava de soberba e de audácia. Considerava-se o homem indispensável que tudo tem na mão. Muitos fidalgos, despeitados, odiavam-no; uma vez, porêm, na frente dêle, tudo eram sorrisos, gentis contenenças e humildades, porque o Andeiro era agora a maior fôrça dos Paços. E, assim, dia a dia, cresce em volta dêle o número dos amigos, dos admiradores, dos louvaminheiros. No entanto, o Andeiro não ignora que tem inimigos[139] e, por isso, jamais se desacompanha dos seus trinta escudeiros de cote, bem armados.

Leonor Teles, julgando-se defendida,

é mais confiante. ¡Engano! — a conjura está maquinada. Preparam-na alguns fidalgos e homens bons que, sem saberem uns dos outros, se encontram batendo à porta do mesmo chefe que buscam. A iniciativa, no campo dos nobres, cabe a Nuno Álvares, que entende que se deve começar por fazer desaparecer o Andeiro, — primeiro golpe contra o orgulho da rainha — e o escolhido por êle, para o matar, é o Mestre de Aviz. Nuno fala a D. João, que lhe diz que sim, mas logo no mesmo dia se arrepende. Nuno enfurece-se. São dois feitios inteiramente diferentes: quanto um — o do Mestre — é sereno, tanto o do outro é arrebatado. Um vê, pensando; outro, sonhando. As indecisões do Mestre repugnam a Nuno Álvares, que, anojadíssimo, resolve ir procurar seu irmão a Santarêm. ¡Vai furioso! Em Pontével encontra-se com o prior do Hospital. Explode. O prior repreende-o. Não se entendem. Em Santarêm, insiste com o irmão para ser pelo Mestre contra a rainha e contra Castela.

E o irmão, político e interesseiro, responde-lhe desabridamente:

— ¡Razoas sem siso! E voltou-lhe as costas.

Nuno apela para outro irmão seu — Diogo. Convence-o. Mas também êste, pouco depois, muda de parecer e lá vai para o partido do prior. ¡Como Nuno é diferente dos irmãos e dos mais homens! Num momento de esmorecimento, pensa em montar a cavalo e abalar para as suas terras de entre Douro e Minho e nelas se refugiar — para sempre. Mas já o seu coração de guerreiro bate formidàvelmente, retinindo em timbres de ardor e de confiança. A sua alma de herói reage. Então, esporeia o cavalo e volta para Lisboa, a galope, no meio de um punhado de homens — seus escudeiros valentes e liais. Vai decidido a tudo.

*
* *

Por seu lado, o povo, aflito, buscando chefe, procura, para se aconselhar, um

velho de grande fama, antigo chanceler de D. Pedro e D. Fernando, vivendo agora afastado, desgostoso e entorpecido pela gota dolorosa que o algema, meses seguidos, ao seu catre e à sua cadeira de enfêrmo. Este velho ouve o povo e concorda com os seus desejos e aspirações. Conjurando, procura o Mestre de Aviz e com êle combina a morte do Andeiro, prontificando-se a pôr em volta de D. João a gente de Lisboa.

O Mestre interroga-o com os olhos; e logo o velho, olhando em roda, lhe expõe, em voz baixa, o estratagema. ¡Parecia excelente!

Tudo ficou combinado; porêm, dias depois, o cauteloso D. João apresentou suas dúvidas, seus receios de malôgro. Entre várias cousas, dizia:

—A rainha tem por si Castela... Muitos fidalgos..; alcaides..; —¡era um risco!

Mas o Mestre não dizia tudo. Nunca a reserva dêste reservado foi tão meticulosa. E' que, além dos seus sinceros re-

ceios pela emprêsa e do seu natural desajeito em pôr mãos em alguêm, havia ainda a repugnância em ser desagradável a Leonor Teles, não só por, desde muito, sentir um pouco de discreta e oculta bemquerença por ela, mas ainda porque, político, muito lhe convinha estar de acôrdo com Leonor: — beijar-lhe a mão, emquanto a não pudesse apertar, esmagar, inutilizar. E estimaria ainda que a rainha continuasse a viver na ilusão de que êle a amava, e se deixaria dominar por ela. Ora, ferir o Andeiro, era ferir Leonor.

Tudo isto misturado levou D. João a, dias antes, desculpando a rainha, ponderar a Rui Pereira, quando êste insistia com êle para acabar com o Andeiro:

— A mim parece que já se fala menos de Leonor Teles com êsse...

Ficava-se. Desviava os olhos. *Esse* era o Andeiro, e o Mestre ¡nem o nome lhe queria pronunciar!

Rui afirmou-lhe então que os dois continuavam na maior intimidade: estavam

conluiados — na política e no mais — para tudo.

— E' mister acabar com êle, — insistia Rui Pereira.

O Mestre hesitava. E logo o outro:

— E' o homem principal que negoceia o reino com Castela.

E, ao ouvido, dizia-lhe que contasse com êle; que estaria a seu lado; que não o abandonaria um momento.

O Mestre, olhando-o nos olhos, ouviu-o calado, meditou muito e, por fim, respondeu-lhe:

— Avisai Nuno Álvares. Disponde tudo para amanhã.

Assim se fêz.

A' última hora, porêm, o Mestre faltou. Era a imagem de Leonor a perturbá-lo...; era o político acauteladíssimo a medir o alcance de seus passos prudentes.

*

* *

Passam-se dias. Em volta do Mestre continuam pressões constantes, tenden-

tes a levá-lo a realizar o que êsse grupo, de fidalgos e homens bons, planeava, e era da vontade de Nuno Álvares, do velho Álvaro Pais, de Rui Pereira e de outros. O cometimento devia ser feito pelo Mestre. Só êle daria ao acto a grandeza e a significação política de que êste precisava, conquistando D. João, assim, o necessário partido do povo, — principal elemento na revolta a fazer-se — e ainda a estima dos homens de boa fazenda e de feição.

Mas o Mestre continua a hesitar; e sem querer sair da situação espectante em que se colocara, resolve-se a cumprir as ordens da rainha, que, sagaz, o mandara seguir para as terras do seu Mestrado, como fronteiro. Partiu. Tinha pôsto de parte a idea de matar o Andeiro. Cavalgou algumas léguas e foi apousar à aldeia de Santo António. Todo o caminho cogitou no caso. A sua situação era extremamente melindrosa. Os três homens que naquele momento tinha em si — o político, o cavaleiro, o afeiçoado — reùni-

ram-se em conselho na sua consciência, e discutiram maduramente. O político considerou que perderia uma ocasião única de ganhar para si o conceito dos homens bons, que sentia afastados, e o entusiasmo do povo, que se alcança com a fôrça e o prestígio que resultam de uma acção bem planeada e bem realizada; o cavaleiro preguntou o que diriam os conluiados a quem êle assegurara a execução do prometimento, sobretudo o que pensaria o seu amigo Nuno Álvares; e o afeiçoado a Leonor só viu diante de si a figura, pálida, repulsiva, mas vitoriosamente sorridente, do detestável Andeiro, favorito, recebendo de Leonor os seus melhores favores e as suas mais íntimas graças. Então, decidiu-se a voltar à cidade e matar o Andeiro.

Nessa mesma noite mandou a Lisboa avisar a rainha de que regressaria para concertar com ela o melhor modo de se haver no cargo da defensão da fronteira, que ela lhe entregara. Legitimava, assim,

a sua volta — a sua inesperada entrada nos Paços. Afastaria suspeitas, e a rainha recebê-lo-ia logo, como era mister.

Deitou-se, mas não dormiu. O político ia jogar uma grave cartada.

XVII

Assassínio do conde Andeiro

No dia seguinte, antemanhã, veio o Mestre a Lisboa; e como encontrasse no caminho, entre vários amigos seus, Rui Pereira (que, vigiando a indecisão de D. João, sempre estava àlerta), chamou-o de parte e logo lhe disse que mandasse um escudeiro adiante, a correr, avisar o velho Álvaro Pais para pôr em acção aquele combinado estratagema, pois ia dali direito executar o que êle sabia.

O Mestre vestia armas, assim como os vinte homens que o acompanhavam com suas espadas cintas. Era manhã alta, quando chegaram aos Paços de Apar

São Martinho. Estava tudo fechado. Passeavam bèsteiros, fazendo a ronda. A escolta desmontou; e emquanto, seguindo D. João, subiam as escaleiras de pedra, tinindo suas esporas de ferro, estes homens, suspeitosos do que se ia passar, segredavam entre si:

— O Mestre vai matar o Andeiro.

— Também mo diz o coração.

Porêm, nada sabiam ao certo.

No patamar, o Mestre bateu e a porta abriu-se; e como o porteiro só quisesse deixar passar D. João, êste afastou-o para o lado, e todos, atravessando a sala, penetraram de roldão a estreita porta ogival, que dava para uma quadra de tijolos espinhados, com alcatifas árabes de lãs variegadas e espêssas, onde os passos se abafavam. Na sua câmara, colgada de Razes, de alto teto cairelado de ouro, com as armas de Portugal a côres e a metais, Leonor Teles estava sentada numa cadeira de espaldas, tendo em tôrno do estrado, coberto de panos finos, suas donas e donzelas; e à roda, em bancos,

os condes D. Afonso Teles, D. Álvaro Pires, e os fidalgos D. Fernão Afonso e D. Vasco Peres. Vestido de gibão encarnado, tabardo com alhetas e mangas, de joelhos, o Andeiro conversava, mesurado e malicioso, com a rainha que lhe sorria donairosa. Todos se levantaram, surpresos e assustados, ante aquela entrada súbita do Mestre, armado, à frente dos seus companheiros. D. João parou, curvou a cabeça diante da rainha, humildemente, em plena cortesia; em seguida, cumprimentou os demais. Seu capelo de aço, sua cota, seus braçais, seus coxotes, rebrilhavam como se fôssem de prata polida. Em pé, com a mão direita, calçada em gocete, no punho lavrado do bulhão que trazia à cinta, esperava ordens.

Semelhante aspecto guerreiro alarmara a todos.

Leonor, tremendo, mas conseguindo sorrir em plena mostrança de bom desejo, indicou-lhe, por um gesto grado, que se sentasse; e logo com bôca dada e voz de encanto:

— Irmão, ¿a que tornaste?

O Mestre, pousando olhos falsos no brocado do pelote de Leonor, respondeu sereno:

— A pedir-vos mais vassalos. Os que me destes, para defender a comarca de antre Tejo e Odiana, mui grossa de senhores, não bastam.

Leonor respirou fundo, sem desfazer o sorriso; e, aparentando tranqüilidade, logo mandou chamar o seu escrivão para se darem ordens afim de ser feito o que D. João lhe requeria.

Os espíritos assossegaram um pouco.

Mentres, o conde de Barcelos veio conversar com o Mestre. Convidava-o para comer, quando Álvaro Pais se acercou, repetindo-lhe igual convite. O conde Andeiro (que, a meia voz, conseguira dizer aos companheiros que se fôssem armar) veio de lá, sorrindo muito cortês, e disse alto, acentuando o gesto cordo e decisivo:

— Comigo é que o Mestre jantará.

D. João a todos se escusou, dizendo:

— O Meu vedor espera-me.

Da sua cadeira, Leonor, com os olhos nos grupos, media os olhares, os gestos, as palavras, preocupadíssima, mas sorrindo, graciosa e dissimulada. As donas entreolhavam-se. Gelava-se. Seguiu-se um silêncio funesto. Conversavam em voz muito baixa. Ouvia-se João Gonçalves, escrivão da puridade, folhear o grosso in-fólio dos vassalos. O Mestre aproveitou um momento para, dirigindo-se ao conde D. Afonso Teles, lhe dizer disfarçadamente:

— Ivos daqui, que quero matar o Andeiro.

O conde, que sentia quanto poderia ser preciso, cingiu-se ao Mestre e respondeu-lhe também em voz baixa, junto do ouvido:

— Fico, para vos ajudar.

— Não, — respondeu terminante o Mestre.

O Andeiro, desconfiado, olhando de esguelha, mordia o bigode, impaciente por não ver chegar os companheiros, que

mandara armar. A todo o momento olhava para a porta de entrada, parecendo-lhe ouvir passos na câmara vizinha. Leonor Teles, percebendo a angústia do conde, começou a ganhar tempo, conversando ora com uns, ora com outros. Depois, fingindo examinar pela primeira vez os companheiros de D. João, disse, como a falar para todos, em censura leve:

— Os ingleses hão o mui bom costume de, em paz, não trazerem armas, mas sim boas roupas.

O Mestre ripostou pronto, com um sorriso de ironia:

— Senhora, dizeis uma gran verdade, mas pensai que êles fazem assim porque andam quase sempre em guerra e, por isso, lhes apraz tirar as armas para descansar. Nós, que temos sempre paz, se na paz não usássemos armas, ¿ como haveríamos, em tempo de guerra, de saber usar delas?

Leonor não riu. Pensava agora, inquieta, nos homens do Andeiro, ¡que não chegavam!

De novo a conversa caíu.

Respirava-se mal. O ar era espêsso de presságios... Oprimia.

Com o pretexto de serem horas de jantar, cada um, atemorizado, foi saindo. Da côrte, poucos estavam na câmara. O Andeiro, em brasas, ¡ via-se só! ¿ Se pudesse fugir ? ¿ Como ? Imaginou, então, esta manha: aproximou-se de D. João e disse-lhe insistentemente:

— Comereis comigo. Está decidido. Vou mandar fazer prestes.

E, sem mais, dirigiu-se para a porta. Mas o Mestre, que lhe espiava os pensamentos e lhe seguia os movimentos (como Rui Pereira seguia os de D. João) pôs-se diante dêle, embargando-lhe os passos:

— Não vades. Preciso de falar-vos uma cousa antes de sair.

O Andeiro empalideceu.

O Mestre fêz uma reverência à rainha e, tomando a mão do Andeiro, levou-o para o salão contíguo, seguindo atrás dêles, a pequena distância, os companheiros de D. João, na frente dos quais

ia Rui Pereira, com a mão resoluta no punho da espada e os olhos agudos fitos no grupo do Mestre e do Andeiro, que, diante, de costas para êles, conversavam. Junto de uma janela, pararam o Mestre e o Andeiro. Os mais estacaram também. Ouviu-se mal D. João dizer ao Andeiro:

— Conde, muito me admiro que hajais trabalhado para a minha desonra e morte.

—¿ Eu ? E' mentira, — disse vivamente o Andeiro, voltando-se de frente para D. João.

Súbito, o Mestre tirou do bulhão e vibrou-lho à cabeça. O Andeiro, atordoado, com a testa lanhada, corria para a câmara da rainha, quando Rui Pereira, saindo-lhe ao encontro, lhe jogou uma certeira estocada ao coração, varando-o de lado a lado. O Andeiro dobrou o joelho e caíu a golfar sangue pela bôca. Os companheiros de D. João desembainharam as espadas e iam cravá-las no Andeiro, quando o Mestre, metendo-se

entre êles, e levantando o braço, bradou:

— ¡Estejam quêdos!

No chão, o Andeiro, sempre a bolsar, morria numa poça de sangue.

Os Paços encheram-se de alvorôço e de arruído. Donas e donzelas, fidalgos e criados a gritar, fugiam, espavoridos, pelas janelas e pelos telhados.

D. João mandou fechar tôdas as portas, ordenando que um pajem montasse e fôsse a galope, a bradar pelas ruas de Lisboa:

— ¡Acorrede aos Paços da rainha, que matam o Mestre!

Daí a pouco toda a cidade de Lisboa, alvorotada, corria para os Paços de Apar São Martinho, supondo que D. João fôra morto pelo Andeiro. Os sinos tocavam a rebate. A grita enchia ruas e terreiros. Já a multidão ia invadir os Paços, incendiá-los, quando o Mestre apareceu a uma janela e disse serenamente às gentes:

— ¡Sou vivo, amigos!

De baixo, o povo vitoriou-o com vivas e palmas. Em seguida, D. João desceu as escaleiras dos Paços, montou, e por todo o caminho, cercado de muito povo, que lhe tomava as rédeas do cavalo, foi aclamado, com palavras comovidas, pelos que o julgavam assassinado. Dos balcões baixos, alpendorados sôbre as vielas, moços quase lhe tocavam com a mão; e das janelas e dos eirados, donas, acenando-lhe com lenços, diziam-lhe enternecidas:

—¡Bento seja Deus que vos livrou de tredores!

Velhos, de cabelos brancos e faces queimadas, surgindo por cima dos muros dos quintais, de entre vides invernosas, acenavam-lhe com as mãos encarquilhadas, dizendo, com ternura nos olhos e autoridade na voz:

—¡Dai ao demo êsses Paços, Senhor!

E as mulheres, limpando as lágrimas aos seus sáios de estanforte, acrescentavam:

—¡Não mais sejais lá!

Entretanto, diante do cadáver do conde Andeiro, jazendo numa pasta vermelha de sangue, com a bôca e os olhos horrivelmente abertos na face lívida e sanguentada, Leonor Teles, em desvairo, o olhar incendido de rancor e tôda ela numa crispação de cólera, protestava em altas vozes estranguladas de ira e de chôro:

— ¡Bem sei porque o mataram, bem sei! Amanhã vou a São Francisco e, no meio de todos, meterei a mão no fogo. ¡Estou inocente, estou inocente!

Gritava com a voz cheia de lágrimas.

E muitas boas donas houve que acreditaram que Leonor Teles estava, na verdade, inocente, tal a segurança com que ela mentia, tal a beleza eloqùente das suas afirmações nítidas e tenazes.

*

* *

Ao entardecer dêsse mesmo dia, o Mestre voltou aos Paços da rainha. O polí-

tico havia conseguido o que desejava:— vira com êle, a seu lado, grandes nobres, bastantes homens bons e muito povo. Porêm, fidalgo, precisava ainda de desfazer certa má impressão na rainha; e, afeiçoado, readquirir terreno, obter graças, conquistar sorrisos. Se tal realizasse, ficaria contente consigo próprio, e ilibado na sua nota de cavaleiro a quem, em boa regra, não é permitido matar o rival diante de alta dona, e muito menos em sua morada.

Como de manhã, de novo cavalgou à frente dos seus homens, ainda armados. Com êle iam os condes D. Álvaro Pires e D. Afonso Teles.

Leonor Teles, depois de vôltar a ver o cadáver medonhamente desfigurado do Andeiro, tendo sabido refrear, à vista dêle a sua comoção, para em nada se denunciar perante a côrte;—Leonor passara todo o dia na sua câmara, pasmada, cravando os olhos, sem ver, no livro dos vassalos, que o escrivão deixara aberto sôbre a mesa. ¡Cogitára, cogitara,

nos acontecimentos daquela manhã, e temia que os seus inimigos se quisessem também vingar dela!

— «¿Quererá o Mestre matar-me?! Êle!» — pensava.

Morto o Andeiro, sentia-se só. ¿Quem a defenderia? O povo queria-lhe o maior mal, e em muitos fidalgos que a cercavam não podia ter confiança. O rei de Castela ameaçava passar a fronteira. ¿Não seria melhor provocá-lo a entrar imediatamente, pondo nas mãos dêle a vingança que a ela lhe esfomeava o coração? Estas cogitações foram interrompidas pela entrada brusca do Mestre e de seus companheiros na câmara da rainha. Assustada e ofendida, disse-lhes enérgicamente:

— ¿Que desmesura é esta? ¿Como se entra assim na minha câmara?

Os outros iam falar, explicar-se. Suas expressões e gestos eram de paz. A rainha, um pouco assossegada, convidou-os a sentarem-se. Então o Mestre pôs-se de joelhos diante de Leonor Teles, bei-

jou-lhe a mão, e disse-lhe humildosamente:

—Errei, Senhora. Por mercê, vos peço que me perdoeis. O que fiz, me pesa de o haver feito em vossos Paços. Não foi intenção minha causar-vos nojo nem desonra, mas sómente assegurar minha vida, pois o homem que matei me queria matar a mim. Só errei em matá-lo em vossa morada. Por mercê, ¡perdoai-me!

A rainha não respondeu. Ardia em sêde de vingança, mas aparentava serenidade. Estava irada, porêm mostrava-se triste por entender que esta era a atitude que melhor lhe convinha naquele momento.

E o silêncio continuou.

Então, defendendo o Mestre, falaram os condes D. Afonso Teles e Álvaro Pires, e ambos insistiram com a rainha para que perdoasse a D. João:

—E' filho de rei e ainda vos poderá prestar mores serviços,—disseram com vigor.

Leonor ouviu-os, olhou-os e continuou a guardar hostil silêncio. Por fim, disse enfadada:

—¿Para que pedir perdão quem já se considera perdoado?

Elevou a cabeça, fechou os olhos e cerrou a bôca altiva. ¡Tudo aquilo a aborrecia de morte!

Mesurado, o Mestre disse:

—Se vos anoja isto, falemos de al.

E Leonor, sempre na mesma desdenhosa atitude:

—Falemos.

O Mestre levantou-se. Uns e outros conversavam agora no caso do rei de Castela pretender quebrar os tratos.

—¿Que havia a fazer se êle a não atendesse no que lhe requeria?—preguntou Leonor.

—Empregar todo o poder para lhe embargar a entrada—responderam, firmes.

A rainha objectou:

—¿¡Se no tempo de el-rei, meu Senhor, o não pudestes fazer, como lhes podereis agora pôr a praça?!

E ria com prazer, saboreando já a derrota daqueles fidalgos seus inimigos e a do povo que ela odiava.

Os condes entenderam-na, levantaram-se anojados, cortejaram-na e partiram.

Leonor Teles ficou sentada. Êles, saindo, deixaram aberta a porta que dava para a quadra onde se via, no chão, mal coberto com velho tapete, o cadáver do Andeiro. Leonor, vendo aquele desrespeito, ofendeu-se, encolerizou-se e bradou irada para os que saíam:

—¡Que crueldade tamanha! ¿Não haveis dó dêsse homem, morto tão desonradamente, e fidalgo como vós? Ao menos, ¡mandai-o enterrar!

Os condes pararam, voltaram-se, olharam-na com desdêm, encolheram os ombros e, sem lhe responder, continuaram seus passos.

Nessa mesma noite — alta noite — Leonor Teles mandou esconsamente, pelo passadiço que ligava os Paços a São Martinho, transportar o cadáver do Andeiro para a capela rial e enterrá-lo aí. Depois, horas mortas, em profundo silêncio,

entre duas tristes cuvilheiras íntimas, como ela vestidas de dó, subiu à Alcáçova, protestando nunca mais voltar àqueles odiados Paços. ¡Caminhava calada, a ouvir-se nas suas penas, e tão curvada e combalida como se levasse às costas o pêso do mundo!

XVIII

Lisboa a arder e a derruir

O assassínio do conde Andeiro arrasou o orgulho de Leonor Teles, por ser conluiado entre fidalgos, seus vassalos, e enxovalhou-a pela assuada insolente do povo, bramindo em massa espêssa e arreganhando para ela suas fauces de fera, a mostrar-lhe os dentes sanhudos e prontos a rasgá-la, a estracinhá-la.

As mortes violentas e ultrajantes dos inculpados arcebispo de Lisboa, prior de Guimarães e do tabelião da côrte, partidários seus, que os populares precipitaram de uma das tôrres da Sé, arrastando, depois, seus cadáveres até ao Rossio, onde, nus, foram devorados por matilhas

de cães esfomeados; os impropérios que, então, nos terreiros e vielas da cidade, se vociferaram contra ela; a torvada e desvairada dor que causou a falsa nova do assassínio do Mestre de Aviz, a qual, alvoroçadamente, fêz acorrer a Apar São Martinho gente em chusma, atravancando as betesgas, atropelando-se uns nos outros, para cada um ser o primeiro a acudir a D. João, ou o primeiro a vingá-lo, matando quem o matara e incendiando os Paços aleivosos onde a conjura se tramara; a aclamação que nesse momento se fêz ao Mestre, e que sempre se repetia, quando êle passava a cavalo nas ruas de Lisboa; e por fim, e sobretudo, o pregão a favor das pessoas e haveres dos judeus, lançado, não em nome da rainha, como de direito, mas no do Mestre, que não era senhor do reino; — tudo isto, indignando-a encolerizadamente, lhe mostrava, nítido, de que lado estavam as simpatias do povo, e qual o futuro rei que êle estimaria escolher para pôr no trono vago.

Era o segundo grande insulto com que a gente de Lisboa a afrontava. Fôra o último. Continuar nessa cidade, era dar honra a quem só desprêzo lhe merecia. ¡Nem um momento mais! Abalou para Alenquer. De aí, ou de outra qualquer vila ou cidade que escolhesse, se governaria o reino. Em Lisboa, não. Com ela ia a côrte, donas, donzelas, desembargadores, o Mestre de Santiago, o vedor da fazenda, o anadel-mor, corregedores, o almirante, muitos criados [140].Aos fidalgos mandou êste curto e preciso recado:

— «Que fôssem com ela os que eram por ela.»

Muitas famílias ficaram para seguir depois; e vários houve que partiram de noite, uns esconsamente, outros disfarçados, como o tesoureiro-mor, judeu fugido à fúria e cobiça popular que planeára o saque às casas dos argentários que pessoalmente detestava, enriquecendo-se e vingando-se por suas mãos. A arraia-miúda foi sempre igual a si própria em tôdas as épocas.

Leonor Teles partia explodindo cólera. A aversão e a maldade esverdinhavam-lhe a alma. De luto, montada numa mula branca, viajou todo o tempo calada, não falando para ninguêm, não respondendo a ninguêm. Distante de Lisboa, parou num alto de onde se via, ao longe, a cidade. Apeou-se e, em raiva, com os dentes a ranger, levantou para ela o punho fechado, vociferando furiosa:

—¡Que mau fogo te queime, e eu ainda te veja destruída e arada tôda a bois [141]!

E cruzando os braços, fechando duramente os olhos sob as sobrancelhas amarfanhadas de ira, vincando a testa, pendeu-lhe pesadamente para o peito a cabeça entumecida de rancor e assim ficou uns segundos, em pé, — estátua de ódio — imóvel como se fôsse de bronze. Então, na treva, sua fantasia odienta pintou, com pinceladas de fumo e de fogo, o quadro do seu trágico desejo: — ¡Lisboa, a execrável, a arder e a derruir!

*

* *

O incêndio rompera ingente, ao mesmo tempo, em vários pontos da cidade: — na Porta da Cruz, no Corpo Santo, na Ribeira das Naus, em Santo Antão, no Rossio e na Rua Nova, alastrando-se vertiginosamente, de casa para casa, saltando por cima das vielas, galgando terreiros, correndo, galopando, devorando. Num abrir e fechar de olhos, os bairros do Castelo, do Rossio, de Santos-o-Velho, da Ribeira, da Judiaria, estavam envolvidos em nuvens de fumo negríssimo, compacto, que, em rôlos espêssos, subia para o céu, enchendo-o todo, a encobrir completamente o sol, num eclipse total, vendo-se agora, nessa noite densa, o clarão enorme das labaredas alumiando o espaço. Sinos agitados repicavam a rebate, todos juntos, rogando socorro, suplicando misericórdia, — a gemer, a uivar, a chorar, num vendaval

de desesperos hiantes, enchendo o ar de preces e de angústias. Línguas formidáveis de chamas vorazes irrompiam de tôdas as janelas, de todos os postigos, de tôdas as portas, em todos os Paços, em tôdas as igrejas, em todos os conventos. Estavam a arder os Paços riais da Alcáçova, os Paços de Apar São Martinho, os Paços do Arcebispo, os Paços do Concelho, a Universidade, a Sé, a Sinagoga, os armazens da Ribeira.

¡Tôda a cidade ardia!

Eram chamas o mosteiro dos franciscanos de Santa Clara, o convento dos cónegos regrantes de São Vicente, o dos eremitas de Santo Agostinho, o dos dominicanos de Santo Antão, o das dominicanas do Salvador, o dos cónegos de Santo Eloi, o das carmelitas descalças, o dos Trinitários da Redenção, o dos frades de São Francisco, o das Comendadeiras de Santiago [142].

¡Tôda a cidade ardia!

¡Lisboa era uma fogueira colossal, que aqueceria a terra inteira, que se veria

do cabo do mundo, que alumiaria o Infinito! Um vento furioso irritava a fornalha infernal, ateando as labaredas que, estrepitosamente, arremessavam para as nuvens, numa erupção de vulcão, tapumes, vigas, traves, barrotes, estilhaços, que, em seguida, lá do alto, se precipitavam em chuva candente de enormes brasas vivas, cobrindo campos, queimando plantas, calcinando a terra, asfixiando animais, homens, mulheres, crianças e tudo, depois, sepultando sob espêssa cinza. Respiravam-se faúlhas de fogo. Ouviam-se, umas atrás das outras, as derrocadas dos telhados, dos tetos, das paredes, das tôrres que vinham abaixo no fragor de centenas de trons que rebentassem ao mesmo tempo.

Leonor estava a léguas de Lisboa, mas ouvia o côro lúgubre e lancinante de milhares de vozes aflitíssimas, clamando aos céus misericórdia, rezando alto, implorando perdão; e estes gritos angustiosos, estes uivos de desespêro enchiam-lhe os olhos e a face de júbilo estranho

— deleitavam-na como se fôra música maravilhosa, vinda de país de harmonias celestes. Via milhares de pessoas, lavadas em lágrimas, levantando para ela olhos implorantes, braços suplicantes; e Leonor gozava deliciadamente aqueles sofrimentos. Queimava-lhe a cara a baforada dêsse inferno, e ela respirava-a (tal o seu contentamento) como se fôra brisa salina de mar, em noite tropical. Ebria de prazer, assistia às correrias doidas dêsses apavorados rebanhos humanos, fugindo ao fogo, às derrocadas, correndo pelas vielas, pelos terreiros, pelos rossios, atropelando-se, caindo uns por cima dos outros, em pilhas de gente a uivar com dores, contorcendo-se moribunda, pilhas cada vez mais altas, atravancando as portas da cidade, de encontro às muralhas e aos bastiões, em montes sôbre montes — até às ameias. Nessas serras de cadáveres de fidalgos, de prelados, de clérigos, de frades, de donas, de donzelas, de povo, de muito povo — homens, mulheres e crianças — horrívelmente carbonizados, muti-

lados e em convulsas atitudes de agonias tetânicas, ainda ela reconhecia as caras dos seus inimigos. Com os olhos piscos de prazer e as pupilas lascadas do brilho do inferno, as narinas aflantes, a bôca torcida com gôsto, a sibiliar a respiração através dos dentes cerrados, Leonor Teles ria um risinho cortante, de diabólica volúpia. Já suas mãos, cobiçosas de malfazer, se estendiam para, tocando e apalpando a dor, avaliar de perto, saboreadamente, o sofrimento, o martírio que ela via nessas caras odiadas. ¡E suas lágrimas riam, e seus risos choravam, num infinito gôzo de vingança suprema! Entre mil estertores horríveis, Leonor Teles distingue a face do Mestre de Aviz. Seus olhos cravam-se, voluptuosos, nesse rosto execrado. ¡Já não pode gozar mais! Então, saturada — face imóvel, olhos redondos de espanto, bôca aberta — ¡tôda a sua figura se pasma num êxtase de maravilha!

¡O fogo tudo consumira!

Agora só restavam de pé algumas fachadas de casas esburacadas — trágicas como colossais caveiras; poucas tôrres de igrejas, desaprumadas, prestes a ruir; um ou outro lance de muralha com brechões de alto a baixo. Súbito, tôda a terra estremeceu sacudida, violentamente, por um terremoto, e logo se rasgaram enormes e profundas valas que logo se fecharam, engulindo naus e barcas apinhadas de náufragos, engulindo tôrres, muralhas, casas, montões de cadáveres e de escombros — uma cidade inteira destruída.

Já um ciclónico furacão se levanta, remoinha nuvens de pó e esfusia pelo ar, varrendo para o rio e para o mar o que restava ainda de ruínas e de entulho naquele canto de terra de outeiros floridos, onde fôra uma populosa e vivaz cidade de «desvairadas gentes». Tudo ficára limpo e chão. As colinas do Castelo, da Graça, de Santa Catarina, tinham desaparecido, transformando-se num liso campo a prolongar-se com o Rossio, a

Ribeira, Santos-o-Velho, as Hortas da Carreira dos Cavalos e as chans semeadas de Valverde; — planície onde, conduzidos por lavradores, corpolentos bois arrancavam charruas pesadas, a rasgar sulcos na terra que o incêndio empedernira. Um aquilão frio varria no ar as últimas nuvens. O sol esplendia magnificentemente. Como o céu, era agora azul e macio o lindo Tejo de águas mansas. Justo silêncio se alastrava por tudo. E a bênção da paz descera das alturas sôbre aquela campina esmaltada.

Leonor Teles respirou fundo, satisfeitíssima, consoladíssima; mas, abrindo os olhos, logo reconheceu que a sua alucinação fôra um paroxismo do ódio. ¡Ah, não ser tudo aquilo verdade!

XIX

O Mestre, defensor do Reino

Nessa noite chegou a rainha a Alenquer e logo no dia seguinte fêz escrever cartas para diversos concelhos, alcaides de castelos, vassalos, homens bons de cidades e vilas, expondo a situação política do cárrego pesadíssimo da sua regedoria, exercida por ela únicamente para bem servir estes reinos e honrar a memória de quem lha deixou em testamento — D. Fernando, seu mui amado rei e Senhor. Em seguida, queixava-se do Mestre de Aviz, que em seus Paços dela, e na sua presença matara injustamente o bom vassalo e grande ser-

vidor conde de Ourêm, e alvoroçara, depois, as gentes de Lisboa, obrigando-a, por desgôsto, a abandonar aquela cidade, a que muito queria. Acrescentava que semelhantes perturbações naturalmente provocariam a entrada do rei de Castela pelas nossas terras, e que não seria para admirar que êle quisesse tomar, desde já, o regimento dêstes reinos. Leonor Teles apontava, assim, o Mestre como causa dos danos do presente alevanto e fautor de prováveis prejuízos futuros na nossa honra e fazenda. Que ela já escrevera para Castela, a rogar ao rei que não saísse do seu reino, e que era preciso agora que os bons portugueses se unissem em volta da sua rainha, pois havia gran dúvida no proceder do seu genro. A todos suplicava que tomassem voz por ela — a todos oferecia muitas mercês.

Nisto chega-lhe a notícia de que o Mestre de Aviz abandona Lisboa e segue para Inglaterra. Leonor, longe de se regozijar com êste facto, — indício para ela de que D. João desistia de intervir na

política portuguesa (¡como se enganava!) — não lhe sofre o ânimo vê-lo partir sem se vingar dêle. Premedita, então, mandá-lo matar em viagem e para isso busca comprar, com mercês e dinheiro, o capitão da galé em que o Mestre seguiria.

— «¡Que no alto mar se desfaça dêle!»

Tais foram as instruções.

Era mero ódio pessoal. Sempre ignorante do alcance dos movimentos populares; Leonor não se temia do partido que D. João pudesse fazer. Haviam-na informado de que era povo miúdo quem, nas ruas de Lisboa, levava de rédea o cavalo de D. João — o povo que nada valia.

Chamava tolo a Nuno Álvares Pereira por estar ao lado do Mestre; e, sabendo-o a pernoitar ali próximo, em Alverca, pensou em mandá-lo prender, ¡como se fôsse possível pôr mãos nesse leão!

— O Nuno, que eu conheci tamanino..., — dizia ela.

No entanto, a-pesar-da repulsão mortal

que tinha ao Mestre, jamais, até à sua saída de Lisboa, deixou de, em suas conversas, lhe sorrir, leda, não só para inteiramente o enganar, mas para continuar a exercer nêle a influência de encanto em que sempre julgou que o trazia enliçado.

Mas o Mestre já não parte. Essa idea da viagem fôra um estratagema político [143]: D. João pretendia não só levar o povo a insistir com êle, mas ainda a atrair à sua facção as pessoas principais e os homens bons, que não via em volta de si nas bradadas aclamações que lhe faziam nas ruas. A arraia-miúda parecia-lhe pequeno apoio para realizar tamanho empreendimento; assim como principiava a reconhecer que todos os transportes de entusiasmo de Nuno Alvares, que se lhe tinha oferecido com a sua gente, lhe não bastavam ainda. O Mestre era prudentíssimo. Se queriam que êle pusesse em obra cousa maior, afim de remediar o mal que ameaçava o reino — a entrada, em Portugal, do rei

de Castela — indispensável era que lhe dessem fôrça. Neste sentido, sempre indirectamente, o Mestre provoca seguras opiniões e alenta confiança: já faz constar, entre as gentes, a profética resposta dada, à sua consulta, por Frei João da Barroca, — o emparedado, que todos admiravam como santo e adivinho:

— «Arda o coração do Mestre na defesa daquele reino de que um dia será rei.»

Isto impressionou fundo o povo de Lisboa, medievalmente crente em religião e supersticioso em magacias.

Confiaram. ¡O fumo do mistério é apoio mais forte que muralhas!

O Mestre proseguia na sua política serena, jamais arriscando um passo em falso. Agora era preciso chamar ao seu partido os muitos fidalgos ligados, por dependências, a Leonor; e outros que, não sendo nem por ela nem por êle, tinham afinidades políticas com Castela, a quem com certeza se juntariam, se seu rei poderosamente entrasse pelo reino.

Era o lado doloroso e vergonhoso do problema português. ¿Como destruir êsse forte partido da rainha e levar esta a não requerer o auxílio do rei de Castela (¡perigo horrível em que se jogaria a independência!) o que ela necessáriamente faria, se se visse atacada? ¿Como conter Leonor, ganhando tempo para a desarmar?

Estas e outras preguntas semelhantes não as faz D. João aos que o cercam, mas insinua-lhes que as façam a si próprios. E por isso quando êles, partindo da atoada, que vagamente corria, de que o Mestre sempre fôra um pouco amoroso da rainha, repetiam a si, aflitos, tais preguntas, logo se respondiam com esta solução política:

—¿E se nós casássemos o Mestre com Leonor?

Ficava tudo resolvido, por agora, e o reino em paz. Unia-se o partido da rainha com o do povo, governando o Mestre o reino até à maioridade (catorze anos) do primogénito, e isto daria bas-

tante tempo para fortalecer o reino e dispor com acêrto (remediando erros) os negócios públicos de Portugal, naquele momento desastrosamente presos a Castela.

O Mestre, político acima de tudo, aceitou a proposta, e de si para si, sorriu à idea, que aliás o não ofendia, por isso que tinha a consciência de que sua tenção era alevantada, pois tudo fazia em serviço de Deus e proveito do reino. Pensou:

— «Se ela diz sim, delongo o trato do casamento, de guisa a arranjar tempo para tudo ordenar e pôr em bom avisamento.»

E lá foram êsses homens bons, furiosamente egoístas no seu amor pátrio, pedir para o honrado D. João, Mestre de Aviz, a mão criminosa da bela Leonor Teles, ex-esposada de D. João Lourenço da Cunha, viúva do rei D. Fernando e amante do assassinado conde Andeiro. Era um plano gélidamente cínico. ¡Ao que levava o amor do reino!

*
* *

Na sua câmara abobadada, no castelo de Alenquer, Leonor meditava talvez na maneira de se vingar do Mestre, seu figadal inimigo, quando lhe anunciaram que uma embaixada de homens de Lisboa, e entre êles o velho Álvaro Pais, bem conhecido pelo quanto entrou na urdidura do assassínio do conde Andeiro, a procurava para, submissamente, lhe expor despachos que trariam paz ao reino. Leda, Leonor Teles mandou-os entrar para uma das salas do castelo, e fez-lhe «infinito gasalhado», recebendo-os com muito aprazimento nos sorrisos e nas maneiras atraentes. E quando êles lhe apresentaram o pedido de casamento, a sua alma má rejubilou de prazer, iluminando-se tôda de íntimo sorriso de felicidade interior que ela, aliás, sempre em pleno senhorio da sua pessoa, soube conter e encobrir. Depois, com-

pungindo o rosto, artificiosamente pálido de quebranto, respondeu, triste e de nojo, com esta mentira:

— Sinto-me tão lastimada ainda pela morte de el-rei meu marido e Senhor, que melhor será falarmos em al...

Os embaixadores ficaram esmagados. Seguiu-se um silêncio embaraçoso. Alguêm ia replicar, quando Leonor cortou, cerce, a conversa:

— Porende dizei ao Mestre que o tenho na mor bemquerença e que muito me aprazeria vê-lo aqui, a comer comigo, e pôsto ao serviço e honra do nosso reino.

Os emissários, enleados pelas boas mostranças da rainha e pasmos com os gabamentos que ela fazia ao Mestre, murmuraram sómente:

— Vosso recado será dado.

E Leonor:

— Que venha, que venha, pois lhe quero como a irmão.

E dizia estas coisas carinhosas a bôca de falsura que ao mesmo tempo pronun-

ciava, baixinho, ¡infernais palavras de rancor contra o detestado Mestre!

Os enviados retiraram-se emmudecidos, mas não sem que a rainha lhes mandasse dizer, pelo conde de Barcelos, a um escudeiro dêles, esta firme ameaça:

—Lembrem-se por lá que temos Castela contra Portugal, e que, além disto, nós contra nós é sandice.

*
* *

Fechadas por êste lado as negociações, e sendo cada vez mais alvoroçadas as gentes de Lisboa, com as repetidas notícias de que o rei de Castela, no meio de poderosa hoste, avançava sôbre Portugal, a arraia-miúda, cercando D. João, insistia, angustiadamente, com êle para tomar o cárrego de a conduzir e o de governar a cidade, como Defensor do reino. O Mestre (que, de certo, fôra antes avisado da resposta da rainha) quis ver com quem, definitivamente, poderia contar

em número e qualidade; e, para isso, respondeu-lhes que se reùnissem todos em São Domingos, aonde êle iria, e aí ponderassem e decidissem. Só assim o Mestre os veria a todos, tomando exacto entendimento da concordância dêles.

D. João compareceu, e logo viu que faltavam ali os homens principais da cidade — os bons, os honrados, os de feição. Porisso lhes falou assim:

— Aceito, por serviço e honra do reino, o que me propõem, mas preciso que digam de sua justiça muitos que não vejo aqui.

A assemblea aplaudiu e combinou novo ajuntamento; mas no dia seguinte êsses outros, (a grande maioria, e a de mais conta), como homens esguardados que eram, hesitaram bastante, temendo, assisadamente, responsabilizarem-se em questão assaz grave para o reino. ¡Era uma aventura! ¿Não iriam excitar os ódios da rainha — tão vingativa? ¿Não precipitariam a intervenção de Castela? Depois, sabiam êles ao certo quem era o

Mestre — êsse homem pação, luxuoso, de curtas falas, que mal ria... Comentavam entre si:

— Guarda-te do homem que não fala e do cão que não ladra...

¿Para rei não teria D. João, filho lídimo do amado D. Pedro, melhores direitos ao trono português?

— Êsse é lhano e a todos agasalha com igual talante — diziam.

Assim cogitavam sisudos homens portugueses, numa hora de justos receios, certa manhã, sob a alpendrada de São Domingos.

Mas a arraia-miúda, moça, tenaz nos seus ímpetos, inculta, inconsciente do perigo, abalada pela paixão, agindo por sentimentos e não por ideas, tôda de coração dada ao reino, sincera e sã, mas estouvada e perigosa, ardendo em ódio contra Leonor e em rancor contra tredores fidalgos; — o populacho excitava, com palavras quentes e resolutas, o silêncio meditabundo em que caíram essas criaturas amigas do reino, virtuosas

e avisadas. O problema debateu-se e longamente.

Por fim, os homens ponderados cederam aos homens estourinhados, e outorgaram em nomear o Mestre, Regedor e Defensor do reino. D. João ganhára o primeiro lanço da partida. Ia construindo o seu edifício político, sólida e vagarosamente, pedra sôbre pedra.

O bom povo português alimpou-se da sua tristura, encheu-se de ledas esperanças e, de alma lavada e ardida, pôs-se ao serviço do Mestre e do reino.

*

* *

O Mestre instalou-se no poder organizando o seu govêrno com duas grandes almas: — João das Regras, doutor de Bolonha, seu chanceler, e Nuno Álvares, condestável do reino. A estes juntou, para seu conselho, um curto e escolhido grupo de homens bons e de feição.

Instituiu a casa dos *Vinte e quatro*. Político, fêz partido pondo em prática aquele esperto conselho do experimentado velho Álvaro Pais, que lhe dizia:

— Senhor, dê sempre o que não é seu; prometa o que não tem; e reparta pela sua gente o que pertence à rainha ou aos portugueses que andam na defensão de Castela.

Assim fazia o Mestre que, além disto, já distribuía pelos seus as terras que, um dia, havia de ter; e, para as despesas da revolução, formava um tesouro com os haveres públicos e com os particulares da rainha — pratas e jóias escondidas. E ao mesmo tempo que notificava para todo o reino a organização do govêrno, escrevia muitas cartas a dizer que era indispensável a união de todos, pois que o rei de Castela ia entrar em Portugal e sujeitar os povos a êle.

Leonor quis afastar-se mais de Lisboa e pensou em ir para Santarêm.

— ¿Com quem estariam os de lá?

— Com sua rainha, certamente — respondia seu orgulho.

No entanto, averiguou; e quando soube que eram por ela, mudou-se para essa cidade com todos os seus: — govêrno, côrte, amigos, depois de, agradecida, assim falar aos de Alenquer:

— Continuai a ser bons e liais por vossa prol e honra, que eu vos farei tôdas as mercês que me requererdes.

O alardo, cada vez maior, espalha-se agora por todo o reino. Há magotes de povo nos adros das igrejas, a pedir novas, a discutir recados enviados. As salas dos Paços do Concelho enchem-se. Uma voz se espalha que sacode todos os corações, que une tôdas as almas:

— A rainha e os da rainha — fidalgos, grandes, alcaides e capitães — ¡são todos castelões e todos nos querem entregar à Espanha!

A revolução explode, então, violenta. Ódios antigos, raivas escondidas, malquerenças concentradas, rebentam agora

estrepitosamente. Os homens são contra os maus fidalgos. As mulheres, contra Leonor. O povo arma-se como pode. No ataque aos castelos, serve-se do estratagema de pôr na frente dos muros as mulheres e os filhos dos que estão de dentro, o que obriga os defensores a renderem-se pelo coração. O castelo de Lisboa cai nas mãos do Mestre de Aviz, por Leonor, sempre furiosa com o povo, não ter querido enviar-lhe as necessárias ajudas. Dizia ela:

— Quem depois houver a cidade, haverá o castelo [144].

Mentia. Era o seu permanente ódio ao povo.

Em Beja as gentes dedicadas ao Mestre, revoltam-se, põem fogo ao castelo e tomam-no. Os castelos de Portalegre, Extremoz e Évora são igualmente filhados pela arraia-miúda. Almada é por êle. No Pôrto faz-se arraial pelo Mestre de Aviz; e assim por todo o reino, num alevanto cheio de nobreza e beleza.

— ¡Reino de Portugal, reino de Por-

tugal! é o grito, é o clamor sagrado de todos os corações portugueses, ¡nesse momento opressos de trágico pesadelo!

Em Tolêdo, o rei de Castela, que logo à notícia do falecimento de D. Fernando começou por prender o homiziado infante D. João, por ser o mais lídimo e próximo herdeiro de Portugal, mandou vozear:

— «¡Arraial, arraial, arraial por el-rei D. João de Castela e de Portugal!»

Em seguida, pensou em entrar imediatamente em Portugal. Contiveram-no os seus conselheiros, dizendo-lhe que se limitasse a aproximar-se da fronteira: — para Salamanca, por exemplo.

— Que el-rei se não trigasse.

Entretanto, o Mestre, sempre previdente, tem mandado embaixadores a Inglaterra e pensa em aproximações com a França [145]; e para fazer frente aos gastos da guerra que prepara, e ainda para saciar mil bôcas esfaimadas que à roda dêle se abrem, manda lavrar moeda no-

va, sem a liga da lei — «para gançar para as despesas».

De Lisboa e de vários pontos do reino as notícias são cada vez piores contra a rainha. As defecções continuam. Uns vão para o Mestre, outros (sobretudo os fidalgos) viram-se para o rei de Castela. ¡Uma debandada vilíssima! Leonor Teles vê-se desamparada — vê-se perdida. Só o rei de Castela a salvará. O seu plano é rogar-lhe que venha poderosamente, com o seu grande exército, esmague o povo de Lisboa, aniquile os seus inimigos e logo, assegurando a ordem e o seu futuro político (dêle), regresse a Castela. Leonor, em seguida, entrará triunfante na cidade odiada, depois de a varrer com a fôrca, o cepo, o açoute, enforcando, mutilando, tagantando. Para os seus inimigos mais execrados inventará um suplício novo:

— ¡Poupo-lhes as vidas, mas mato-lhes os filhos!

E aos maldizentes da sua pessoa e hon-

ra, a êsses, mandar-lhes há cortar a língua para, saboreadamente, poder ver e rever tôda a vida diante de si tais detestados inimigos, homens e mulheres, tartamudos, entaramelados, cabriolando com os esgares trágicos da mudeza raivosa, desesperada e impotente, que a fará rir estorcida e gaiamente.

— ¡Hei de encher um tonel com suas línguas [146], depois de os vilar com lixo em bôca! — dizia ela terrivelmente serena.

Mortal, tinha em si a ira imortal de um deus. O absoluto poder levava-a ao absoluto impudor: Leonor Teles escancarava diante de todos as perversidades da sua alma, tão inconscientes nela como as da época em que vivia.

Escreve [147], então, ansiosa, a D. João I, rogando-lhe que entre trigosamente em Portugal — ¡que a salve!

Não era preciso: o rei de Castela, que, desejoso de cobrar o reino, cada vez mais se aproximara da fronteira, estava já na

Guarda, pois, convidado pelo bispo português dessa diocese — seu — não se teve que não quebrantasse tredamente os tratos jurados e rompesse por Portugal.

XX

O rei de Castela entra em Portugal

Os reis de Castela, de luto, cavalgando mulas com selas cobertas de dó, levavam à frente uma linha de arautos, a arranhar o ar com o som estrídulo das trombetas de cobre luzente, vistosos nas suas dalmáticas armoriadas com os campos escarlates e os castelos de ouro do brasão castelhano. No meio de fidalgos armados com ricas capelinas de camalha, jaques, coxotes e caneleiras brunidas, seus estoques franceses, os pescoços levantados dentro de gorjais polidos, os peitos arrogantes, as pernas hirtas nas estribeiras, e seguidos de uma espêssa escolta de cavaleiros de

lanças levantadas; — os reis de Castela, e os seus, entravam, com fausto e soberba, pela esplanada do castelo de Santarêm, entre ennegrecida mó de povo português ofendido e calado.

Apeavam-se, quando Leonor Teles, de face muito branca e cabelos muito ruivos, envolta num longo manto negro, que a cobria tôda, da cabeça aos pés, a arrastar pelo chão, atravessou, solene, entre senhores e pajens, o sonoro traço de muralha abobadada e a ponte levadiça, vindo receber D. João e D. Beatriz; e logo ali, ainda abraçada nos reis castelhanos, fêz áspero queixume contra o Mestre de Aviz que agravara sua rial pessoa, matando, em seus Paços, e nas suas fraldas, o nobre vassalo conde de Ourêm, obrigando-a, em seguida, pelo alvorôço em que pôs o povo de Lisboa, a abandonar a capital dos seus reinos. Em pé, firme, chorava lágrimas de ódio. A rainha D. Beatriz — uma criança de treze anos — comovida, tomara-lhe as mãos trementes de rancor; e D. João —

um pequeno homem ruivo e de face doente[148] — sem encarar nela, disse-lhe que estava ali para a vingar. Leonor Teles acreditou-o. A bôca entreabriu-se-lhe, o peito encheu-se-lhe de dilatado prazer, e um sorriso de clarim em festa lapidou lágrimas nos seus olhos belos, iluminando-lhe a face branca de uma alegria diabólica.

— ¡Para a vingar!

Esta palavra perturbou-a. A sua esbelta figura vacilou um momento — tamanha a emoção. Enternecida, D. Beatriz estreitou a mãe ao peito. Depois, outra vez altiva e senhora sua, Leonor Teles beijou, agradecidamente, a filha na face. O rei de Castela, sorrindo contrafeito, repetiu-lhe, desviando os olhos:

— A isso vimos, senhora e mãe.

Desde êsse momento, Leonor, conquistada, entregou-se absolutamente nas mãos do genro, oferecendo-lhe a fôrça do seu grande partido e a alcaidaria de muitos castelos que, no reino, eram por ela. Estava outra, quase humilde, quase ter-

na. O mesmo ódio atiçava a fera que nela havia, ou a adormecia. O rei de Castela, vendo-a assim apaixonada, manejou-a como se fôra menina; e tomando-a pelo braço, começou por desviá-la do castelo e levá-la consigo para o mosteiro de São Domingos, onde os reis iam aposentar-se. D. João queria tê-la junto dêle, e para isso tomou como pretexto o muito precisar de conversar com ela a respeito do concêrto de tôdas aquelas cousas públicas. Leonor Teles, inteiramente dentro da sua paixão, aceitava tudo, sem pensar, ante a idea magna que a obcecava e deliciava: — ¡vingar-se!

Já ela, querendo captar cada vez mais o rei de Castela, lhe oferece certas jóias que lhe dera D. Fernando — as mais íntimas [149].

Conversando com o genro, explicou-lhe que a recusa ao arraial de D. Beatriz, rainha de Portugal, fôra instigada no povo por muitos fidalgos portugueses, que o não queriam a êle, D. João, para rei dêstes reinos. Era preciso manter os

tratos. Sua filha tinha o direito de ser rainha.

Ouvindo-a, D. João só tinha uma idea: apossar-se imediatamente de Portugal. Para tal conseguir, era preciso desviar Leonor Teles do seu caminho. Ela estorvava-o. Então, disse-lhe que êle não poderia tirar completa vingança do Mestre, sem, por um momento, tomar posse de todo o poder. Tornava-se, pois, indispensável que Leonor renunciasse, por tempo, à regedoria do reino. Leonor Teles hesitou.

—¿E haverei vingança de todo o mal que me hão feito? — preguntava ela.

—De todo.

Ainda uma vez os seus instintos de defesa titubiaram. ¡Era o poder que lhe fugia das mãos! Mas, lembrando-se de que, afinal, êle teria, mais dia menos dia, de passar para sua filha — ¿que dúvida que fôsse já, se, em compensação, obtinha a derrota completa do Mestre?

Decidiu-se. Aceitou a proposta. Renunciou. D. João, contente mas reser-

vado, logo mandou chamar um tabelião, lavrando-se prontamente a escritura de entrega.

*

* *

No dia seguinte, o rei entrava no castelo de Santarêm, onde punha alcaides seus, e aposentava-se numas casas, dentro da vila, tendo sempre consigo Leonor Teles, todo o dia e tôda a noite, cercada de castelhanos de sua confiança.

Durante essa semana, vão chegando de Castela as gentes do rei: desembargadores, procuradores, aguazis, oficiais de sua casa, homens de armas. Valhadolid muda-se para Santarêm; — Castela para Portugal. Já D. João nomeia gente sua para os primeiros postos que tem à mão. Instala-se. O seu pendão é feito com as armas de Castela, e os sinais de Portugal; e nos desembargos o rei assina: «Rei de Castela, de Leão, de Portugal, de Tolêdo e da Galiza».

As quinas sagradas de Ourique, con-

quistadas com tanto sangue — ¡agora aviltadamente presas na bandeira de Castela! Os corações portugueses sangram. Os moços desaustinam-se, e os velhos depenam as barbas. Os pobres e dependentes sujeitam-se, com ocultas lágrimas de ódio, que os dilaceram; os que podem viver sôbre si, correm a Lisboa e oferecem-se ao Mestre; outros escapam-se às escondidas e vão agrupar-se com os que são contra a rainha; porêm o grande número, mormente entre fidalgos, — cavaleiros de entre Douro e Minho, de entre Tejo e Guadiana, alcaides de castelos, donos de fortalezas, condes, Mestres e priores — para se conservarem no poder (pois estão certíssimos de que o Mestre jamais vingará seus propósitos) passam-se para D. João I — ¡a fôrça de àmanhã[150]! ¡Miséria! Além de tudo, o rei de Castela está rodeado de pessoas da sua condição, ao passo que o Mestre vive cercado da arraia-miuda e com esta não querem nem sabem viver os fidalgos portugueses. Antes com castelhanos. ¡Miséria!

No entanto, de várias partes do reino, senhores de castelos acodem a Lisboa a oferecer préstimos. O Mestre de Aviz agradece-lhes e manda-os tornar a seus lugares, fazendo-lhes distribuir sôldos e lanças, de que haviam precisão, assim como mãos cheias de florins para as primeiras despesas. Há, porêm, muitos castelos que se conservam fiéis à rainha, sem darem voz pelo rei de Castela; mas outros há também que são tenazmente contra Leonor e contra D. João. Portugal divide-se. A guerra entre portugueses estala aqui e alêm. Há tiroteios vivos de colina para colina. Escaramuça-se à lançada. De noite, armam-se traições. Irmãos do mesmo reino matam-se uns aos outros. Essa primavera de oitenta e quatro é laivada de sangue fratricida. As novas correm avolumadas. Ora vencem uns, ora, outros; mas os destroçamentos nas gentes do Mestre enchem de regozijo a alma de Leonor.

Os castelões continuam a chegar a Santarêm, e as casas da vila já não bas-

tam para os agasalhar. Então os castelhanos expulsam os portugueses das suas moradas e instalam-se nelas, tomando-lhes as mulheres e as filhas — quando novas e bonitas. Há banquetes com escolhidos manjares e vinhos velhos que os invasores encontram arrecadados. Desvergonha e enxovalho. A soldadesca assola, rouba, ultraja, mata.

Aos ouvidos de Leonor chegam clamorosas queixas dos seus. Ela cala. São incidentes. No final, lá está o resultado:— ¡a tremenda derrota do Mestre! Seu olhar brilha e rebrilha.

— «Depois, (diz para si Leonor) retomo o poder e remedeio todos os males.»

As lutas continuam entre os moradores dos lugares que são pela rainha e os que são pelo Mestre — senhor de comarcas inteiras. Todo o Portugal se levanta. O povo miúdo vive insofrido: — onde quer que encontre um castelhano, atira-se a êle. Há guerrilhas de bèsteiros e de homens de cavalo, que andam por aqui e

por ali, nos arredores de Lisboa e na fronteira do Alentejo, à caça do inimigo.

E no meio de tudo isto o Mestre de Aviz, avisadíssimo, sereníssimo, consegue haver-se entre os impulsos heróicos de Nuno Álvares, atirando-se como um doido, e os conselhós pautados de João das Regras, o gran doutor, ignorante de que, no arranco da guerra, há sempre a contar com um elemento mais vivo — o instinto da mesma guerra, que flameja a energia espiritual do herói e electriza quem o segue obcecado dessa intrepidez sôbre-humana, que só pára quando se abraça na vitória.

Nuno Álvares é nomeado fronteiro de entre Tejo e Guadiana, onde chama a si tôdas as aldeias e vilas que são por Leonor Teles, arma gentes incitando-as contra Castela, inflamando-as na defesa da pátria muito amada. Em breve êsse moço de vinte e quatro anos, na vanguarda dos seus mil homens de besta, depois de sôbre a terra rezar de joelhos às imagens da sua bandeira benta, e sob os gritos de

«¡Portugal e São Jorge!», iniciará, com a vitória dos Atoleiros, uma guerra santa, contra milhares de castelhanos, — guerra que terminará num deslumbramento: — a derrota formidável do inimigo em Aljubarrota.

*

* *

Entrementes, Leonor Teles, cada vez mais ávida de triunfo e ansiosa pela chegada da hora vingadora, reconhece que tôdas as delongas nos preparos do rei de Castela, são menos para a vingar do Mestre do que para êle tomar o regimento completo do reino, aproveitando-se da guerra viva que vem encontrar entre portugueses do Mestre e portugueses da rainha. Tudo lhe prova a desestima em que o genro a tem; e a idea de que êle lhe absorverá os primeiros lugares — assusta-a. Vê-se cercada. Já se sente prisioneira. Prevê que nunca mais retomará o poder. Se vencer o Mestre, êle será o rei; se triunfar D. João de Castela, êste

o governador de Portugal. ¿Como sair desta situação? Pensa em criar-se uma fôrça com a fôrça que tem ainda no reino, pois muitos castelos são por ela. ¿Mas como entender-se com os seus, se o genro a guarda quase à vista? As camareiras e as demais pessoas da côrte, manejadas por ela, redobram de cuidados e colaboram em estratagemas difíceis. Leonor escreve escondidamente cartas a todos os alcaides seus amigos, dizendo-lhes que não entreguem os castelos ao rei D. João, ainda que ela própria vá com êle rogar-lhes tal preito. Um dêstes alcaides é seu irmão D. Gonçalo, que continuava resistindo.

O rei de Castela quer Coimbra. E' ponto estratégico que, tomado, lhe limpa o caminho do norte. Dirige-se para lá com todos os seus. A comitiva é numerosa e muitos os homens de armas. Aposentam-se defronte de Coimbra, na margem esquerda do rio, uns, nos Paços de Santa Clara e no mosteiro, outros, nos conventos de Santana e de São Francisco, e al-

guns, mais distantes — em São Martinho do Bispo e nas Almoínhas. O rei de Castela tem consigo muitos fidalgos e vários capitães do seu exército. Entre os principais, há o conde de Maiorcas e Pero Dias de Cadoama, D. Pedro conde de Trastâmara, primo do rei, e seu irmão D. Afonso Henriques, o infante de Navarra, o conde de Viana, Rodrigues Portocarreiro, D. Afonso, «o Cabeça de Vaca».

Porque não pode filhar à fôrça a cidade, envia D. João vários emissários, com boas palavras, a oferecer ao conde muitas mercês e igual condado, senão maior, em Castela, para êle lha entregar. O conde resiste. D. João leva então consigo Leonor Teles, que diante do irmão faz a fingida scena de lhe rogar que entregue o castelo. O conde, certo de que estes rogos são falsos, não cede. Parlamenta-se muito. D. Gonçalo mantêm-se.

Passam-se dias. A situação prolonga-se. Leonor Teles sente-se cada vez mais enleada, prêsa, e reconhece quanto é falsa

a sua situação. Afinal, ela está defendendo os interesses políticos do Mestre, uma vez que não é contra o rei de Castela. Ou por um, ou por outro. Contra ambos — impossível. Era preciso desfazer-se de um dêles ¿Do Mestre? ¿De D. João? O Mestre estava longe; o rei, êsse, tinha-o à mão.

A energia voltou-lhe vivíssima. Leonor reconhecia agora que a entrega do govêrno fôra feita num momento de fraqueza causada pelo ódio ao Mestre e pela confiança em que D. João lhe assegurára suas promessas, comungando com ela a mesma hóstia, certa manhã, numa igreja em Santarêm. ¡Traidor! O seu orgulho enrijece-a. E' preciso matar o rei de Castela.

— Matá-lo-há?

XXI

Última conjura

D. Pedro, conde de Trastâmara, primo de D. João I de Castela, comanda a guarda do rei. E' moço doneador, afoito e ambicioso. Um rudo amor o traz arrastado a Leonor, e isto dura desde o dia que, na ponte levadiça do castelo de Santarêm, a viu pela primeira vez, alta, branca, majestosamente envôlta em dó. Leonor deixou-se cortejar, e de leve, com o seu agrado penetrante, alimentou-lhe o enleio, com lindas manhas e gentis ledices, pensando que talvez êle, um dia, lhe pudesse vir a ser útil, naquela vida de luta e de des-

forra em que o seu vingativo coração se lançara.

E a paisagem de Coimbra, com a sua luz cariciosa, instigava o ardido namorado...

Correram semanas. Agora um irmão dêste D. Pedro, D. Afonso Henriques, cai também de amores pela linda cuvilheira Beatriz de Castro. Leonor sabe-o e logo mete esta sua íntima amiga na conjura, para que ela induza o seu apaixonado cavaleiro, D. Afonso, a libertar aquelas altas donas da prisão em que se encontram. Bastaria que D. Afonso combinasse com seu irmão D. Pedro tirar Leonor dos Paços de Santa Clara e pô-la no castelo, onde o conde D. Gonçalo bem a guardaria, completando-se a acção com a morte do rei de Castela, para Leonor Teles retomar o trono de Portugal e, em seguida, casar com D. Pedro, a quem ela agora feiticeiramente declarava, em atitudes açoradas e com olhos húmidos, rasos de promessas:

— Há muito me praz receber vossos amores. Também eu ¡«me moiro» por vós!

¡Cobrou-lhe inteiramente o coração!

Leonor conhecia os homens e sabia como enliçar-lhes os sentidos, lisonjear-lhes a vaidade, e esperançar-lhes, com nevoaças de ouro, as ambições de poder e de glória.

Os enamorados e ardidos irmãos, D. Afonso e D. Pedro, amorôsos e cavaleiros, logo puseram suas almas aventureiras ao serviço da bela conjura planeada por Leonor Teles, porfiando cada qual em melhor oferecer às suas damas a mais galharda execução daquilo que elas lhes requeriam. ¡Mocidade dourada e restos da cavalaria andante que jamais desaparecerá do mundo emquanto houver um sorriso divino de mulher formosa a chamar, a estontear, a cativar!

Os dois fidalgos entendem-se secretamente com o conde D. Gonçalo, alcaide do castelo, não lhe dizendo, porêm, D. Pedro que pretendia matar o rei de Castela

e muito menos casar com Leonor Teles. Explicava que o seu descontentamento era fidalguia e provinha do vil engano em que D. João trazia Leonor Teles que, generosa, lhe dera o govêrno do reino de Portugal; e do desgôsto que lhe causava a extrema privança que êle dava agora a Pedro Velhasco — homem mau e de enredos.

Leonor, confiada no êxito da conjura, excita a todo o momento o amor brioso do seu esforçado cavaleiro — o amor e a ambição. D. Pedro entrevê diante de si, num deslumbramento, o corpo branco e ignorado de uma mulher de belos cabelos ardentes como brasas, e os degraus de ouro de um trono fulgente. A beleza e o poder alucinam-no.

* * *

Passam dias urdindo o conluio. Segrêdo absoluto: sómente dois, Leonor e D. Pedro, sabem o que se trama. Os ou-

tros, parte. E' medianeiro, entre Leonor, D. Pedro e o conde D. Gonçalo, certo padre franciscano que, para explicar suas repetidas idas e voltas e demoradas conversas, diz andar negociando com o Paço e o castelo a entrega da cidade a D. João I. Mas, em vésperas do atentado, êste frade, grato ao seu amigo D. David Negro, arrabiado de Castela, previne-o, sob segrêdo, de que, com seus filhos, se retire para suas terras.

—¿Porquê?—pregunta, em voz baixa, o assustado judeu.

O frade nega-se a relatar o que se conluia. D. David insiste, jurando que nada dirá. Então o ingénuo franciscano, acreditando em juras de judeu, tudo conta a D. David, que, devedor ao rei do grande lugar que tem, tudo vai denunciar. D. João espera serenamente; e no dia marcado para o feito ordena ao conde de Maiorca que avise os seus para que, quando D. Pedro saia, gritem traição contra êle e o prendam com seus companheiros. Ao mesmo tempo, manda reforçar as guar-

das da rainha, pondo-lhe à vista um capitão de sua confiança. Mas nessa mesma noite alguêm avisa D. Pedro, que logo foge, e com êle vários conjurados. ¡Tudo estava perdido, tudo falhara! ¡Leonor Teles endoidecia de raiva!

No dia seguinte, os reis de Castela mandam vir à sua presença o Judeu D. Judá e a cuvilheira de Leonor, Maria Pires, os quais, sob ameaça de serem postos a tormentos, contam todo o plano da conjura: a rainha iria para o castelo de Coimbra; o rei de Castela seria assassinado; Leonor Teles casaria com D. Pedro. Contam ainda os recados e cartas que ela tinha, antes, secretamente, enviado aos alcaides dos castelos, para que se não entregassem a D. João. Pasmos, assistem a estas declarações os reis, o infante de Navarra e o rabino D. David. De tudo se faz um auto. Em seguida, D. João ordena que a sogra venha à sua presença. Leonor Teles, sempre rainha, entra sobranceira e de ledo semblante na câmara dos reis. Nada teme. Absoluta confiança em si pró-

pria, ainda quando a hora lhe é adversa, a enche de serenidade e altivez.

Sentada em frente do rei, espera, firme, de cabeça levantada. Nunca o seu orgulho foi tão arrogante.

Lê-se o auto. Súbito, Leonor ergue-se irada e, interrompendo o escrivão, diz violentamente contra D. David:

—Perro traidor, ¡mentiste!

—Disse a verdade—retorquiu o judeu, olhando-a de esguelha.

Então, o espírito de inimizio de Leonor Teles instantâneamente maranha intriga que a defenda a ela e o perca a êle:

—Foste tu que tal me aconselhaste.

E afirmando tão vil calúnia, a luz do seu olhar era plena de candura, e a inflexão da sua voz terna e inundada de sinceridade. ¡Como sabia mentir!

Alguns entreolharam-se com surpresa e dúvida; mas D. Beatriz, que tinha a máxima confiança no rabino, seu amigo, compassiva pela mísera intriga da mãe, diz, com voz lastimosa e doce de rainha minhana:

— Oh madre e senhora, ¿porque em tão curto tempo me queríeis órfã, viúva e desamparada?

E chorava.

Levantam-se vozes agitadas. Todos falam ao mesmo tempo. A câmara enche-se de tumulto bravo. Mas o sossegado rei de Castela levanta a mão, todos interrompendo, para dizer mansamente a Leonor:

— Por amor de vossa filha, não vos mando matar, embora o merecêsseis; mas mando-vos meter num mosteiro em Castela, onde tereis mantimento preciso e honrado. Vós...

Leonor, sorrindo irónica, interrompe-o para lhe preguntar:

— Senhor, ¿tendes irmãs?

— Tenho — responde D. João.

— Então, fazei-as freiras nesse convento. A mim, rainha, ¡não!

Depois, num desriso mordido de sarcasmo e refervido em íntimo ódio:

— ¡Eis o galardão que dais a quem vos entregou o regimento do reino e os castelos que por si tinha em Portugal!

D. João cala-se, encara nela um momento, sai da câmara e, pouco depois, preocupado, reùne conselho para saber como se há de haver com sua sogra, que êle teme.

Quando, daí a dias, Leonor Teles, na companhia dos reis de Castela, em caminho de Coimbra para Santarêm, soube que D. João, contra a opinião cautelosa de alguns dos seus conselheiros, resolvera encerrá-la num mosteiro, sorriu-se, tranqùila, na certeza de que êle tal não conseguiria. Sem mais tardança, às escondidas, escreveu aos seus partidários, aos alcaides de castelos que eram por ela, a amigos, expondo-lhes tudo o que se passara e rogando-lhes que, prestes, organizassem suas gentes com que lhe saíssem honradamente ao caminho a filharem-na das mãos de quem a levasse prêsa.

Acrescentava:

— Sou vossa rainha e vossa amiga. Dar-vos hei o que me requererdes.

*
* *

Dias depois, por uma invernosa manhã de Fevereiro, Leonor Teles, numas andas de viagem, entre homens de armas e fidalgos da confiança do rei, seguia, através da Extremadura e das Beiras, para o norte, em demanda de terras de Castela.

Ia serena e risonha. Ela tinha a certeza de que no caminho surgiria, de emboscada, um grosso magote de fiéis amigos seus, bem acompanhados e bem armados, para, violentamente, a libertarem da escolta vexante que, para terras inimigas, a conduzia prisioneira — a ela, rainha de Portugal.

Lembrou-se, então, dos grandes raptos amorosos portugueses, cheios de audácia e de brilho cavalheiresco. Um, em especial, mui antigo e sempre recontado, via diante de si, pois correra por aquelas mesmas desoladas paragens que ela ia atravessando. Era o caso de Lourenço Viegas,

e de seus homens, assaltando de noite, em Avelãs de Cima, a cavalgada, de bons parentes e criados, que cercava Maria Pais, manceba de D. Sancho-o-Velho — a ruiva e ladina «Ribeirinha», de corpo meão e roliço, vinda de Coimbra, onde acabara de morrer o rei, e seguindo para as suas doadas e dilatadas terras de Vila-do-Conde. O amante violento, que, durante anos, calado, vivera morrendo de amor, levara-a à garupa do seu corsel para terras de Leão, onde, por tempo, se agasalhou com ela.

Raptou-a quem loucamente a amava. Êsse foi um rapto de amor; êste seria um rapto político. Ela tinha muitos amigos e numerosos vassalos que lhe deviam tudo quanto eram. Contava com êles. Eram certíssimos.

Mas já compridos dias e longas noites se passam através de descampados e de serranias, sem que a ansiosa Leonor veja surgir das bôcas dos caminhos, das curvas das estradas, das sombras dos pinhais, dos esconsos das gargantas penhascosas,

ao longo da acidentada Beira, êsses com quem absolutamente conta—¡ela que tem no seu reino um grande partido de portugueses, vários alcaides de castelos e donos de fortalezas, mil criados a quem deu bemfeitorias e criou ofícios e muitos e muitos que se dizem seus amigos, e tantos e tantos que são feitura sua!

Aproximam-se da fronteira. Está a acabar a sua terra, a terminar o seu domínio. ¿E agora? Uma sombra ennoitece o coração de Leonor... Passou. De novo confia.

Avista-se Cidade-Rodrigo, e, do outro lado, distante, a neblina azul da serra da Gata

¡E ninguêm aparece a salvá-la, ninguêm! ¿Porquê?

A cavalgada entra em terras de Espanha.

— «¿Virão os portugueses esperá-la tão longe?» — cogita Leonor.

Já vai no fim o planalto de Salamanca, — uniforme como um deserto, majestoso como o alto-mar. Leonor espraia a

vista e espreita no horizonte. A sua alma é a de náufrago, numa jangada, à cata de uma vela branca na linha extrema das águas.

Agora, na escuridão, vão pisando as terras fartas de Medina, e lá seguem dirigidos pelo Sete-Estrêlo, que os guia ao norte.

De noite, emquanto os companheiros, enregelados e moídos, envoltos em seus zorames de viagem, dormitam, cabeceando, sôbre selas mouriscas, ao chouto mole das mulas, Leonor Teles, recostada nos almadraques das andas toldadas, vigilante, espera, espera ainda, porque o seu orgulho, trabalhando nela, lhe grita confiança, confiança em si.

Mais uma longa noite se passa; e só quando, ao fim do último dia de viagem, se avista, no fundo da campina das Navas-de-El-Rei, num alto, do lado de lá do rio Douro, recortando-se nas raias sangùíneas de um plumboso poente, a vila de Tordesilhas com seu casario em pinha, suas altas tôrres de igrejas e con-

ventos, e na frente dêles o de Santa Clara —prisão mosteiral «onde já tinham estado rainhas viúvas e filhas de reis», como, em última homenagem, lhe dissera, na despedida, o rei de Castela; — ¡só então é que a sua alma pela primeira vez estremece de pavor, compenetrando-se da rialidade do seu irremediável destêrro! Só nesse momento o seu espírito apreende tóda a catástrofe. A desilusão esmaga-a. Uma nuvem negra de tristeza entenebrece-lhe o coração, e o asco sobe dentro dela, engulhando-a, ante o repulsivo espectáculo de um reino inteiro, vilíssimo, a voltar-lhe a face ingrata. Todos cobardemente a abandonam naquela hora de infortúnio. ¡Os homens, os homens!

E ao ouvir, nessa mesma noite, depois da madre-abadessa e da escrivã, vestidas de hábitos cinzentos e orais brancos, mui serenas e polidas, se despedirem dela, curvando, em vénias de homenagem, seus corpos secos; — ao ouvir correr os ferrolhos da porta da sua cela, fechando-a por

fora, Leonor Teles sentiu, então, em si, ¡todo o vácuo da soledade e do abandôno humano! Aniquilada, pela primeira vez na sua vida ¡chorou lágrimas sinceras, abafando os soluços no cabeçal de linho branco do seu humilde catre de convento, para onde se atirou em convulso desespêro!

Fatigadíssima pela viagem e pelas comoções, deitou-se e dormiu pesadamente.

Na manhã seguinte, na alva do dia, ergueu- se, arrastando-se cheia de desalento, até à pequena janela de grades da sua cela. O mosteiro estava num alto. Então, a seus olhos aturdidos pelo desconhecido, deparou-se-lhe uma vasta campina, árida e silenciosa, manchada, acolá e alêm, de massas de pinhais baixos, espêssos como pêlo duro, e de grupos de choupos pensativos, na planície longa, côr de estamenha, muito longa, sem fim, sob a abóbada do céu, pousada, ao fundo, na linha fina do horizonte — terra chã, muda, impassível, sem um eco, sem uma palavra de

confôrto para a sua soledade. Em baixo, murmurava, manso, o rio Douro, de águas simples, que, tambêm indiferente às suas dores, logo se voltava para o poente, numa curva de júbílo por se dirigir para Portugal, para o mar — o mar lendário de que lhe vinham falando, pela Castela fora, as náiades ribeirinhas, as ninfas das fontes e das correntes, de verdes cabelos limosos e de corpos de rosa, translúcidos, como suas glaucas moradias. E o rio, sonhando com as paisagens esmeraldinas do mar, lá seguia na campina, contente, a rebrilhar ao sol e à lua. E quanto essa curva era de alegria para o rio viajeiro, tanto era de tristura para Leonor, porque se voltava para Portugal:—curva de saudade, que lhe levava, para longes terras, onde o seu orgulho imperara, sua alma de desterrada e de vencida. Já essa hora fresca do nascer do dia, com o sol de rosa a subir e a esplender, parecia, a seus olhos cativos, hora de sol pôsto, entre nuvens violáceas, estriadas de sangue — luz de pungimento que o cre-

púsculo disfarça, a noite recolhe, entende e agasalha.

Clareia a madrugada. Na meia luz dilucular dos longos corredores do mosteiro, ouve-se uma voz branca de monja clamando, com doçura, a cada portinha de cela, o «Benedicamus Domino», matinal; e na tôrre uma sineta meiga toca a «Prima et tertia».

¡Hora de oraçáo!

Ali, a seu lado, naquele fidalgo mosteiro, repleto de privilégios, de bênçãos, de graças, de relíquias de santos e de virgens mártires; ali, em celas miúdas e caiadas como as ermidas das serras, donzelas, deixadas do mundo — vidas renunciando à Vida — depuram-se pela reza, pelo jejum, pelo cilício, pulindo suas almas — como patenas de ouro — com beatitude, com santidade, para, num momento de infinito gôzo, poderem reflectir em si o sorriso de Deus.

Mas nem nessa hora, de bondade por ser de saudade, de fraqueza por ser de

transe, a alma de Leonor se sentiu tocada pelo benefício espiritual das relíquias, pelo chamamento piedoso do bronze, pelo hálito perfumado da prece que, nesse momento, subia do jardim religioso de cada peito de monja, humildemente ajoelhada nas tábuas da sua cela austera.

Leonor Teles, além da sua alma congénitamente malévola (como se Deus se esquecera de baptizá-la com um raio do seu olhar...) tinha dentro de si os inconscientes crimes da época em que vivia, as maldades que a existência apega a quem vem de tempestuosamente a trilhar, e ainda o pecado tenaz da sua mocidade bela e soberba, reagindo contra tudo, — mocidade que se atira, sôfrega, ao gôzo da vida, querendo-a viver tôda, como os instintos livres a desejam e preferem. Só a doença ou a velhice quebrariam, melhorariam esta alma ardente. Mas quando isso estava distante dos seus trinta e três anos fortes e belos, aos gritos, querendo gozar, triunfar — ¡viver!

Leonor Teles, saindo da janela, voltou violentamente costas a essa paisagem de silêncio e de indiferença egoista para as suas dores; agitou, furiosa, sua estranha cabeça de ruivos cabelos em fogo e em revolta; e erguendo os braços tetanizados pelo rancor e as mãos crispadas pelo desespêro contra as paredes da cela estreita, que a angustiavam, contra os tetos baixos, que a esmagavam, no auge do despeito e do orgulho amarfanhados, cerrou os olhos e os dentes de ira, e, como leôa numa jaula, rugiu a sua cólera tremenda, bradando maldição ao seu destino que, em plena vida e em plena beleza, a agrilhoara à sombra daquela cela ¡gelada e tristíssima!

XXII

Epílogo

Leonor Teles viveu seis anos no convento de Santa Clara, de Tordesilhas — até à morte desastrosa do rei de Castela; depois, em Valhadolid. Mas neste período, a sua vida, do pouco que se sabe, já não tem interêsse. Verdadeiramente, Leonor some-se da história naquela hora, fraca por ser de ódio, em que, para se vingar de alguêm, entrega a outrem o poder e renuncia à sua rialeza. Nesse dia, hábil tino a arreda da política portuguesa, enclausurando-a num mosteiro e aprisionando-a numa cela; — nesse dia, Leonor Teles morreu [151].

FIM

NOTAS

NOTA I

Nas primeiras edições dêste livro, o capítulo a que chamamos hoje *Introdução*, em que se mostra, em pastadas de tintas scenográficas, o painel mural da fisionomia portuguesa nos meados do sombrio século catorze, fôra deslocado para o fim do volume — para as *notas* — por nos parecer coisa algo dilatada e, sobretudo, desarmónica com o tom leve da obra. Recearamos, de entrada, não dispor bem o leitor que sabemos ser um espírito apressado, uma vontade fatigada pela exaustiva vida moderna que todos agitadamente vimos vivendo, nesta hora de transição, sob a dor ingente de uma guerra civilizadamente feroz, a esmagar os corações idealistas, derrancando-os de scepticismo. Não cansemos os cansados. Nesta edição, porêm, colocámos, no começo do livo, essas páginas por entendermos necessário que elas sejam lidas por quem, sossegado e ourioso, estime conhecer, um pouco mais de perto, a época do duríssimo duelo antigo entre uma rainha, em extremo ambiciosa de poderio pessoal, e o seu bom povo, ávido de legítimos direitos e nobremente obcecado pela idea da independência do reino. Outra coisa não é a história de Leonor Teles, essa, de coração «buscador de maravilhosas artes» de quem Fernão Lopes escreveu que «nehuua cousa

dava a emtemder de rramcor que tevesse» contra seus inimigos, mas, pelo contrário com êles «suas fallas e desembargos, todo era feito ledamente e com boom geesto, ataa que visse tempo aasado de sse poder vingar, segundo seu desejo»; — essa a quem Alexandre Herculano chamou a Lucrécia Bórgia portuguesa — «fantasma diabólico, que aparece onde quer que haja um feito de traições, de sangue ou de atrocidades«.

NOTA II

A propósito das palavras obsoletas e das construções antiquadas dêste livro, transcrevo, traduzido, um período do prefácio de Anatole France ao seu livro *Vie de Jeanne d'Arc:*

«Não foi por afectação de estilo nem por gôsto de artista que conserveí, o mais que pude, o tom da época, e que preferi, às modernas, as formas arcaicas da língua, sempre que as supus inteligíveis; — foi porque as ideas se mudam mudando as palavras e não se podem substituir termos antigos por termos de hoje, sem alterar sentimentos e caracteres.»

NOTA III

1 — p. xv — Vid. Vilasboas Sampaio, *Nobiliarchia portug.;* Coelho da Rocha, *Ensáio sobre a hist. do gov. e da leg. de Port.;* Herculano, *Hist. de Port.;* visconde de Santarêm, *Mem. para a hist. e theoria das côrtes geraes;* Sr. Gama Barros, *Hist. da adm. pub.*

em Port. nos séc. XII a XV; Sr.ª Dona C. Michaëlis de Vasconcelos, *Cancioneiro da Ajuda, ed. crit.;* Schaefer, *Histoire de Portugal;* — *Passim.*

2 — p. XVII — O *Panorama,* vol. 3.º, p. 309.

3 — p. XVIII — *Orden. Afons.,* l. I, tit. 63.

4 — p. XX — *Regra da cavalaria e ordem militar de São Bento de Aviz,* c. XII.

5 — p. XXIII — Herculano, *Mem. sobre a origem provavel dos livros de linhagens.*

6 — p. XXIV — *Nob. do Conde D. Pedro, nos Portug. mon. hist., Script.,* p. 294.

7 — p. XXIV — Ibid., p. 295.

8 — p. XXIV — Ibid., p. 388.

9 — p. XXV — Ibid., *Ibid.*

10 — p. XXVII — Ibid., p. 329.

11 — p. XXVII — Ibid., p. 315.

12 — p. XXVII — Ibid., *Ibid.*

13 — p. XXVII — Ibid., p. 320.

14 — p. XXVII — Ibid., p. 321.

15 — p. XXVII — Ibid., p. 337.

16 — p XXVIII — Cf. *Livros de linhagens.*

17 — p. XXVIII — *Nob. do Conde D. Pedro,* loc. cit., p. 302.

18 — p. XXVIII — Ibid., *Ibid.*

19 — p. XXVIII — *Livro Velho,* nos *Portug. mon. hist.: Script.,* p. 144, 152, 153, 154, etc.

20 — p. XXVIII — *Nob. do Conde D. Pedro,* loc. cit., p. 290.

21 — p. XXVIII — Ibid., p. 293.

22 — p. XXVIII — Ibid., p. 349.

23 — p. XXIX — *Livro Velho,* loc. cit., p. 173.

Citam-se aqui sómente dois ou três casos de barreganias, de mancebias,

de roussamentos, de incestos, de raptos, de casamentos desiguais, mas poderia citar-se muitíssimos, pois os *Livros de linhagens (Livro Velho* e *Nobiliário do Conde D. Pedro)* estão cheios dêles.

Vid. *Livro Velho*, loc. cit., p. 152, 155, 156, 159, 160, 161, 165, 167, 175, 176, 197, etc.

Vid. *Nob. do Conde D. Pedro*, loc. cit., p. 290, 292, 293, 298, 304, 311, 318, 319, 320, 323, 325, 326, 328, 331, 334. 338, 349, etc.

24 — p. XXIX — «Os autores do Cancioneiro tinham os seus nomes nos livros das linhagens» (Sr.ª D. C. Michaëlis de Vasconcelos, *Canc. da Ajuda).*

25 — p. XXIX — «Quien Amor sirve, cortês deve ser asi en decir como en facer.» (C V 708).

26 — p. XXX — «El andou por mi muito trobando e nas lides me ia enmentando» (C V 354).

27 — p. XXXII — C A 329, (C A = *Cancioneiro da Ajuda;* C V = *Cancioneiro da Vaticana*).

28 — p. XXXII — C A 333.

29 — p. XXXII — C V 808.

30 — p. XXXII — C V 808.

31 — p XXXII — C A 387.

32 — p. XXXII — C A 388.

33 — p. XXXII — C A 385.

34 — p. XXXII — C A 318.

35 — p. XXXIII — C A 383.

36 — p. XXXIII — C A 316.

37 — p. XXXIII — C A 81.
38 — p. XXXIII — C A 320.
39 — p. XXXIII — C A 71.
40 — p. XXXIV — C A 386.
41 — p. XXXVI — «Os reis falavam à cúria de Roma com altivez e até com desabrimento por vezes, e um dos mais louvados, D. Sancho I, chegou a espantar o próprio Inocêncio III, afeito a curvar as frontes mais soberbas, aos pés da cadeira de São Pedro.» — Rebelo da Silva, *Quadro elem. das relações polit.*, etc., tom. IX, p. 26.
42 — p. XXXVI — V. de Santarêm, *Mem. para a hist. das côrtes geraes*, part. II, e *Col. côrtes, mss.* (de Santarêm, 1331, de Lisboa, 1371), cit. pelo Sr. Gama Barros, na obra *Hist. da adm. pub. em Port. nos séc. XII a XV.*
43 — p. XXXVII — «Do tempo de D. Pedro e D. Fernando, o formoso namorado, nem uma só poesia autêntica de autor português se conserva.» — Sr.ª D. C. Michaëlis de Vasconcelos, *Canc. da Ajuda*, II, p. 603.
44 — p. XXXVII — C V 370.
45 — p. 1 — «E porque outro si a Comarca de Tralomontes, que he nos nossos Reinos, donde a dita Rainha he natural...» — *Arch. da Torre do Tombo, Chanc. de D. Fern. I.* I, fol. 107, cit. por Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, C. XXI.
46 — p. 3 — Ayala, *Chron. del Rey D. Pedro*, año VII, C. II.

47 — p. 3 — Benevides, *Rainhas de Portugal*, etc., vol. I, p. 218.

48 — p. 3 — Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, p. 138 e seg.

49 — p. 4 — *Arch. da Torre do Tombo, Chanc. de D. João III*, l. 45, fol. 161, v.

50 — p. 4 — Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, c. XX.

51 — p. 4 — Devemos ao Ex.mo Sr. José de Azevedo Menezes, da ilustre casa do Vinhal, e erudito autor do livro «Ninharias», — a quem penhoradamente agradecemos, — a seguinte nota, extraída do afamado *Nobiliário do Abade de Esmeriz* (t. II, título *Cunhas*) — manuscrito inédito que S. Ex.a possúi:

§ I

«... n.º 4 — Lourenço Fernandes da Cunha achou-se na conquista de Sevilha, e serviu os reis D. Afonso II, D. Sancho, o *Capelo* e D. Afonso III. Casou com D. Maria (outros dizem Sancha), filha de Lourenço Gomes de Moceira, e tiveram, entre outros filhos, os que seguem:

«N.º 5 — D. Gomes Lourenço da Cunha, que esteve tambem na conquista de Sevilha *e foi padrinho de el-rei D. Denis*. Casou com D. Teresa de Arões, filha de D. Gil Guedes de Arões. Com geração.

«N.º 5 — Vasco Lourenço da Cunha, que segue.

«N.º 5 — Martim Lourenço da Cunha no § II.

«N.º 5 — Vasco Lourenço da Cunha viveu em tempo de el-rei D. Afonso III, e casou com D. Teresa Pires,

filha de D. Pedro Fernandes de Portugal e de *D. Froile* Rodrigues Pereira, e tiveram, entre outros filhos, o que segue:

«N.º 6 — Martim Vasques da Cunha, *que teve o Castelo de Celórico de Basto em tempo d'el-rei D. Denis, e para lho largar que lho não queria el-rei aceitar usou (por conselho de todos os Principes da cristandade, com quem para isso foi tomar conselho) de tôdas aquelas cerimónias que conta o Conde D. Pedro que foi deixar no castelo galo, galinha, gato, cão, sal, vinagre, azeite, pão, farinha, vinho, água, carne, pescado, ferraduras, cravos, bèsta, setas, ferro, baraço, lenha, mós, alhos, cebolas, escudo, lança, cutelo ocupado, capelo ou capelina, carvão, foles de fureiro, funil, isca, pederneira, pedras em cima do muro, fogo aceso em uma das casas, portas fechadas por dentro e se saiu pelo muro, e foi correndo e gritando por tres freguezias: acorrede ao castelo de el-rey que se perde.* Com geração.

§ II

«N.º 5 — Martim Lourenço da Cunha, do § I, casou com D. Sancha Garcia, filhã de D. Garcia Panha e de D. Tareja Pires de Bayão, tiveram, entre outros filhos, a

«N.º 6 — Lourenço Martins da Cunha, que casou com D. Maria de Sousa, e tiveram a

«N.º 7 — Martim Lourenço da Cunha, que foi *senhor do morgado de Vila de Pombeiro acima de Coimbra, que ouve por escambo que fez com el-rey D. A.º o 4.º.* Casou com D. Maria Gonçalves, filha de Gonçalo Anes de Briteiros, e tiveram a

«N.º 8 — João Lourenço da Cunha, que foi senhor de Pombeiro. Casou com D. Leonor Teles, filha de D. Martim Afonso Teles de Menezes. Divorciada do marido, D. Leonor casou depois com el-rei D. Fernando. De João Lourenço houve um filho, de nome Álvaro da Cunha. Com geração.

«João Lourenço da Cunha e Diogo Lopes Pacheco tentaram dar peçonha a el-rei D. Fernando. (Nota do nobiliarista Esmeriz, que cita a *Monarchia lusit.*, t. 8, livro 22, cap. 21).»

52 — p. 4 — Costa Lobo, *Hist. da Sociedade em Port. no séc. XV*, c. v.

53 — p. 11 — Sr.ª D. C. Michaëlis de Vasconcelos, *Cancion. da Ajuda*, edi. crit., p. 623.

54 — p. 17 — Disto veio chamar-se ao Paço «Paço dos Infantes.» Cf. Sr. Júlio de Castilho (visconde de Castilho), *Lisboa antiga*, t. 5, c. XIX.

55 — p. 18 — Herculano, *O Monge de Cistér*, c. XV.

56 — p. 19 — Palavras de el-rei na doação de Alcanhaes. *Chanc. de D. Fern., Arch. da Torre do Tombo*, fol. 189, cit. por Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, c. XXIX.

57 — p. 19 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, nos *Inéditos da hist. port.*, c. LVII.

58 — p. 19 — Uma delas era Iria Gonçalves, mãe de Nuno Álvares.

59 — p. 22 — Nasceu em 1345. Diz o *Chronicon Conimbricense*, citado pelo cardeal Saraiva — *Obras completas* do cardeal Saraiva, 1875, t. IV, pag. 64:

«Era 1383 annos, feria 2.ª, vespera de todos os Santos, nació Infante D. Fernando, filho do Infante D. Pe-

dro de Portugal, e Infanta D. Constança, e neto del-Rey D. Diniz: nació em Coimbra á hora de prima.»

60 — p. 23 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. I, loc. cit.

61 — p. 25 — Costa Lobo, *Hist. da sociedade em Port. no séc. XV*, c. II.

62 — p. 26 — «... e só na torre do Castelo de Lisboa deixou a seu filho D. Fernando oitocentas mil peças de ouro, quatrocentos mil marcos de prata» — *Panorama*, vol. IX, p. 136.

63 — p. 29 — Concedeu privilégios e isenções aos proprietários dos navios de cinqüenta toneladas, assim como lhes forneceu madeiras gratuitas das matas riais. (vid. *Cortes da Atouguia*, 1376).

64 — p. 29 — V. de Santarêm, *Corp. diplom. port.*, t. I, p. 318 e 328.

65 — p. 29 — Ibid. *Quadro elem.*, t. I, p. 211.

66 — p. 35 — Froissart, *Les chroniques*, etc., l. I, p. II, c. CCLI.

67 — p. 35 — São as pazes de Alcoutim (31 de Março de 1371). A *Bula Fidedigna*, desta mediação tem a data de 26 de Fev. de 1370, — Vid. Santarêm, *Quadro elem.*, etc., t. IX.

68 — p. 35 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. LIV, loc. cit.

69 — p. 37 — Conjectura o Sr. Júlio de Castilho (visconde de Castilho) na *Lisboa antiga*, vol. 5.º, p. 205, que Leonor Teles, em 1383, teria 33 para 34 anos. Também Oliveira Martins, na *Vida*

de Nun'Alvares, not. de p. 81, supõe que ela tivesse, em 1383, «de trinta a trinta e três anos». O Sr. Anselmo Braamcamp Freire (*Diario Ilustrado*, 13 de Março, 1885) diz que, em 1380, devia Leonor Teles ter trinta anos. «D. Leonor casa nos fins do verão, ou princípios do outono de 1371, com D. Fernando (*Mon. lusit.*, part. VIII, l. 22, c. XXI). A êsse tempo havia já uns três anos que era casada com João Lourenço da Cunha (F. Lopes, *Chron. de D. João I*, p. I, c. CLXXVII), e, portanto, efectuado êsse casamento em 1368. Supondo-se-lhe nesta ocasião dezoito anos, vê-se que completava os trinta neste ano de 1380».

70 — p. 39 — «Dona Lionor era igual em gramdeza de corpo.» — F. Lopes, *Chron, de D. Fern.*, c. LXV, loc. cit.

71 — p. 43 — «Nem elRei Dom Fernando em esta sazom, nem depois ainda per tempo, nom tiynha semtido de Dona Lionor Tellez, de que se depois namorou.» — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. LI, loc. cit.

72 — p. 54 — Afonso Soares Valadares, teve duas filhas: Inês e Berengeira. Aquela teve uma filha chamada Maria Afonso, mãe de Maria Gonçalves Briteiros, que foi mãe de João Lourenço da Cunha; esta Berengeira, casada com Afonso Teles de Menezes, foi mãe de Martim Afonso Telo, pai de

Leonor Teles. — Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, c. XX.

73 — p. 58 — Discurso de João das Regras, nas còrtes de Coimbra, in F. Lopes, *Chron. de D. João I*, c. CLXXXIV.

74 — p. 59 — «E çerteficasse que ante que elRei dormisse com ella, primeiro a reçebeo por molher, presente sua irmaã e outros, que esta cousa traziam callada.» — F. Lopes, *Chron. d'el-rei D. Fern.*, c. LVII, loc. cit.

75 — p. 72 — Herculano, *Hist. de Port.*, l. VIII, part. III.

76 — p. 74 — Sr. Gama Barros, *Hist. da adm. pub. em Port.*, nos séc. XII a XV, t. I, secç. IV.

77 — p. 75 — V. de Santarêm, *Mem. para a hist. das còrtes geraes*, part. II.

78 — p. 75 — Quantas vezes os reis atenderam o povo, menos pelo povo, mas para, com êle, se defender dos nobres e dos clérigos — classes que para si queriam os maiores privilégios! — Vid. A. de O. Marreca, *Antigas còrtes de Portugal*. Panorama, vol. 7 e 8.

79 — p. 75 — V. de Santarêm, *Mem. para a hist. das còrtes geraes*, part. II.

80 — p. 76 — Sr. Júlio de Castilho (visconde de Castilho), *Lisboa antiga*, t. 7, p. 226.

81 — p. 79 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. LVI, loc. cit.

82 — p. 103 — Ruy de Pina, *Chron. de D. Duarte*, c. I.

83 — p. 109 — Tem a data de 5 de Janeiro de 1372. Citada por Santos, *Mon. lusit.* part.

VIII, l. XXII, c. XXI, que a copiou da *Chanc. de D. Fern.*, l. I, fol. 107, do *Arch. da Torre do Tombo.*

84 — p. 111 — Conjectura nossa, para explicar a preferência por Leça, sôbre o que nada dizem os cronistas.

A bailiagem de Leça era uma das vinte e cinco comendas que a Religião de Malta tinha neste reino.

85 — p. 111 — Cf. A. do C. Velho de Barbosa, *Mem. hist. do Most. de Leça*, c. IX.

86 — p. 113 — ¿O bailio ou o bispo do Pôrto D. Egídio? Herculano, no romance *Arrhas por fôro de Espanha*, diz que fôra o bispo do Pôrto D. Afonso quem casara D. Fernando e D. Leonor, casamento realizado em meados de Janeiro de 1372. O historiador funda-se no haver F. Lopes *(Chron. de D. Fern.*, c. LIX.) pôsto o bispo D. Afonso, em Maio de 1371, como testemunha da rectificação do tratado da paz de Alcoutim, e ainda na opinião de João Pedro Ribeiro *(Dissert. chron.*, etc., t. 5.º) que dava êsse bispo vivo em 1372. Porêm, D. Rodrigo da Cunha *(Catalogo e hist. dos bispos do Pôrto)* diz, no c. XX, que o bispo D. Afonso Pires, que em 10 de Agosto de 1361 «velho e carregado de enfermidades» fizera testamento e falecera em 8 de setembro de 1362, como consta do seu epitáfio, na igreja de São Pedro de Balsemão, no Couto da Régoa. Sucedeu-lhe, em

1363, D. Egídio, que morre em 1373. Êste é que poderia ter casado D. Fernando e D. Leonor; mas, se fôsse êle a lançar as bênçãos, tal constaria, como constou do seu sucessor D. João de Azevedo que, em 1387, casou D. João I com D. Filipa de Lancastre.

Desta mesma opinião é Manuel Pereira de Novais, autor do *Anacrisis historial*, t. 2.º, *Episcológio*, p. 408, mss. da Bibl. Mun. do Pôrto, inédito,

87 — p. 121 — «Quando hia áquela Cidade pousava no dito convento» [São Francisco] — Santos, *Mon. lusit.*, *part.* VIII, l. 23.

88 — p. 129 — Benevides, *Rainhas de Portugal*, etc., vol. I, p. 226.

89 — p. 135 — Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, l. 22, c. XXI.

90 — p. 136 — Começa neste tempo o uso de rapar a barba — Vid. Sr. Júlio de Castilho (visconde de Castilho), *Lisboa antiga*, t. 7, p. 226.

91 — p. 143 — O conde de Cambridge, irmão do duque de Lancastre, casara com outra filha do mesmo rei D. Pedro.

92 — p. 145 — Porque se não deve contar como tratado político o simples acôrdo comercial de 1353, êste de agora (16 de Junho de 1373) é o primeiro documento da aliança, ofensiva e defensiva, entre Portugal e a Inglaterra, em que os dois reinos se obrigavam («mutual and perpectual friendships»), além de outras coisas,

a «não contraírem amizades com inimigos rivais ou perseguidores da outra parte».

Era isto a continuação da política internacional dos dois países: em 1325 D. Afonso IV envia à Inglaterra um embaixador para negociar o casamento de sua filha D. Maria com o príncipe de Gales; e em 1344, Eduardo III pede em casamento D. Leonor, filha de Afonso IV, para seu filho o príncipe de Gales. — Vid. *Portugal e Inglaterra*, por Jerónimo da Câmara Manuel.

93 — p. 145 — Devia ter havido um pacto secreto para a partilha de Castela.

94 — p. 146 — «Et disoit ce roi de Portingal que on avoit à tort et sans cause déshérité ses deux cousines de Castille, et que ce n'étoit point chose à soutenir, que deux si hautes et si nobles dames fûssent déshéritées de leurs héritages.» — Froissart, *Les chroniques*, etc., edição de Simeon Luce, 1869 a 1899, l. II, c. CIII.

95 — p. 153 — Vilhena Barbosa. *Est. hist. e arch.*, t. II, p. 284.

96 — p. 157 — «E avia com elRei que os mandasse premder, e fazer em elles justiça» — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. LXI, loc. cit.

97 — p. 157 — A revolução fôra em 1371; e em 1373 foram distribuídos a diversos, em mercês, os bens confiscados aos autores dêsse motim, pois só em 1373

os reis voltam a Lisboa. — Cf. Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, c. XXVI.

98 — p. 160 — Esta cinta de muralhas, construída em 1374, tinha 77 tôrres e 38 portas para terra e para mar.

99 — p. 161 — 5 de Out. 1376. Cf. Santarêm, *Corp. dipl.*, p. 347 e seg.

100 — p. 161 — C A. 198.

101 — p. 164 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. CI, loc. cit.

102 — p. 171 — Ibid, *ibid.*, c. CIII.

103 — p. 176 — F. Lopes, *Chron. de D. João I*, c. CLXXXIV.

104 — p. 178 — Ao contrário de quase todos os autores, que consideram D. João Lourenço da Cunha um homem cínico, pensamos que êle foi um apaixonado infeliz em complexo temperamento de gracioso, de orgulhoso, de amoroso. A prova disto está, além do ódio mortal que tôda a vida teve a D. Fernando (duas vezes tentou envenená-lo) no conceito que os poetas palacianos fizeram dêste atraiçoado marido, cantando-lhe a miséria, e pondo-lhe na bôca a pungente canção que começa:

«Ay donas por que tristura
perpasso noite e dia!»

se é que não foi êle o próprio autor.

Esta cantiga, que se tornou popular, espalhou-se largamente em Espanha, no séc. XV, entrando nos

cancioneiros e nos romanceiros populares; e o assunto foi pôsto em scena por diversos autores dramáticos do séc. XVII. O poeta catalão, Fra Rocaberti, num poema inédito, conservado na Bibl. Nat. de Paris, coloca, entre os grandes amorosos infelizes — Francesca e Paolo, Tristão e Isolda — João Lourenço da Cunha. Ainda hoje se canta, em Ceuta, em Tânger e em Salónica, um romance relativo ao infortúnio de D. João Lourenço da Cunha — tradição para aí levada pelos judeus expulsos de Espanha.

— A eminente romanista Ex.ma Sr.ª Dona Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a quem, penhorado, muito agradeço aqui o favor desta e de outras informações históricas, publicará brevemente um erudito trabalho sôbre o assunto, reconstituindo a antiga cantiga.

(Êste estudo apareceu, na verdade, no vol. XIX da *Revista Lusitana*, de que se fêz separata, com o título: João Lourenço da Cunha, a «Flor de Altura» e a cantiga *Ay donas por què em tristura?)*

105 — p. 181 — Eduardo III morreu em Junho de 1377, e sucedeu-lhe seu neto Ricardo II, filho do Príncipe Negro.

106 — p. 185 — Na carta de crença, dada por Ricardo II a João Fernandes Andeiro (23 de Maio de 1380) diz-se que o rei

de Inglaterra já se entendera com o Andeiro acêrca da aliança de amizade e dos socorros mútuos entre os dois países. — Rymer, *Foedera*, etc., t. 7, pag. 253.

107 — p. 186 — Rymer, *Foedera*, etc., t. VII, loc. cit., p. 262.

108 — p. 187 — Froissart, *Les chroniques*, etc., ed. cit., l. II, c. CIII.

109 — p. 191 — V. de Santarêm, *Quadr. Elem.*, etc., citando Garibai (*Comp. historical*, l. III, p. 152) diz que eram cinco mil lanças.

110 — p. 192 — O duque de Lancastre não pôde vir, porque tinha de fazer a guerra da Escócia.

111 — p. 192 — Vilh. Barbosa, *Est. hist. e arch.*, t. 2, p. 261.

112 — p. 194 — Agôsto de 1381. Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, c, XXXVII.

113 — p. 194 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. CXXX, loc. cit.

114 — p. 195 — «A ces noces de ces deux enfans ot grand'fêtes et grands ébattemens; et y furent les prélats et les barons du pays; et y furent couchés, commes jeunes que ils fussent, tous nus en un lit.» (Froissart, *Les chroniques*, etc., ed. cit., l. II, c. CXXX).

115 — p. 195 — Dote «propter nupcias»: vilas de Leiria, Montemor-o-Velho, Porto de Moz, Evoramonte, as Alcáçovas, Arganil, Chaves e Bragança.—*Arch. da Torre do Tombo, Chanc. de D. Fern.*, l. 2, fol. 90.

116 — p. 195 — Vid. Sr. Ayres de Sá, *Frei Gonçalo Velho,* vol. II, doc. DCCXXXVII.

117 — p. 197 — «Le chevalier étranger, pour l'amour des nouvelles que il avait apportées, plaisans au duc de Lancastre et au comte de Cantebruge, fut festié et dîna de-rez le roi, et puis demeura-t-il là environ quinze jours, aux octaves de la Saint-George, dont le roi d'Angleterre et ses oncles avoient festié la fête dedans le chastel du Windesore.» — Froissart, *Les chroniques,* etc., ed. cit., l. II, c. CIV.

118 — p. 197 — Ibid, *ibid,* l. II, c. XV.

119 — p. 201 — «... começarom de se estemder pella cidade e termo, matamdo e roubamdo, e forçamdo molheres.» — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.,* c. CXXXII.

120 — p. 202 — *Chron. do Condestabre,* c. II.

121 — p. 211 — «Par ma foi, monseigneur, dit le soudich, il paye mal; car aussi les compagnons se plaignent trop fort de son payement, et non sans cause car il nous doit encore tous les gages de six mois.» — Froissart, *Les chroniques,* l. II, c. CXXXVIII, ed. cit.

122 — p. 211 — Ibid, *ibid,* l. II, c. CXXXI.

123 — p. 213 — «A la venue du comte de Cantebruge à Lusebonne fut délivré messire Jéan Ferrando de prison, sur lequel le roi pour ses chevauchées avoit été moult courroucé.» — Ibid, *ibid,* l. II, c. CXLIV.

124 — p. 214 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.* loc. cit., c. CXXXI, insinua que estas donas eram dignas uma da outra! —

«... quaaes huuma combooça tem costume de dizer da outra».

125 — p. 214 — Porque o Andeiro entrasse muito suado no Paço, Leonor Teles deu-lhe um véu que tinha em si, para se limpar, e logo êle lho agradeceu, murmurando-lhe maliciosamente ao ouvido:

— «Senhora, mais chegado e mais husado queria eu de vos o pano, quamdo mo vos ouvesseas de dar, que este que me vos daaes.» — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. CXXXIX, loc. cit.

126 — p. 217 — «Sabe-se, por exemplo, que, sendo elle ainda simples Mestre da sua Ordem, descurava de andar em habito monastico, antes pelo contrario *trazia publicamente vestiduras de seda tecidas com ouro. e outras menos proprias do seu caracter religioso, o que era de alguma sorte apostatar.*» — Sr. Júlio de Castilho (visconde de Castilho), *Lisboa antiga*, vol. 7.º, p. 228.

127 — p. 218 — *Selos*, Cf. J. Pedro Ribeiro, *Dissert. chron. e crit.*, t. I, p. 83.

128 — p. 219 — Demais conhecia o que depois F. Lopes asseverou por escrito: «elle sabia que muytos alvaraaes passavam pera outras cousas em nome delRei, feitos per aquella guisa.»

129 — p. 223 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. CXLVI loc. cit.

130 — p. 225 — «... e outros que se mais estemdiam

a murmurar, deziam que elRei ho afogara no collo de sua ama.» — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. CL, loc. cit.

131 — p. 226 — Lendo-se Froissart, parece que foi Portugal quem desistiu, por supor que poderia perder a batalha, uma vez que lhe faltava o prometido reforço do duque de Lancastre.

132 — p. 226 — F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. CLIV, loc. cit., não emite opinião própria sòbre os motivos desta inesperada paz. Diz: «... a certidão disto bem nom saibamos,» mas cita as três principais opiniões que, então, corriam. Uns diziam que fôra D. Fernando quem, anojado pelos tratos da soldadesca inglesa, propusera a paz. Outros, que fôra o rei de Castela que, arreceando-se dos ingleses, a requerera. Terceiros explicavam a paz por manejos de pessoas amigas, de ambas as partes, que estimavam ver Portugal e Castela governados, naquele momento, por primos coirmãos unidos e amigos.

Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, l. 22, p. 369, escreve a respeito destas pazes: «Sem então, nem agora saber alguem com certesa, qual dos dous Principes foy o primeiro, que rogou ao outro.»

Schaefer, *Hist. de Port.*, part. I, l., 2. c. III, segue a terceira opinião apresentada por F. Lopes, acrescentando

que os portugueses desejavam afastar de Portugal os odiados ingleses «dont on n'avait pas besoin».

O. Martins, *Vida de Nun'Alvares*, c. II, p. 77, apresenta essas opiniões, e, sem se decidir, fica-se em interrogações.

133 — p. 233 — 13 de Set. de 1382.

134 — p. 234 — Os cinco projectados casamentos da infanta D. Beatriz:

1376 — Com D. Fradique, duque de Benavente, filho de D. Henrique II.

1380 — Com o infante D. Henrique (de um ano), filho de D. João I, rei de Castela.

1381 — Com Eduardo, filho do conde de Cambridge.

1382 — Com D. Fernando, filho de D. João I, rei de Castela.

1383 — Com D. João I, rei de Castela.

135 — p. 236 — Diz F. Lopes, *Chron. de D. Fern.*, c. CLVII, loc. cit., que a idea dêste casamento partira de D. Fernando. Se assim fôsse, estaria o rei em contradição consigo próprio: primeiro, porque havia dito, antes, que estimara o projectado casamento de sua filha com D. Fernando, de Castela, por, sendo êste filho 2.º, não haver o perigo de reinar em Portugal; segundo, porque, depois, realizado o casamento de D. Beatriz com D. João I, de Castela, mandou dizer para Inglaterra, ao conde de Cambridge,

que tal casamento se fizera «contra sua vontade».

Tudo isto deve ter sido obra de Leonor Teles e do Andeiro, altamente interessados no casamento.

136 — p. 237 — Copiado, por extenso, por D. Ant. Caet. de Sousa, nas *Provas da Hist. Geneal.*, etc., t. I, pag. 296; e por Santarêm no *Corp. Dipl.*, p. 517, que publicou ainda os diversos documentos produzidos em volta dêste casamento assegurado em Castela, por meio de autos de confirmação, bênção de arras, juramentos, etc.

137 — p. 240 — Ayala, *obr. cit.*, año 5.º, c. L.

138 — p. 252 — «Se finou na era de 1421 annos, quinta-feira, 22 de outubro.» — D. Ant. Caet. de Sousa, *Provas da Hist. Geneal.*, t. I.

139 — p. 265 — Tinham já falhado cinco tentativas de assassínio: a de D. Fernando; duas de D. João Afonso, irmão de Leonor Teles; a de Enes Barco; a do Mestre de Aviz.

140 — p. 295 — Dentro de dois meses alguns dêstes punham-se ao serviço do Mestre. — F. Lopes, *Chron. de D. João I*, c. XXVI.

141 — p. 296 — F. Lopes, *Chron. de D. João I*, c. XVII.

142 — p. 298 — Cf. Costa Lobo, *Hist. da socied. em Portug.*, etc., c. II.

143 — p. 308 — Esta nossa interpretação honra a atitude do Mestre de Aviz e está de acôrdo com o seu espírito político, que tudo fazia calculada e discretamente. Seguir para Inglaterra (como

se tem escrito) com mêdo da vingança da rainha, seria cobardia; com mêdo da vinda do rei de Castela, seria contra o serviço do reino, contra a honra do Mestre.

144 — p. 320 — F. Lopes, *Chron. de D. João I*, c. XLII.

145 — p. 321 — Pretendeu o Mestre estreitar relações com a casa de Borgonha. — Vid. Santarêm, *Quad. elem.*, etc., introd. ao t. XIV.

146 — p. 323 — F. Lopes, *Chron. de D. João I*, c. LXII.

147 — p. 323 — Cf. esta carta em Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, l. 23, c. VIII.

148 — p. 327 — «E era non grande de cuerpo, é blanco é rubio... é era de pequeña complision.» — Ayala, *obr. cit.*, año 12, c. XX.

149 — p. 328 — «Otrosi diole ciertas joyas de las que fueron del Rey Don Ferrando.» — Ibid., *ibid.*, año sexto, c. I.

150 — p. 331 — Ayala, ibid., *ibid.*, e F. Lopes, *Chron. de D. João I*, c. LIX.

151 — p. 359 — Em 1386 faleceu Leonor Teles no convento de Tordesilhas, segundo as opiniões de D. Ant. Caet. de Sousa, na *Hist. da Casa Real*, t. I, l. 2, p. 426. Diz: «... e veyo a morrer desterrada, preza e aborrecida em Torresilha no anno de 1386, a 27 de Abril, e jaz sepultada no Mosteiro de Nossa Senhora de Merce da cidade de Valhadolid»; de D. José Barbosa, no *Catalogo das Rainhas de Portugal*; de Francisco da Fonseca Benevides, nas *Rainhas de Portugal*; e de Xi-

menes de Sandoval, no seu livro *Batalha de Aljubarrota.*

Mas Frei M. dos Santos, *Mon. lusit.*, part. VIII, p. 514, diz: «Não pude saber com certesa o anno da sua morte, porêm consta de Zurita, nos *Annaes de Aragão,* l. 10, c. 48, que ainda vivia em 1391, seis anos depois da eleição em Coimbra do Senhor Rey D. João I, e segundo a Carrilho, nos seus *Annaes chronologicos,* f. 397 ad ann. 1384, está sepultada em Valhadolid, no convento de Nossa Senhora da Mercê. Oliveira Martins, *Vida de Nun'Alvares,* p. 147, escreveu: «A rainha D. Leonor foi d'alli enviada para o seu carcere de Tordesilhas, onde viveu vinte anos ainda.»

Para alêm de tôdas estas noticias incertas há o que escreveu o conceituado historiador castelhano, D. Juan Antolinez de Burgos, que viveu nos principios do séc. XVII, na sua *Historia de Valladolid,* publicada em 1887, por D. Juan Ortega y Rubio. Aí diz êle, c. XXIV, p. 280, referindo-se a Leonor Teles:

«Desde que llegó de Portugal la reina, vivió retirada en el convento de Santa Clara de Tordesillas, y luego que murió el Rey su yerno, se vino à Valladolid à unas casas que compró, que eram donde hoy es el convento de Nuestra Señora de la Merced. En este lugar, la Reina

viuda se dejó mirar de un caballero llamado Don Zoilo Iñiguez, y de estos amores resultó un hijo que murió niño, y una hija que se llamó D. Maria. Cuando la Reina murió, la dejó encomendada á un caballero de Carrion, que se decia Fernan Lopez de la Serna, hijo del Sr. de Macintos, á quien pedió en su testamento hiciese un convento de monjas y que en él entrasse su hija con las demás que á el le pareciera. Tenia este caballero un sobrino de la edad de esta infanta, los cuales corrian con titulo de hermanos, y creciendo en edad llegó á sua noticia no ser parientes, con que se metieron en empeños mayores; y entonces el tio se halló en estado de no poder escusar que se casasen. De este matrimonio y linaje proceden en Valladolid y en algunos lugares de Castilla algunas familias que conservan el apellido de Iñiguez de la Serna. Fernan Lopez, en vez de fundar convento de monjas, como la Reina lo dejó ordenado, fundó convento de Nuestra Señora de la Merced Calzada en la casa de la Reina. Era la iglesia en el zaguan de la casa que hoy es la capilla de la cofraria de la Piedad, la primera entrando en la iglesia á mano izquierda, y al lado de la Epistola de esta capilla se enterró la Reina en un ni-

cho embebido en la pared. Yo alcancé à ver el arco de la iglesia, auuque cerrada. El año de 1626, reedificando los religiosos el claustro, derribando el lienzo que cae donde fué la primera iglesia, se descubrió el nicho donde estaba la Reina, y se vieron dos cajas, la una de la Reina, y la otra del infante su hijo, y alli se assentó una piedra embebida en la pared que hacia de nicho, com las armas de Portugal, y un letrero en la piedra de letras doradas que decia:

— Aqui yace sepultada la Reina Doña Leonor, mujer del Rey D. Fernando de Portugal: está un infante à sus pies. Dotó dos missas cada semana por si y por su hija Doña Beatriz, Reina de Castilla, mujer del Rey Don Juan el 1.º, y fué fundadora de este real convento año de 1384.—»

Estas informações de Antolinez de Burgos são confirmadas pelo dr. D. Matias Sangrador Vitores, no t. I, p. 220 e t. II, p. 246, da sua obra, *Historia de la muy nobre y leal Ciudad de Valladolid desde su mas remota antiguedad hasta la muerte de Fernando VII*, — publicada em 1854; e por Casimiro Gonzalez Garcia, no t. II, p. 558, da sua obra — *Datos para la Historia Biografica de Valladolid* — publicada em 1894.

Portanto, Leonor Teles não morreu no convento de Santa Clara de Tordesilhas, como sempre se escreveu em Portugal. Aí não esteve senão seis anos: desde 1384 a 1390, ano em que faleceu D. João I, rei de Castela.

Estivemos em Valhadolid em Junho de 1914. As casas onde viveu Leonor Teles, fora dos muros da cidade, às portas de Tudela, já não existem. Nesse local construiu-se, no séc. XIV, o convento das Mercedes Calçadas, e sôbre as ruínas dêste, levantou-se o actual edifício. Em meados do séc. XIX (por 1857) demoliram a igreja para abrir a rua *Cervantes*. Presentemente está aí instalada a administração militar.

No riquíssimo *Arquiv. Nac. de Simancas*, procurámos documentos que se relacionassem com a vida de Leonor Teles, em Castela, e nada encontrámos.

Em Tordesilhas, onde também fomos, conversámos com o Sr. D. Eleuterio Fernández Torres, o erudito autor da *Historia de Tordesillas*, que nos afirmou não existir no arquivo do mosteiro de Santa Clara nenhum documento relativo a Leonor Teles, pois compulsou todos os que lá há, quando compunha aquela sua obra. Também sôbre êste as-

sunto nada esclarece Don Estanislao Sánchez, capelão-mor dêsse convento e autor do livro *El Real Monasterio de Santa Clara de Tordesillas;* como D. Juan Ortega y Rubio, na sua obra *Los pueblos de la provincia de Valladolid,* publicada em 1895.

A nosso pedido, um erudito arquivista fêz demoradas investigações em Madrid, na *Biblioteca Nacional,* no *Arquivo Histórico Nacional* e na *Academia de História* — e nada se encontrou a respeito de Leonor Teles.

NOTA IV

Datas

1345 — Nasce, em Coimbra, D. Fernando.

1350 — Nasce Leonor Teles. (Vid. nota 69).

1367 — 18 de Janeiro. Sobe D. Fernando ao trono.

1368 — Casamento de Leonor Teles com D. João Lourenço da Cunha.

1369 — Primeira guerra com Castela. D. Fernando invade a Galiza. — Vem João Fernandes Andeiro para Portugal.

1370 — Vem, pela primeira vez, Leonor Teles à côrte portuguesa.

1371 — Pazes de Alcoutim. — Contrata-se o casamento de D. Fernando com D. Leonor, infanta de Castela, filha de D. Henrique II. — Leonor Teles vem, pela segunda vez, à côrte portuguesa. — Primeira revolução de Lisboa. — Fuga do rei com Leonor Teles.

1372 — Casamento, em Leça do Bailio, de Leonor Teles com D. Fernando. — Segunda guerra com Castela. — Nasce a infanta D. Beatriz.

1373 — Em Santarêm, Leonor Teles arma cavaleiro Nuno Álvares, de treze anos, o fá-lo seu escudeiro. — Pazes da Valada. — Sai o Andeiro para Inglaterra. — Prepara-se o casamento da infanta D. Beatriz com D. Fradique, conde de Benavente, filho natural de D. Henrique II.

1377 — Assassinio de Maria Teles.

1379 — Confiscação dos bens de D. João Lourenço da Cunha, dados a D. Fernando Afonso de Albuquerque. — Morre D. Henrique II, rei de Castela.

1380 — O Andeiro ratifica em Inglaterra a aliança inglesa de 1373.

1381 — Julho. Terceira guerra com Castela. — Entra no Tejo a esquadra inglesa comandada pelo conde de Cambridge. — Contrata-se o casamento da infanta D. Beatriz com o filho Eduardo do conde de Cambridge.

1382 — Reside o Andeiro em Vila Viçosa.

— Julho. O Andeiro é nomeado conde de ourêm.
— Leonor Teles manda vir, da Corunha, D. Mor, mulher do Andeiro.
— Leonor Teles manda prender e decapitar o Mestre de Aviz e Gonçalo Vasques.
— Agôsto. Nasce um filho a Leonor Teles.
— Está iminente, nas margens do Caia, a batalha entre os anglo-lusos e os castelhanos.
— 10 de Agôsto. Preparam-se as pazes. Setembro. Partem os ingleses para Inglaterra.
— Morre D. Leonor, mulher de D. João I, rei de Castela.

1383 — Fevereiro (?). Vai o Andeiro a Castela em missão diplomática.
— 2 de Abril. Tratado pelo qual D. João de Castela casará com D. Beatriz, então de onze anos.
— 14 de Maio, Leonor Teles leva a infanta D. Beatriz a Elvas e entrega-a a D. João I, rei de Castela.
— Junho. Pensa D. Fernando em mandar matar o Andeiro.
— 22 de Outubro. Morre D. Fernando com 38 anos. Leonor Teles, Regedor.
— 22 de Novembro. Exéquias, em Lisboa, por alma de D. Fernando. O Andeiro instala-se de novo junto de Leonor Teles.
— 5 de Dezembro. O Mestre de Aviz, nomeado fronteiro do Alentejo, sai de Lisboa.
— 6 de Dezembro. Assassínio do conde Andeiro.
— 13 de Dezembro. Sai Leonor Teles, com a côrte, para Alenquer.

— 16 de Dezembro. O Mestre de Aviz é proclamado Defensor do reino.

1384 — 2 de Janeiro. Leonor Teles segue de Alenquer para Santarêm.

— Fevereiro. Entra D. João I, de Castela, em Santarêm. — Leonor Teles renuncia o poder. — Partem os reis castelhanos, com Leonor Teles, para Coimbra. — Conjura Leonor Teles, com D. Pedro de Trastâmara, matar o rei de Castela. — Prisão de Leonor Teles. — Entra Leonor Teles no convento de Tordesilhas.

NOTA V

Obras escritas a respeito de Leonor Teles

Alexandre Herculano:

Arrhas por fôro d'Espanha (1371-1372). Romance. 1851.

Marcelino Mesquita:

Leonor Teles. Drama. 1889.

Leonor Teles. Romance. 1904.

Carlos Pinto de Almeida:

O irmão do bastardo. Romance. 1868.

F. Barata:

A Monja de Cistér. Romance. 1896.

MAURÍCIO C. DE FIGUEIREDO:
Leonor Teles. Romance. 1916.

NOTA VI

Bibliografia

ANÓNIMO:
— *Corónica do condestabre de Portugal Nuno Alvares Pereyra*. 1526.

FERNÃO LOPES:
— *Chrónica de D. Fernando*, na col. de livros inéditos da hist. port., etc., publ. pela Academia Real das Sciências, de Lisboa, 1816, t. IV.
— *Chrónica d'Elrei D. João I de boa memória*, etc. part. I e II. 1644.

FREI MANUEL DOS SANTOS:
— *Monarquia Lusitana*, part. VIII. 1727.

PORTVGALIAE MONVMENTA HISTORICA:
— *Scriptores*, vol. I.

D. PEDRO LOPEZ DE AYALA:
— *Cronicas de los reys de Castilla Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III*. 1729.

FROISSART:
— *Chroniques de J. Froissart, publiées pour*

la Société de l'Histoire de France, par Simeon Luce. 1869 a 1899.

D. António Caetano de Sousa:
— *História genealógica da Casa Real Portuguesa,* etc. 1735 a 1748.
— *Provas da História genealógica da Casa Real Portuguesa,* etc. 1739 a 1748.

Manuel de Faria e Sousa:
— *Europa portuguesa,* t. II. 1679.

D. José Barbosa:
— *Catálogo chronológico, histórico, genealógico e crítico das Rainhas de Portugal e seus filhos,* etc. 1727.

António de Vilasboas Sampaio:
— *Nobiliarchia portuguesa,* etc. 1676.

Francisco da Fonseca Benevides:
— *Rainhas de Portugal. estudo histórico,* 1878.

Coelho da Rocha:
— *Ensaio sôbre a história do govêrno da legislação de Portugal.* 1843.

Enrique da Gama Barros:
— *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII e XV.* 1885 a 1914.

A. de Sousa Silva Costa Lobo:
— *História da sociedade em Portugal no século XV.* 1903.

Visconde de Santarêm:

— *Memórias para a história e theoria das côrtes geraes*, etc. 1827 e 1828.

— *Quadro elementar das relações políticas*. t. XIV.

Conde de Vila Franca:

— *D. João I e a aliança inglesa*. 1884.

C. Ximenez de Sandoval:

— *Batalha de Aljubarrota*. 1872.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos:

— *Cancioneiro da Ajuda. Edição crítica e comentada*. 1904.

Oliveira Martins:

— *A vida de Nun'Alvares*. 1893.

Júlio de Castilho (visconde de Castilho):

— *Lisboa antiga e moderna*. 1884 a 1890.

ÍNDICE

	Pags.
Prefacio da 1.ª edição	IX
Introdução	XV
I — No solar de Pombeiro	1
II — Casa de El-Rei	17
III — Ela!	37
IV — O que se disse	61
V — O povo são	71
VI — Frente a frente dos Paços	83
VII — O monstro do capitel	103
VIII — Rainha!	117
IX — Rainha de Portugal, de Castela, de Leão, de Tolêdo, de	139
X — Expatriação de inimigos	163
XI — O Andeiro	179
XII — Os ingleses	191
XIII — Um escudeiro de Leonor	201
XIV — Anel de rubi	211
XV — Boda de infanta e morte de rei	231
XVI — Leonor Teles, Regedor	255
XVII — Assassínio do conde Andeiro	275
XVIII — Lisboa a arder e a derruir	293
XIX — O Mestre, Defensor do reino	305
XX — O rei de Castela entra em Portugal	325
XXI — Última conjura	339
XXII — Epílogo	359
— Notas	361

DP
578
F55
1918
cop.2

Figueiredo, Antero de
Leonor Teles 3. ed., rev.

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 07 05 08 003 7